CONVIVIVM

ANTÔNIO CARLOS PACHECO E SILVA — *GUERRA PSICOLÓGICA* ● **LEÔNIDAS HEGENBERG** — *FASE "LEGALISTA" NAS CIÊNCIAS SOCIAIS* ● **UBIRATAN DE MACEDO** — *COAÇÃO E DIREITO* ● **PEDRO MANUEL GISMONDI** — *TENTATIVA DE UMA PEQUENA HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL* ● **SALVADOR LENER** — *A LIBERDADE DE IMPRENSA E O BEM COMUM* ● **ALEXANDRE WAT** — *O "REALISMO SOCIALISTA"* ● **ALCÂNTARA SILVEIRA** — *VIDA E CRÍTICA LITERÁRIAS* ● **SIMÃO S. KABISCH** — *O SETOR PRIVADO NA AGRICULTURA SOVIÉTICA* ● **GUIDO LOGGER** — *TRADIÇÃO E EVOLUÇÃO NO CINEMA.*

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CVLTVRA

ABRIL 1964

ANO III — NÚMERO 2 — VOL. 4

SÃO PAULO ● BRASIL

CONVIVIVM

REVISTA DE INVESTIGAÇÃO E CULTURA
ABRIL 64

Pede-se enviar a correspondência, os manuscritos, as revistas para permuta e as obras para a resenha a CONVIVIVM, Redação e Administração, Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2715 — Telefone 70-6542 — São Paulo — Brasil.

A revista CONVIVIUM reserva-se o direito de publicar ou não os artigos espontâneamente enviados à Redação. Os originais não serão devolvidos.

CONDIÇÕES DE ASSINATURA PARA 1964

Brasil e Portugal

— assinatura anual (dez números)	Cr$	2.000,00
— número avulso	Cr$	200,00
— número atrasado	Cr$	300,00

Outros Países

— assinatura anual (dez números)	US$	13,00
— número avulso	US$	1,50

Assinatura de Benfeitor	Cr$	20.000,00

CONVIVIVM

ABRIL 1964

ANO III — N.º 2 — VOL. 4

SUMÁRIO

ARTIGOS

PERSPECTIVAS E DEBATES

ANÁLISES E COMENTÁRIOS

RESENHAS

GUERRA PSICOLÓGICA

Antônio Carlos Pacheco e Silva

A Psicologia, ramo da ciência que estuda os fenômenos e operações psíquicas, abrange hoje um campo vastíssimo. De fato, não há, presentemente, atividade humana que possa dispensar o seu concurso ou prescindir das suas aplicações. De ciência abstrata que era no passado, tornou-se, gradativamente, objetiva e concreta, experimental e científica. A partir dos fins do século XIX, foi-se libertando da psicologia puramente filosófica e literária dos séculos anteriores, para se impôr como ciência própria e independente, com os seus princípios, suas leis, seus métodos e suas técnicas.

Muito embora existam numerosas escolas psicológicas, cada qual com os seus conceitos e doutrinas, não padece dúvida terem tôdas elas contribuído desta ou daquela forma, para os grandes avanços observados nos nossos conhecimentos atinentes aos complexos mecanismos e os mistérios de que ainda se cerca o cérebro humano, maxime no que tange às funções psíquicas.

Aplicada à vida moderna, a psicologia abriu novos e incomensuráveis horizontes, projetou a sua ação nos mais variados sentidos, penetrou em tôdas as atividades humanas, destruiu velhos e arraigados preconceitos e permitiu uma revisão dos nossos conhecimentos no que concerne ao comportamento do homem.

Não parou aí, entretanto, a sua ação e a sua influência; instituiu novos padrões na avaliação da inteligência; interferiu nos métodos educacionais; deu nôvo impulso à racionalização do trabalho; contribuiu para o desenvolvimento da psicotécnica; facultou investigações mais profundas na vida psíquica da criança; concorreu para melhorar a saúde mental; explicou muitos fenômenos da dinâmica cerebral; imprimiu grande impulso no estudo da esfera consciente e inconsciente, que norteiam as ações humanas, tanto individuais como coletivas.

Tão grande foi a sua expansão, tantas foram as suas aplicações, que se tornou necessário o seu desmembramento em numerosos outros ramos, os quais constituem outras tantas disciplinas autônomas.

Há já verdadeiras enciclopédias versando sôbre a psicologia animal, a psicologia anormal, a psicologia coletiva, a psicologia comparada, a psicologia criminal, a psicologia da conduta, a psicologia da reação, a psicologia das religiões, a psicologia das raças, a psicologia dos povos, a psicologia das massas, a psicologia infantil, a psicologia do caráter, a psicologia diferencial, a psicologia dinâmica, a psicologia educativa, a psicologia estrutural, a psicologia existencial, a psicologia empírica, a psicologia industrial, a psicologia social e, finalmente, a psicologia militar, de que nos ocuparemos particularmente neste artigo, dando especial destaque às ações psicológicas na guerra moderna.

Conquanto os progressos da ciência e da tecnologia tenham favorecido extraordinàriamente as ações psicológicas na guerra moderna, os métodos e os ardís utilizados não têm, em sua essência, sofrido grandes mutações, a se julgar pelos ensinamentos da História. Senão, vejamos: não há muito, arqueólogos americanos descobriram, na Mesopotâmia, uma série de lápides contendo interessantes inscrições feitas pelos historiógrafos do rei Enmekar, que vivia na cidade de Erech, há mais de cinco mil anos, por onde se verifica que os mesmos métodos de dominar o inimigo, recorrendo à ação psicológica hoje utilizados, já eram conhecidos e empregados pelos homens daquelas priscas eras.

A decifração dos caracteres cuneiformes, inscritos naquelas lápides, revelaram que Enmekar, ambicioso e ávido de conquista, decidiu tomar a cidade de Arata, rica e próspera, situada nas fronteiras do seu reino. Para tanto, planejou uma campanha em dois tempos: começou por enviar emissário ao senhor de Arata, para aconselhá-lo, no seu próprio interêsse, a se render e, assim, evitar efusão de sangue. Tal proposta foi desde logo rejeitada. Enmekar decidiu então desencadear uma verdadeira guerra de nervos combinada com uma guerra econômica, contra o inimigo. Procurou implantar o terror, à distância, sôbre a população de Arata. Aprisionou as caravanas portadoras de víveres, arruinou o comércio, ordenou que elementos seus, infiltrados no seio da população inimiga praticassem atentados terroristas. Enviou agentes encarregados de desmoralizar os homens que se encontravam no poder, os quais foram apontados como aproveitadores, desonestos e incapazes, que se estavam locupletando com os dinheiros públicos.

Quando entendeu estar suficientemente minado o prestígio dos chefes inimigos, Enmekar despachou uma caravana de mil camelos, carregados de víveres e riquezas de tôda a

sorte, para serem distribuídos na desafortunada cidade. Enquanto o generoso donativo era entregue, numerosos arautos instigavam a população, com as seguinte palavras "Escravos oprimidos de Arata, levantai-vos contra vossos tiranos. Olhai para o gentil senhor de Erech. Êle vos assegura uma felicidade eterna e será, destarte, evitada uma guerra". Essa ação psicológico teve o mais completo sucesso: o senhor de Arata capitulou sem combate. Infelizmente, diz Wurst, autor onde colhemos êsses dados, a última lápide estava partida e não foi possível saber-se o que aconteceu aos habitantes de Arata, aos quais havia sido prometida a felicidade eterna.

Há uma rica terminologia para designar-se o que se convencionou chamar de guerra psicológica: guerra fria, guerra velada, guerra subversiva, guerra sem lágrimas, guerra dos espíritos, guerra de nevros, guerra marginal, guerra oblíqua, e outras são correntes para caracterizar êste tipo de guerra.

Conquanto essas designações só tenham surgido no decurso da segunda conflagração mundial, o emprêgo da ação psicológica data já das primeiras lutas em que se empenhou o homem. Na lenda, na mitologia, na própria história, vamos encontrar exemplos altamente elucidativos comprovando que já no passado, os povos que se gladiavam tinham a preocupação de vencer a resistência do adversário, procurando por todos os meios abater-lhe o moral, aterrorizá-lo, incutir-lhe o desânimo, gerar a desconfiança, inutilizar e desprestigiar a ação dos chefes. O episódio das trombetas de Jericó, o tão celebrado cavalo de Tróia; a missão de Judith, encarregada de seduzir Holoferne, e tantos outros exemplos comprovam à saciedade o que foi acima dito.

Mas nas guerras do passado, as dificuldades e a lentidão dos meios de comunicação, a inexistência de veículos de idéias capazes de transmiti-las ràpidamente a longas distâncias, faziam com que os exércitos permanecessem isolados uns dos outros até o momento de se ferir a batalha. As populações ficavam na ignorância do que se passava no campo inimigo, não raro até o completo desfecho da luta. Assim é que a guerra psicológica não tinha pràticamente emprêgo, salvo em casos isolados, em condições muito especiais, como se depreende da história militar. O cérebro humano, com a sua infinita capacidade inventiva e criadora, superpõe a tudo, nas lutas atuais. É no laboratório e nas fábricas que se vencem as batalhas.

A ciência e a tecnologia vieram, assim, modificar radical e substancialmente a guerra moderna, não só quanto às armas e engenhos de destruição como e sobretudo no campo mental.

Nestes últimos tempos, a guerra psicológica assumiu capital importância como um corolário das outras armas, passando a integrar os demais recursos utilizados nas guerras modernas. Empregada de forma sistemática, obedece já a umas tantas normas técnicas e vale-se de um grande número de recursos da psicologia, da psiquiatria, da eletrônica, da electrofisiologia, da neurofarmacologia, da antropologia cultural e de outros muitos conhecimentos que nos permitem hoje melhor aprofundar e interpretar os estados emocionais e suas reações.

Os meios de ação fazem-se através de tôdas as vias utilizadas na transmissão de idéias — pela palavra falada e escrita e, ainda, pela imagem — vias contra as quais a censura se mostra ainda ineficiente.

Antes, durante e depois das operações militares pròpriamente ditas, a guerra psicológica é utilizada pelos grupos em campos antagônicos, apoiada sobretudo na existência de novos engenhos de guerra, no poderio militar e no êxito das operações militares. A ação psicológica se exerce sem tréguas, donde a necessidade de empregá-la, neutralizá-la e impedir os seus efeitos. Não se concebe, presentemente, o desencadeamento de um ataque militar sem ser precedido pela ação psicológica.

É evidente que os métodos, as técnicas utilizadas, os meios a que se recorre, variam ao infinito e, conquanto existam regras e normas gerais, a guerra psicológica diverge conforme o caso. Não se pode, assim, pretender adotar idênticos processos contra povos diferentes. O engenho humano é fértil na utilização dos meios de engôdo, e os elementos de que se dispõe hoje para agir sôbre a mente humana, para cindi-la, desintegrá-la, anular a vontade, tolher a iniciativa e implantar o pânico, não têm, por assim dizer, limites. O derrotismo, o entreguismo, o enfraquecimento da ação militar, o pânico estabelecido nas fileiras do inimigo ajudam a vitória, poupam vidas, constituindo a arma menos dispendiosa.

A guerra psicológica, diz Megret, se apresenta tanto como um meio supletivo da estatégia militar, tanto como um aspeto da política — aqui ela se funde à guerra diplomática — para se integrar como uma ciência da guerra total.

Alguns autores como Charles Chaudessais, por exemplo, julgam que as ações sôbre o moral podem ser repartidas em dois grandes grupos:

— As ações diretas que procuram modificar as crenças adversas, recorrendo à dialética, à insinuação ou à informa-

ção, para o que se pode utilizar da linguagem falada, escrita e ainda da imagem.

— As ações indiretas, resultantes de uma tática de efeitos psicológicos, tais como um ataque às linhas de comunicações, os efeitos de surpresa; as operações de "decepção", o blocus, os bombardeios maciços.

Partindo daí, seria possível estabelecer-se uma distinção entre:

— Guerra psicológica — conjunto de ações empreendidas contra o moral adverso.

— Ação psicológica — conjunto de atividades tendo por objetivo a manutenção do moral das tropas amigas, da população, dos aliados e ainda no propósito de captar a simpatia e tornar favorável a opinião e a atitude dos neutros.

Assim concebidas, a guerra e a ação psicológica seriam, essencialmente, atos do govêrno. Em escalões inferiores, devem ser conduzidos pelos chefes dos corpos e comandantes de unidade (sobretudo no que se refere à conservação do moral); por tropas e serviços especializados (companhias de alto-falantes, etc.) no ataque ao moral do inimigo. A coordenação seria essencial nessa matéria.

Tal distinção, contudo, não pode ser estabelecida, como pretende Chaudessais, dado que, freqüentemente, a guerra e a ação psicológicas se confundem num todo, de tal forma que é impossível distinguí-las e muito menos estabelecer limites entre elas.

A expressão — ação psicológica — é um neologismo criado pelos francêses, empregado muitas vêzes, durante a última guerra pelas fôrças armadas e na imprensa.

Apareceu, entretanto, pela primeira vez, em documento oficial, segundo Megret, no Diário da República Francêsa de 1.º de abril de 1950, no Decreto que reorganizou a Defesa Nacional, onde se lê, no seu artigo 2.º: "Assiste ao presidente do Conselho, nas suas funções de coordenação interministerial das medidas interessando às atividades da Defesa Nacional, notadamente no que concerne à preparação da mobilização, à proteção nacional, aos problemas financeiros, à economia de guerra, à ação psicológica, à pesquisa científica e ao ensino do Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional". Como se verifica, aqui, a expressão "ação psicológica" abrange a guerra psicológica.

Aliás, na língua inglêsa não há equivalentes para o têrmo — ação psicológica. Tanto americanos como inglêses preferem as expressões: "Information", "Propaganda", ou adotam

uma linguagem técnica e específica: "Political warfare", Psychological warfare", ou "Psy War".

O emprêgo das armas psicológicas exige, para que delas se possam colher os melhores resultados e vantagens, dos oficiais encarregados de planejá-las, organizá-las e despechá-las no momento propício e oportuno, um grande número de conhecimentos especializados.

Os encarregados da divisão psicológica das fôrças armadas precisam ter conhecimento da dinâmica cerebral; dos instintos, sobretudo de conservação, de defesa, de agressividade; dos reflexos condicionados; de psicanálise; dos mecanismos de defesa, das lutas que se estabelecem entre o consciente e o inconsciente do homem. Sem êsses elementos impossível se torna agir sôbre os seus semelhantes, sobretudo quando se trata de optar entre a vida e a morte, o cumprimento do dever ou a deserção, a glória ou o opróbio.

Ao demais, cumpre ainda, aos responsáveis pela divisão psicológica, conhecer perfeitamente o adversário, a sua mentalidade, o caráter nacional, os preconceitos, os usos e costumes, a língua, a tradição histórica, a mística, as crendices, a ideologia, o grau de sensibilidade, a capacidade de resistência, a convicção de estar ou não lutando por uma causa nobre e justa, a fim de se utilizar de todos êsses elementos e dêles tirar o melhor partido operacional.

Os psicológicos e psiquiatras militares deverão estar, também, a par do homem e das condições psicológicas, das próprias fôrças, do seu povo, do moral da retaguarda, a fim de estar preparados a agir de forma rápida e drástica contra a ofensiva psicológica porventura desencadeada pelo inimigo, buscando anular os seus efeitos e impedir os objetivos visados, pela propaganda e contra-propaganda.

O mundo não se acha dividido apenas por duas ideologias diferentes, mas também por duas grandes escolas psicológicas e suas variantes, cujo conhecimento é indispensável para se compreender e interpretar a guerra psicológica.

A escola americana, dita psicodinâmica, fundada nos conceitos de Freud, baseia-se nas fôrças antagônicas, representadas pelo consciente e o inconsciente.

Para manter um equilíbrio na vida mental e estabelecer harmonia com o mundo exterior, sem que se verifiquem entrechoques e sem que se formem complexos, o cérebro humano realiza um trabalho contínuo, num esfôrço de autodefesa, que se convencionou chamar de dinamismo.

A escola psicológica soviética assenta-se nas descobertas do grande fisiologista russo Pavlov, dos chamados reflexos condicionados.

Partindo de experiências em animais e no próprio homem, chegou o fisiologista russo à conclusão de que tôdas as nossas funções, tôda a nossa vida mental, subordinam-se a reflexos condicionados, resultantes de associações que se formam entre os diferentes centros nervosos, criadas pelo ambiente e pelas impressões colhidas através dos sentidos. Assim é que o comportamento humano seria o resultado de reflexos condicionados, formados na cortiça cerebral.

Os continuadores de Pavlov prosseguiram os seus estudos e criaram uma grande escola reflexológica. A educação, a instrução, o trabalho, a ciência, a tecnologia, os hábitos, a medicina, a propaganda, a preparação militar dos russos, tudo se baseia nos princípios de Pavlov.

Uma vez formado o reflexo condicionado, tanto o animal como o homem reagem automàticamente de acôrdo com o condicionamento estabelecido.

Verdade é que, empìricamente, já sem conhecer a existência dos reflexos condicionados, o homem já havia reconhecido a importância do rítmo dos brados de guerra, das marchas militares, no despertar da coragem e no desencadeamento da ação.

A estratégia psicológica russa funda-se, também, nos reflexos condicionados, tanto na ofensiva como na defensiva. Na ofensiva, procurando despertar o mêdo, o pânico, através da chamada estratégia do terror, submetendo o povo russo a um preparo reflexológico prévio para evitar que se atemorize ante o ataque do inimigo, qualquer que seja a arma empregada.

Ao se analisarem as formas de guerra ùltimamente utilizadas e aquelas para as quais o mundo está preparado, pode-se dividi-las em:

a) Guerra militar pròpriamente dita, que tem por objetivo anular o potencial do inimigo, empregando-se tanto as armas convencionais, como as atômicas, termonucleares, teleguiados, foguetes e outros inventos modernos de destruição;

b) Guerra econômica, que visa privar o inimigo de tôdas as suas riquezas e recursos, de forma a enfraquecer os meios de combate;

c) Guerra psicológica, cujo principal escopo é o de abater o inimigo já declarado ou em potencial, buscando minar-lhes as reservas morais, aniquilar a vontade, desmoralizar os chefes civis e militares. A ação psicológica tem por obje-

tivo principal convencer o adversário da sua inferioridade, de que a sua causa está perdida, porquanto a derrota será fatal — assim, todo e qualquer esfôrço ou sacrifício será pura perda.

É evidente que, na guerra total, tôdas essas formas são empregadas em ação conjugada, muito embora possam não ser desencadeadas simultâneamente. Freqüentemente a guerra fria — econômica e psicológica — precede a militar.

A guerra fria se antecipa à quente. Há hoje mesmo grande empenho em se liqüidar o adversário pelo emprêgo dos meios psicológicos e econômicos, recorrendo-se à violência só em último caso.

Os princípios dessa estratégia foram muito bem definidos por Liddle Hart: "Para abater um inimigo é preciso romper o seu equilíbrio, introduzindo no domínio das operações um fator psicológico e econômico, que o coloque em posição de inferioridade, antes de sôbre êle lançar um ataque com probabilidade de sucesso definitivo".

A guerra moderna transformou-se em guerra total, com a participação de todos, os quais sofrem igualmente as suas conseqüências e vicissitudes. A ação que se desenvolve implica, por isso, numa perfeita e harmônica coordenação e conjugação entre as fôrças armadas e o elemento civil, para que se não verifique desconexão ou, então, efeitos contraditórios e contraproducentes.

Além das armas convencionais, a guerra química, a guerra bacteriológica, a guerra atômica, a termonuclear, a guerra psicológica e a econômica consubstanciam a guerra total. Assim é que, ao lado de armas altamente destruidoras e mortíferas, agregam-se as que visam enfraquecer os meios de combate — os meios intimidativos, que infundem mêdo e pavor, justificando a expressão: "estratégia de terror".

Nos dias atuais, é pràticamente impossível admitir-se a existência de uma guerra localizada ou limitada, sobretudo sob o prisma psicológico.

Não obstante as aparências limitadas das lutas que se travam aqui e acolá, na realidade estão elas sempre vinculadas a um esquema total, que tanto pode ser evidente, aparente ou oculto, como sucede na maioria das vêzes.

Para bem se compreender e analisar a guerra fria, é interessante recordar-se como ela nasceu. Quando, ao término da última guerra, os dois grandes blocos representados pelos mundos ocidental e oriental se dividiram, inconciliáveis ideologias e princípios diametralmente opostos, separados pela "cortina de ferro", surgiu a guerra fria.

Derrotada a Alemanha, as negociações para a paz processaram-se em ambiente de grande tensão. Ambos os blocos capacitaram-se desde logo da impossibilidade de formarem um tratado redigido nos moldes clássicos, dada a diversidade de propósitos e interêsses em jôgo. Surgiu daí uma luta surda, de usura psicológica, latente e larvada, com altos e baixos nas relações diplomáticas, com períodos críticos e outros de acalmia mas sem tréguas.

A escolha dos métodos e processos a empregar, o momento oportuno para dêles lançar mão, as técnicas mais adequadas constituem tanto uma ciência como uma arte. A guerra fria depende em grande parte da intuição daqueles que a ela recorrem, que deverão ter sagacidade, visão clara dos fatos, senso da realidade e utilizar-se de argumentos lógicos e redação convincente.

Só assim lograrão abrir brechas na resistência moral do inimigo, introduzir idéias, despertar emoções, capazes de desintegrar-lhe a mentalidade, provocando complexos, dúvidas, angústias, idéias depressivas e obsidentes. Tais reações emocionais, quando intensas e incontroláveis, inibem a vontade, perturbam o raciocínio, impedem a coordenação de esforços e geram a anarquia. O contágio mental que então se estabelece contamina todos os espíritos, provoca a desordem, o pânico e o derrotismo.

O objetivo é, assim, o de causar uma verdadeira neurose experimental coletiva, que traga como consequência o colapso das fôrças inimigas, que são muitas vêzes vencidas, sem que haja um só combate, sem violência, sem perdas de lado a lado.

A guerra mental criaria, destarte, um clima de inquietação, um estado de tensão emocional intensa e incoercível, difícil ou mesmo incapaz de ser contida, quando desencadeada em condições propícias, com boa técnica e habilidade.

A ameaça de novas armas secretas, as experiências atômicas e termonucleares, a corrida dos teleguiados, a exploração espacial têm dado largas a uma propaganda desenfreada e alarmista, que se desenvolve cada vez com maior intensidade e profundidade.

Outros fatôres, além do aumento do potencial militar, das novas armas não convencionais, têm favorecido e entretido a guerra fria. O desequilíbrio econômico-social que se verificou no mundo inteiro após a última guerra; a revolta dos nativos contra os colonizadores brancos na África e na Ásia; a divisão da Alemanha; a luta pelo petróleo, pelos metais não-ferrosos e materiais radiativos têm alimentado a guerra velada.

Os dois grandes blocos do Ocidente e do Oriente empenham-se na captação dos espíritos, realizam intenso trabalho de proselitismo, procuram fazer valer a sua opinião, ostensiva ou dissimuladamente, conquanto guardando respeito um pelo outro. Por isso, conquanto em luta dissimulada, evitam a criação de uma situação irremediável, para que as dissenções não atinjam um ponto de ruptura, que force uma guerra quente, generalizada, total. Periòdicamente a situação se agrava, há lutas armadas restritas a certas áreas, aqui e ali, seguidas de ações diversificadas, desembarque de tropas, pequenas ocupações, ameaças recíprocas, acompanhadas de transigências, tolerâncias e acôrdos parciais. Uns e outros prestam ajuda e assistência dissimulada aos seus simpatizantes, sob a forma de empréstimos, auxílio técnico e fornecimento de armamentos.

Os russos, de acôrdo com a orientação da estratégia comunista, que confunde a ação política com a militar, entendem não ser esta senão a continuação daquela. De acôrdo com êsse conceito, lançaram uma ofensiva conjugada contra o bloco ocidental no terreno político e econômico. Buscam êles se infiltrar sútil, lenta e ardilosamente em todo o mundo, sobretudo nos países ditos subdesenvolvidos, na infra-estrutura social, onde a propaganda é mais fácil e de ação mais eficaz, dada a receptividade revelada pelos que vivem num clima de insatisfação, em virtude do baixo padrão de vida e do sentimento de inferioridade que os domina. Trata-se da chamada sovietização indolor ou pacífica.

Na sua ação, os russos recorrem a uma estratégia psicológica no entretenimento da guerra fria, dispondo para isso do concurso de uma série de elementos: contam com a colaboração forçada dos países satélites que vivem sob o seu jugo, para não se exporem aberta e ostensivamente. Utilizam-se, e o fazem largamente, dos adeptos do regime comunista, que os há espalhados no mundo todo, conhecidos ou encapotados, os quais atuam como quinta-coluna, auxiliados pelos simpatizantes, pelos inocentes úteis.

Na sua luta, os soviéticos agitam o mundo com duas bandeiras — a do pacifismo e a do nacionalismo. Exploram, assim, de forma velada e inteligente, o sentimentalismo popular. Apelam para as massas proletárias de tôda a parte, incintando-as a lutarem contra o que denominam a opressão do capitalismo, sob promessas falazes de uma melhor e mais equitativa distribuição de riquezas.

Diz Megret: "Os russos empreendem a guerra com duas preocupações dominantes: uma a de conduzí-la através de

ações específicas por organismos próprios de caráter secreto; outra que consiste em nunca separar a ação psicológica da ação estratégica ou tática geral, e jamais agir senão quando o aparelhamento da fôrça soviética estiver em plena forma".

O Estados Unidos, à frente do bloco ocidental, enfrentam decididamente a guerra fria desencadeada pelos russos, contra-atacando nos diversos setores; proporcionam assistência financeira, técnica e militar aos países do mundo ocidental, particularmente aos que, pela sua posição geográfica, se encontram mais expostos à ação comunista. Organizam trabalhos de propaganda do regime democrático, através de serviços de informações, departamentos técnicos, culturais e agrícolas, procurando demonstrar as vantagens de um regime de liberdade. Criaram o Conselho Nacional de Segurança, ao qual cabe também a tarefa de delinear um plano de ação psicológica, com o concurso do P.S.B. (Psychological Strategy Board). Tomaram a iniciativa de estabelecer o Pacto do Atlântico, que reune em federação defensiva os principais países da Europa. Criaram o plano Marshall, o Ponto IV e outros organismos de amparo e de assistência, nos mais variados campos — militar, econômico, cultural, técnico e sanitário — que se encontram espalhados pelo mundo todo. A mensagem enviada ao Congresso, pelo Presidente Kennedy, sôbre o progresso social da América Latina, a Carta de Bogotá, e as novas dotações orçamentárias para o Fundo Interamericano de Progresso Social representam novos esforços no sentido de neutralizar a guerra fria e econômica desencadeada pelos soviéticos. Disse o Presidente Kennedy: "A Conferência de Bogotá criou um nôvo senso de resolução — uma nova determinação para tratar das causas do desassossêgo social que aflige grande parte do Hemisfério. Se êste impulso fôr perdido, à falta de uma ação pronta e plena dos Estados Unidos, talvez não tenhamos outra oportunidade".

Nos Estados Unidos, as opiniões estão divididas no tocante à técnica psicológica mais adequada a ser adotada na atual conjuntura internacional. Uns são adeptos da posição defensiva, de mera contenção, que têm por objetivo tapar as brechas abertas pela contra propaganda e pela neutralização dos seus efeitos e destruição dos argumentos apresentados e propalados. Outros são partidários de uma ação mais decisiva e ostensiva, visando obrigar os russos a um recuo até a linha de onde partiram quando iniciaram a guerra fria. Trata-se do denominado "roll-back", que teria por finalidade reconduzir o caudal ideológico russo ao seu primitivo leito.

A tática americana, na realidade, tem sido eclética, variando de acôrdo com as circunstâncias do momento e com as reações exigidas pela situação internacional. Assim é que tem sido ora defensiva, calma, acomodativa, transigente, outras vêzes, pelo contrário, resoluta, decisiva, enérgica e, por vêzes, mesmo agressiva, do que nos dá exemplo o desembarque de tropas americanas no Líbano, desprezando as ameaças russas.

Alcançará a guerra fria um estado de ebulição, que venha a desencadear um terceira e catastrófica conflagração internacional, ameaçando destruir a atual civilização? Esta é a grande incógnita, que traz o mundo suspenso, gera a inquietação em todos os espíritos e a ansiedade em todos os povos, sem que se saiba se a humanidade poderá suportar por muito tempo êsse clima criado pela guerra fria, que no momento atual já foi denominada tépida.

Um exemplo

A propósito do que até o presente afirmamos, desejamos reproduzir aqui a "Mensagem ao Homem do Povo . . . e aos homens que dirigem o povo", de autoria de Abraham Lincoln e que nos parece uma extraordinária arma ideológica, nesta guerra fria que envolve o mundo:

"Não criarás a prosperidade, se desestimulares a poupança.
Não fortalecerás os fracos por enfraqueceres os fortes.
Não ajudarás o assalariado, se arruinares aquêle que paga.
Não estimularás a fraternidade humana, se alimentares o ódio de classes.
Não ajudarás os pobres, se eliminares os ricos.
Não poderás criar estabilidade permanente, baseada em dinheiro emprestado.
Não evitarás as dificuldades, se gastares mais do que ganhas.
Não fortalecerás a dignidade e o ânimo, se subtraires ao homem a iniciativa e a liberdade.
Não poderás ajudar aos homens de maneira permanente, se fizeres por êles aquilo que êles podem e devem fazer por si próprios".

Na impossibilidade de abordar todos os aspetos da guerra fria e da guerra econômica, vamo-nos limitar a examinar o que se passa na América Latina.

A União Soviética passou a preocupar-se, ùltimamente, como é evidente e insofismável, com os chamados países subdesenvolvidos, em particular com os da América Latina, procurando envolvê-los na guerra econômica.

M. Rubinstein, por exemplo, chefe do Setor dos Estados Unidos no Instituto da Economia Mundial e das Relações Internacionais da Academia das Ciências da União Soviética, escreveu, a propósito dos problemas econômicos dos países subdesenvolvidos, o seguinte: "O comércio exterior depende ainda muito mais estreitamente da exportação de um pequeno número de matérias-primas ou gêneros alimentícios numa série de países da América Latina, transformados em países de monocultura. O Uruguai exporta sobretudo produtos de criação, a Argentina cereais e carne, a Venezuela petróleo, o Brasil café, Cuba açúcar, a Bolívia estanho, o Chile salitre e cobre, os países da América Central frutas etc. As conseqüências disso são muito graves para os países subdesenvolvidos, que vêem acentuar-se a dependência unilateral da sua economia com relação ao mercado mundial dominado pelos poderosos monopólios das nações imperialistas. Os países subdesenvolvidos perdem cada ano enormes somas nas trocas ditas não-equivalentes. Os monopolizadores dos Estados Unidos, da Inglaterra e de outros países capitalistas vendem os seus produtos aos países subdesenvolvidos a preços elevados, o que podem fazer graças ao domínio exclusivo do mercado, mas obrigam êstes últimos a vender-lhes as suas matérias-primas e os seus gêneros alimentícios a preços irrisórios e, em regra geral, abaixo do seu valor real. Segundo os cálculos de que se dispõe, os monopólios dos Estados Unidos tiram só da América Latina 2 bilhões de dólares por ano de lucro pelo jôgo de trocas não equivalentes".

Êsse mesmo autor desenvolve uma série de comentários sôbre o assunto, que vale a pena transcrever: "Por outro lado, nos últimos anos viu-se desaparecer para sempre o monopólio mundial exercido por alguns países capitalistas com referência ao fornecimento dos meios de produção e das consequências científicas e técnicas que lhes são associadas. O desaparecimento dêsse monopólio é de importância capital, visto que, durante dezenas e dezenas de anos, permitiu arrancar enormes proventos pelo desvio de trocas não-equivalentes, servindo outrossim para frenar os propósitos deliberados do crescimento industrial dos países subdesenvolvidos e mantê-

los em estado de sujeição econômica e política. Não espantará, pois, que êsses ideologistas do imperialismo — americanos, inglêses, francêses e outros — se alarmem tanto com a liqüidação dêsse monopólio e consagrem centenas de livros e artigos em descrever "a ameaça comunista". Por suas fábulas sôbre essa "ameaça", os teóricos do imperialismo procuram dissimular êsse fato evidente que a União Soviética não tenciona "exportar a revolução" e não intervém nos negócios internos dos outros Estados. Isso dito, a ajuda econômica desinteressada da União Soviética aos países subdesenvolvidos ameaça efetivamente a política colonialista nesse sentido, pois desmascara os atos de extorsão dos aproveitadores coloniais, as taxas usuárias de crédito, a obstrução à industrilização dos países subdesenvolvidos e facilita a êstes últimos a liberdade de escolha na direção e no rítmo do desenvolvimento econômico. A cooperação da União Soviética e dos países de democracia popular no surto econômico dos países subdesenvolvidos constitui uma fórmula nova dessa competição em que se defrontam os dois sistemas sôbre o território dos países que agrupam a maioria do gênero humano. A União Soviética julga ser a competição nesse domínio infinitamente preferível à corrida armamentista".

A União Soviética alimenta, destarte, o propósito evidente de desintegrar a unidade americana e afastar as repúblicas latino-americanas dos Estados Unidos, de forma a enfraquecer a defesa do bloco ocidental, sabedora de que isso é fundamental à grande nação que lidera o nosso Continente, como salientou A. Berle Junior no seu livro "O Mundo entre o Ocidente e o Oriente", onde se lê: "Mas é duvidoso que pudéssemos sobreviver ao desmantelamento do grupo interamericano de nações, que compreende todos os países independentes do hemisfério ocidental, com exceção do Canadá. Moral e pollticamente se os Estados Unidos não conseguirem uma organização viável no hemisfério ocidental, suas esperanças de atrair o grupo de nações em outras partes do mundo — no Oriente Próximo, no Sudeste da Ásia, etc. — se apagariam e ninguém prestaria atenção à sua conversa diplomática". Se alguém ainda tiver dúvidas quanto aos objetivos da atual política russa com relação às repúblicas latino-americanas, seria recomendável a leitura do relatório de S. Dange, apresentado ao IV Congresso Sindical de Leipzig, em 1957. Dêle extraímos a triste experiência de ver tais auxílios recusados quando necessários à industrialização real do país. Se concedidos, o seu preço é de tal forma elevado que esmaga o país beneficiado e os seus recursos, sob o pêso das dívidas con-

traídas, o que impede a execução e a realização dos planos de desenvolvimento, que são retardados ou prejudicados. Segue-se que o desenvolvimento econômico do país fica entravado e que só certos círculos monopolizadores do país subdesenvolvido logram edificar mesquinhas e insignificantes fortunas para êles próprios. Não haverá saída para êsse impasse? Os países subdesenvolvidos podem entrar com um nôvo aliado e amigo nos seus esforços, para sair dêsse impasse: o auxílio trazido pelos países do campo socialista. É êsse um fato histórico, agora reconhecido pelos próprios governos burgueses, dos diferentes países, que não só dos países imperialistas e apenas da sua técnica se pode esperar ajuda para o desenvolvimento econômico e a luta contra o colonialismo".

Reconhecem os soviéticos a impossibilidade de atender às necessidades dos diversos países que carecem de auxílio, mas insinuam claramente as vantagens que êsses países poderão auferir dos do bloco ocidental com a ameaça da independência do país. É ainda Dange quem escreve: "O volume do auxílio proporcionado pelos países socialistas, pode, por diversas razões não ser suficiente para permitir, por si só, a industrialização dêsses países, mas, ainda que simbólico, faz êle baixar o tom ditatorial dos monopolizadores. Muito embora os govêrnos de certos países subdesenvolvidos, dominados pelos interêsses burgueses, não apreciam dirigir-se aos países socialistas a fim de pedir-lhes auxílio, com receio de perturbar a fraternidade burguêsa, nem por isso são menos reconhecidos por êsse auxílio que lhe permite, pelo menos, obter melhores condições dos monopolizadores, pela simples ameaça de se dirigirem ao campo socialista. Sabem, igualmente por experiência, serem êles extorquidos e empobrecidos pelo comércio com os monopólios imperialistas, ao passo que o comércio com os países socialistas é um comércio honesto e sôbre a base igualitária. A classe operária não pode senão alegrar-se com tal auxílio dos países socialistas e deve explicar às massas populares sua verdadeira significação política para a salvaguarda da indepedência do país". E logo adiante, acrescenta: "Nos países da América Latina, êsse nôvo colonialismo, como já verificamos, fomenta conspirações militares e golpes de Estado e impõe governos ditatoriais que, do ponto de vista formal, são compostos por originários do país, mas que são dóceis aos "diktats" da finança americana. O papel dêsses governos é o de impedir a nacionalização dos monopólios estrangeiros, de se opor a tôda restrição às atividades dos exploradores e de criar obstáculos ao desenvolvimento independente da economia dêsses países em proveito dos seus próprios povos. A classe operária dêsses países une-se a todos

que lutam para a independência dos seus países e contra o embargo ou influência dos monopólios americanos sôbre a vida política e econômica".

Está aí traçada a diretriz soviética na guerra econômica, como parte integrante da guerra fria, que se desenvolve em tôda a parte, particularmente na América Latina, cuja área está merecendo, neste momento, particular cuidado por parte dos russos, a julgar pelas suas próprias publicações.

A guerra psicológica e as operações militares

Travada a luta armada, a guerra psicológica desenvolve-se então com maior intensidade, em perfeita articulação com a ação e os objetivos militares. Os contendores procuram tirar o maior partido das vantagens obtidas nos combates, das derrotas inflingidas ao inimigo, das perdas materiais e humanas que lhe foram causadas, alardeando vantagens e superioridade capazes de influenciar o moral do inimigo. Grande importância tem a habilidade revelada na utilização das informações, na redação de boletins e comunicados, na orientação da propaganda e da contrapropaganda. Os resultados obtidos dependem da organização e dos encarregados da divisão psicológica, aos quais cabe descobrir e atuar sôbre os pontos sensíveis do inimigo, solapar a resistência mental, de forma a facilitar o contágio às demais unidades, minando-lhe o moral, infundindo-lhe mêdo, pavor e terror. Há preocupação de incutir no espírito do adversário a convicção da inutilidade da continuação da luta, alardeando ser a sua causa perdida, e todo e qualquer sacrifício de vidas humanas em pura perda ante a derrota fatal que se aproxima.

As técnicas utilizadas na guerra psicológica visam iludir, enganar, aparentar, disfarçar, surpreender, intimidar, convencer, persuadir, sugestionar o adversário.

Na luta dos espíritos, há de tudo: mêdo, pavor e terror. Há preocupação de processos, todos os subterfúgios são empregados e julgados lícitos, desde que favoreçam a derrota do inimigo. A espionagem, a traição, a intriga, a calúnia, o subôrno, a infâmia, a delação, a intimidação, a corrupção, a captação, a tortura física e mental, o emprêgo de substâncias químicas com ação sôbre o cérebro, os mais variados processos de dissociação psíquica, a hipnose, a narcoanálise, os modernos processos ditos de lavagem cerebral, o doutrinamento de prisioneiros têm sido empregados sem escrúpulos e sem hesitações, sem o menor respeito pela consciência humana, que tem sido violentada, forçada, descontrolada, perturbada, anulada, desintegrada. Nesse campo, a técnica russa chegou

a requintes de perversidade e de desumanidade, como jamais a história registrou desde os tempos mais obscuros, ultrapassando mesmo os processos nazistas.

O moral das massas no decurso da guerra

Um dos principais objetivos da guerra psicológica é o de abater o espírito do adversário e fortalecer o moral das suas próprias fôrças. Para tanto se faz necessário o emprêgo de uma série de medidas, a difusão de conselhos e de advertências, como fizeram os americanos durante a última guerra. A ansiedade, em tempo de guerra, pode atingir tôda a coletividade, sobretudo quando o cansaço, a desnutrição e os sofrimentos físicos e morais ameaçam quebrar a resistência. O desassossêgo insuflado pelo inimigo constitui parte da moderna técnica da guerra de nervos.

Vejamos alguns exemplos colhidos na última guerra: os alemães, durante o bombardeio de Londres, logo após os raides aéreos, blasonavam: "Isto é apenas o comêço. Só usamos uma pequena parcela de nossas fôrças. O pior ainda não veio". "Queremos evitar a destruição total da cidade, mas o govêrno insiste em resistir, lamentamos não ter outro remédio", etc.

A ansiedade das massas é conseqüente à ansiedade individual, que se vai propagando, pouco a pouco, a tôda a coletividade.

Os cansados tornam-se pessimistas, tristes e derrotistas. Quando os chefes se deixam dominar pelo desânimo, a tropa tôda se apercebe disso e fica desmoralizada. Deve-se, assim, substituir imediatamente todo o chefe que denunciar fadiga exagerada e esgotamento das energias nervosas.

A saúde psicológica abalada, a desnutrição deprimem o povo, que se torna abúlico, pessimista, entreguista, preparando o terreno onde medra fàcilmente a semente do pânico. Por conseguinte, a melhoria das condições alimentares constitui um problema de saúde pública, de grande relevância para elevar o moral do povo, ameaçado de claudicar ou de entrar em colapso.

A verificação dêsses fatos leva a uma série de conclusões. Assim é que as sentinelas de raides aéreos devem ser escolhidas entre os que revelam boa estabilidade emocional. Há testes relativamente simples para se apurar os que são portadores de constituição hiperemotiva. Os indivíduos ansiosos, agitados e aflitos devem ser recusados, porque o seu

estado de ânimo é contagioso e pode comprometer tôda a coletividade.

Os encarregados da divisão psicológica, os indivíduos escolhidos como observadores e os chefes dos serviços de informações devem ser, por isso, rigorosamente escolhidos entre pessoas de expediente, diligentes, decididas, resistentes, dotadas de grande energia psíquica, capazes de não só manter elevado o moral coletivo, como ainda de restabelecer o curso normal da vida o mais depressa possível, por uma ação decisiva e corajosa, sem se deixar entibiar pelo ambiente por mais carregado que seja.

O meio mais eficiente para dominar o pânico é aproveitar a tendência natural do povo para se reunir nos momentos graves, para canalizar as suas energias, derivando-as para fins úteis e definidos. A mente deve estar constantemente ocupada com algum trabalho, para impedir que a imaginação deforme a realidade e agrave a situação. Por isso, a divisa "segurança acima de tudo", deve ceder lugar a "trabalho acima de tudo".

Psicologia do boato

Durante os períodos de guerra, os boatos adquirem papel de relevância e chegam a constituir um sério problema nacional, como aconteceu nos Estados Unidos, durante os anos de 1942 e 1943.

O boato surge em duas circunstâncias diametralmente opostas — quando há escassez e quando há profusão de notícias.

Para combater o boato, deve-se primeiro lançar água fria na fervura: "Pare, olhe, escute". Pergunta-se então de onde partiu o boato e desmente-se a notícia ao invés de aceitá-la. Não se deve ajudar a divulgação do boato: faz-se ver que êle está auxiliando o inimigo pela propaganda de notícias sem confirmação oficial. Em resumo, deve-se fazer com que o boateiro se intimide.

Na linha de ação contra os boatos, pode-se adotar, de um modo geral, o seguinte critério, empregado nos Estados Unidos:

1.º — O boato não merece fé, é quase sempre falaz. Nenhuma pessoa sensata deveria nele acreditar.

2.º — O boato pode ser um instrumento de propaganda inimiga.

3.º — Os boatos destróem o moral do povo. É antipatriótica e condenável a sua difusão.

4.º — As pessoas que propalam boatos são tolas e perniciosas.

5.º — Difundir boatos é uma forma de descarregar em pessoas inocentes as próprias fraquezas.

A guerra subversiva ou revolucionária, que é uma das modalidades da guerra fria, conhecida e empregada desde a mais remota antiguidade, tem sido largamente utilizada nas suas conquistas, pelos russos, que a aperfeiçoaram e sistematizaram.

Oculta, manhosa, sub-reptícia e clandestina, antes de ser posta em execução é estudada e planejada por técnicos experimentados e perfeitos conhecedores das condições do país em que se vai desencadear. Tem ela por objetivo implantar a indisciplina, quebrar a hierarquia, incitar a revolta e a insurreição, graças a uma propaganda bem conduzida, pela exploração das massas. Objetiva principalmente a desorganização e a desintegração da estrutura social do país, pelo enfraquecimento do potencial nacional, desprestígio das instituições e das autoridades legalmente constituídas e aniquilamento das classes produtoras, visando a implantação do comunismo em todo o mundo.

O extraordinário progresso das técnicas usadas na difusão do pensamento, na propagação das idéias e na transmissão das imagens, permite hoje a penetração, a captação e a exploração das massas, pela utilização de métodos psicológicos de propaganda. Sérgio Tchakhotine estudou exaustivamente os diversos processos utilizados na violação das massas pela propaganda política e subversiva.

A guerra insurrecional tem um campo de ação cada vez maior e novas possibilidades. É indiscutìvelmente uma arma terrível e temível, sobretudo porque age de forma sutil, insidiosa, disfarçada, dissimulada, é difícil de ser localizada e combatida. Menos dispendiosa que as outras armas, vale-se de uma série de circunstâncias propícias ao seu desenvolvimento. Utiliza-se de elementos recrutados entre os próprios inimigos, sobretudo das personalidades psicopáticas, dos extremistas e desajustados, os quais, destituídos de sentimentos cívicos e patrióticos, se prestam a tôdas as manobras, não medem as conseqüências dos seus atos, revelam grande temibilidade e têm ânsia de alcançar o poder, mesmo que isso

implique na perda da soberania da pátria e na escravidão do seu povo.

Indaga-se freqüentemente porque razão a União Soviética provocaria uma agressão nuclear, quando já são notáveis os resultados por ela alcançados através da ação subversiva, sem envolver em lutas arriscadas, suscetíveis de causar represálias. Vannevar Busch analisa os métodos comunistas de guerra subversiva sob os seus múltiplos aspetos. "A tese comunista", diz êle, "ensina que, quando se logra provocar grande miséria e desconfiança em determinado país, a população operária se revolta e o regime comunista se implanta inevitàvelmente, mais uma unidade se incorporando ao sistema totalitário comunista".

"É essa a maior ameaça que paira sôbre as democracias, visto que é muito mais fácil destruir que construir, mais fácil propalar inverdades e lançar os homens uns contra os outros do que estabelecer confiança mútua, mais fácil arruinar um sistema político que fazê-lo funcionar normalmente. A tática da guerra fria é a mais eficaz que se pode encontrar".

"O trabalho de sapa interna, a utilização das facilidades oferecidas por uma democracia liberal para miná-la de mil formas diferentes, o acesso aos postos de direção, a possibilidade de utilizar as autoridades para despertar querelas, a cooperação de redes de espiões e sabotadores que recebem instruções de Moscou facilitam enormemente a tarefa".

Conquistas da guerra revolucionária

Os resultados dessas técnicas subversivas, como a experiência já demonstrou sobejamente, são sobremodo eficazes e seguros. Especialistas competentes e bem treinados as aperfeiçoam constantemente, adaptando-as às condições específicas do país visado. Basta, para se aquilatar dos resultados já conseguidos pelos soviéticos, dar um balanço na situação atual: o equilíbrio estratégico do mundo, após a última guerra, foi radicalmente modificado por meio da técnica revolucionária. As conquistas obtidas por êsse processo superam as conseguidas durante as duas grandes guerras por qualquer país, o que é fácil de se comprovar. Em superfície, cêrca de um têrço da humanidade passou para o campo comunista e muitos povos viram-se forçados a colaborar com os soviéticos. Em profundidade, as posições do Ocidente vão sendo progressivamente minadas, ameaçadas do interior e do exterior, na maioria das vêzes por pressões de ambos os lados. Como é sabido, a guerra revolucionária não se limita a estimular movimentos subversivos isolados, que ocorrem aqui e acolá,

mas tem ambições muito maiores e visa uma guerra total, universal e permanente para a implantação de sua ideologia. Idealizada e planejada de acôrdo com as idéias de Hegel, Marx, Engels e sobretudo de Clausewitz, já foram os seus métodos aplicados por Lenine, Stalin, Kruchev, Mao Tsé-tung, Tito e tantos outros em várias partes do mundo.

Técnicas e fases da guerra subversiva

De acôrdo com a doutrina e os princípios democráticos, entende-se por guerra uma série de operações militares, de caráter defensivo, a que o país é levado para se defender dos seus inimigos quando atacado. Trata-se de uma condição excepcional, durante a qual a política se apaga ante a violência desencadeada e os dirigentes militares assumem a direção das operações. A nação inteira então se levanta e procura abater o inimigo, num esfôrço supremo, procurando destruir as suas fôrças e o seu potencial militar. Tôdas as pessoas válidas são mobilizadas, o povo coloca-se a serviço da nação, para defendê-la e salvá-la, com o sacrifício da própria vida. A guerra é concebida de uma forma generalizada, o inimigo é visado frontalmente. O objetivo é destruir as fôrças contrárias, lançando-se mão de todos os recursos para conseguir a vitória e obter a paz em que se deseja viver.

Totalmente diversa é, porém, a concepção da guerra de acôrdo com as idéias marxistas. Para os que adotam essa ideologia, a guerra é um estado normal, permanente, que não pode cessar enquanto não fôr implantada no mundo "a sociedade sem classes" e tôdas as nações não ficarem sob a sua tutela, como acontece com os países satélites já incorporados à sua órbita e cujos povos estão submetidos a um regime de escravidão. Para isso, os soviéticos não se valem, apenas, dos recursos militares, como recorrem também a tôdas as fôrças resultantes das atividades humanas, sejam elas espirituais, intelectuais, morais ou materiais. Todos os poderes políticos, econômicos, psicossociais e militares do adversário são visados e atacados por todos os meios e formas.

A estratégia política e a militar fundem-se numa só. Não há diferença alguma entre uma estratégia para a paz e uma estratégia para a guerra. Digam êles próprios. Frunze ensinava: "As questões de estratégia militar, política e econômica estão estreitamente entrelaçadas, num conjunto unificado". Stalin disse, na sua obra "Sôbre a Estratégia e a Tática dos Comunistas Russos" — " a parte mais importante da estratégia consiste na determinação da direção básica, que deverá nortear o movimento das classes trabalhadoras, mercê do

qual o proletariado poderá mais fàcilmente assestar o golpe principal sôbre o adversário, para a realização de fins preestabelecidos". Visa, assim, desagregar as posições adversárias de uma forma indireta e traiçoeira, como um cancro que, uma vez instalado, corróe os tecidos e se dissemina por todo o organismo.

Não há nenhum mistério nos propósitos comunistas. Os fatos são claros e evidentes, quando não, seria o bastante ler as suas proclamações. Atente-se para o memorando de Mao Tsé-tung (1953), que não deixa a menor dúvida quanto às intenções e os planos por êles delineados: "Conquistar ou neutralizar primeiro a Ásia, o que nos dará acesso ao Oceano Índico e ao Mediterrâneo, depois a África, o que nos levará ao Atlântico e tornará a Europa e o Oeste indefensáveis. Em seguida, liqüidar totalmente a Europa, ou então visar a América do Sul. Uma vez dominada, a América do Norte estará à nossa mercê e a chantagem nuclear será certamente suficiente para dominá-la". O eixo Tachkent-Rio de Janeiro já foi traçado e é nessa direção que se concentram agora os maiores esforços realizados diretamente ou por intermediários.

As técnicas de desagregação estão em marcha. As operações ditas "de limpeza" processam-se em tôda a parte, nas assembléias, nas organizações nacionais e internacionais, nas administrações, nos organismos públicos e privados. Tais atividades são, por vêzes, patentes; mas, com maior freqüência, se desenvolvem de forma velada e dissimulada.

A ação desenvolvida pelos encarregados da chamada "limpeza", por exemplo, foi traçada de forma clara e precisa num texto de Lenine relativo à conduta que todos os parlamentares comunistas deverão adotar, tenham êles assento nas assembléias nacionais ou internacionais: "Todo deputado comunista deve, por decisão do Comitê Central do Partido, unir o trabalho ilegal ao trabalho legal. No país onde os deputados comunistas ainda se beneficiam das leis burguêsas e de certa imunidade parlamentar, esta deverá ser utilizada na organização e na propaganda ilegal do partido. Os deputados comunistas devem subordinar tôda sua atividade parlamentar à ação extraparlamentar do partido. A votação regular dos projetos de lei puramente demonstrativos não deve ser feita tendo em vista a sua adoção pela maioria burguêsa, mas visando a propaganda e a agitação. A organização deve obedecer às indicações do partido e do seu Comitê Central. Todo deputado comunista deve lembrar-se não ser êle um "legislador", que emprega a linguagem comum ao

inimigo para forçar decisões. O deputado comunista é responsável não perante a massa dispersa dos eleitores, mas ante o partido comunista legal ou ilegal.

Na guerra subversiva, a atividade comunista utiliza-se, sobretudo, do que Lenine denominou de correios de transmissão. Êsse têrmo abrange tôdas as organizações, jornais, etc., que permitem transmitir às massas as impulsões do partido. Existem muitas organizações dêsse gênero, cada vez mais numerosas, abrangendo formações de massas internacionais, e nacionais, disfarçados sob várias denominações: Movimento Pacifista, Federação Sindical Mundial, Federação Mundial da Juventude Democrática, União Internacional dos Estudantes, Federação Democrática Internacional de Mulheres, Ligas Camponêsas, etc. Tôdas essas organizações não são e nem devem ser comunistas, por isso que o seu objetivo é o de atingir os meios não-comunistas e obter que participem de certas ações bem definidas, consideradas úteis aos comunistas.

Já em 1931, a Escola Lenine de Guerra Política, proclamava: "O nosso dia virá dentro de 20 ou 30 anos. A burguesia deve permanecer adormecida. Então começaremos a lançar o mais espetacular movimento de paz que jamais existiu. Haverá facilidades surpreendentes e concessões inesperadas. Os países capitalistas estúpidos e decadentes irão cooperar prazeirosamente para a sua própria ruína. Terão a chance de se considerar amigos e, quando a defesa ruir por terra, nós os esmagaremos com punho firme".

Entre os que colaboram na guerra subversiva, há voluntários e involuntários, conscientes e inconscientes. Até mesmo alguns jornais católicos por vêzes têm para ela cooperado ingênuamente, sem a mínima noção dos perigos a que se expõem.

A guerra subversiva age sôbre os agrupamentos humanos, utilizando-se das armas psicológicas, as quais atuam, como ficou dito, no terreno social, militar, político, econômico, industrial, cultural e até no artístico. Mas a ação só é desencadeada após cuidadosa preparação, articulação e coordenação entre todos os elementos, obedecendo a uma seqüência lógica e bem concatenada, em que se procura tirar o máximo partido das condições do ambiente, das dificuldades do País, dos antagonismos existentes, da demagogia política, dos preconceitos populares. Vai assim num crescendo e, conforme a situação e a oportunidade do momento, recorre tanto a uma forma discreta e desapercebida, como a violência, e ao terrorismo, mas sempre de forma dissimulada para escapar à

repressão. O planejamento é perfeito, busca-se confundir amigos e inimigos no seio de uma mesma população, para que não haja possibilidade de se distinguirem os partidários do comunismo e muito menos de identificá-los.

No trabalho de solapamento da estrutura social das Democracias, os comunistas empregam sempre a mesma técnica, hábil e manhosa, atuando sôbre o espírito público de forma sorrateira, como que por uma ação subliminal, em que as idéias são inoculadas sem que o indivíduo disso se aperceba, servindo-se mesmo, alguns, como sucede aos chamados inocentes úteis, de instrumentos para seus inimigos atingirem seus objetivos. No emprêgo dessa técnica de pentração e infiltração, os russos contam com um corpo de técnicos experimentados e sagazes, com cursos especializados e que agem no momento próprio no seio das classes estudantis, nas massas proletárias, nos meios militares e nas zonas rurais, sobretudo nas regiões mais atrasadas, onde o povo é mais crédulo e se presta melhor à catequese e à conversão, deixando-se conduzir muito mais pelas emoções e pelo sentimentalismo que pelo raciocínio e objetivo. Exploram, também, com grande proveito os anseios nacionais do povo, deturpam os fatos, iludem os de boa fé, distorcem a verdade, lançam as classes uma contra as outras, fomentam a dissenção entre os partidos políticos, incitam greves, sabotagens e atos de destruição, numa atividade incessante e maquiavélica, com o objetivo de enfraquecer o poder e a segurança nacionais.

A guerra subversiva compreende várias fases, que desenvolvem conforme planos preestabelecidos e bem delineados, sujeitos a modificações, de acôrdo com os acontecimentos, a resistência encontrada, a oportunidade e a necessidade de alterar as técnicas, de tornar mais adequada e eficiente a ação empreendida.

Na primeira fase, dita inicial, tôda atividade se exerce de forma clandestina, rigorosamente secreta e velada. Os promotores da insurreição cuidam da preparação do terreno, removem os obstáculos, escolhem as formas de propaganda mais eficiente junto às massas e fazem obra de proselitismo nos meios intelectuais.

Os pontos fracos da estrutura econômico-social de determinado país são os mais visados, para que maiores vantagens sejam colhidas, aproveitando-se do descontentamento popular que lavra e procurando agravar ainda mais as suas causas — dificuldades econômicas, crises de transportes e de alojamento, elevação do custo de vida, inflação crescente. Os responsáveis pela ação psicológica subversiva deverão desen-

volver atividades intensas, promover reuniões, insuflar as massas, infiltrar-se em tôda a parte, agindo sempre na surdina, ardilosamente, a fim de não serem percebidos e poderem dissimular as suas atividades.

A segunda fase visa criar um clima revolucionário. Manifestações de protesto adrede preparadas surgem, sobretudo, no seio dos sindicatos dominados pelos comunistas. Instigam a chamada operação tartaruga, greves são declaradas, ocorrem quebra-quebras e atos de sabotagem. Durante essa fase há articulações clandestinas que se fazem entre elementos comunistas infiltrados entre operários e estudantes, encarregados de desencadear movimentos conjugados, destinados a impressionar a opinião pública grangear adeptos e criar um clima propício à subvenção da ordem.

A terceira fase é já de franca e aberta subversão. Verificam-se atentados terroristas com o objetivo de paralisar a vida da cidade, implantar o medo, gerar o pânico e confundir as autoridades encarregadas da manutenção da ordem. As usinas de produção e transmissão de energia elétrica, os serviços de águas, de transportes e de abastecimento público são os mais visados, a fim de atingir tôdas as camadas sociais, criar embaraços à administração pública, desmoralizar os poderes constituídos, agitar a opinião pública, provocar reações coletivas diversificadas, dificultar a manutenção da ordem e implantar a anarquia.

A quarta fase já envolve a criação de bases de fôrças semi-regulares, distribuídas aqui e acolá, as quais deverão servir de apôio à generalização do movimento.

Na quinta e última fase, entram em cena as fôrças regulares, compelidas a aderir ao movimento já então generalizado e com o domínio total da situação.

A subversão apresenta um duplo aspeto — a destruição da ordem existente e a instituição de um nôvo govêrno de inspiração comunista.

Já existe entre nós, uma guerra subversiva em marcha?

Quem se der ao trabalho de investigar, analisar e concatenar os fatos e as ocorrências sociais, que se têm verificado ùltimamente no Brasil, não pode deixar de surpreender-se com a existência de uma sucessão de atos de indisciplina, revolta, greves, motins, sabotagens, atentados, quebra-quebras, que ocorrem aqui e acolá, quando menos se espera, sob o menor pretexto, em inteira desproporção, na maioria das vêzes, com as causas determinantes. Nunca se consegue apurar a sua origem, a fim de punir os responsáveis, os incentivadores, os autores intelectuais e materiais dêsses mo-

vimentos, porque inexplicàvelmente os inquéritos não prosseguem, são esquecidos e arquivados, sem justificativa satisfatória, por mãos ocultas e misteriosas.

Se um movimento popular eclode, seja por causa justa ou injusta, surgem logo agitadores que se encarregam de tirar proveito da situação, do estado emocional do povo, para incentivar a desordem, pregar a violência, instigar o saque, promover atos de destruição e até incendiários. Quando as autoridades intervêm, são recebidas com hostilidade, dado que há evidente interêsse em se entreter a insurreição, daí resultando conflitos entre os amotinados e os encarregados da manutenção da ordem.

Certa imprensa explora hàbilmente os fatos e não só os aplaude como incita à sua repetição. Basta recordar ràpidamente os principais fatos registrados ùltimamente, as circunstâncias de que se cercaram, as agitações promovidas e as desordens dirigidas. Em todos êles há sempre uma fôrça oculta, uma motivação pré-estudada, uma sucessão no seu desencadeamento, uma subversão dirigida e organizada, aberta ou ocultamente, por comunistas, filo-comunistas, pseudo-socialistas e pseudo-trabalhistas. Buscam êsses elementos desviar a atenção pública das verdadeiras causas e motivos das agitações sociais, atribuindo por vêzes às próprias autoridades o propósito inconfessável de tê-las promovido com objetivos políticos.

Insistem os agitadores sempre na mesma tecla. Há a preocupação constante de culpar os Estados Unidos por todos os males que nos afligem e recomendar a aproximação com a Rússia, como medida salvadora. Não nos devemos iludir. Se não nos acautelarmos, se não adotarmos medidas severas para impedir o triunfo da guerra insurrecional contra nós lançada, dentro em pouco o nosso País se verá a braços com uma revolução de conseqüências imprevisíveis, capaz de quebrar a unidade nacional e de destruir o inestimável patrimônio que herdamos das gerações passadas.

Não nos devemos esquecer que, contra a ofensiva total, impõe-se uma defensiva total. As fôrças armadas e a polícia não podem, por si sós, preservar o País da ameaça da guerra revolucionária. É preciso que cada cidadão consciente procure combatê-la, neutralizá-la, esclarecendo a todos as suas finalidades e os perigos que ela representa para a nossa soberania, sem o que estaremos fadados a caminhar para uma das tiranias mais bárbaras registradas na história.

Entre nós, muitos são levados a pensar que a guerra revolucionária é um fenômeno espontâneo, conseqüente ao

sofrimento, às privações e às frustrações das massas populares, que se rebelam procurando alcançar uma melhor sorte ou conseguir reinvidicações que considerem justas. A experiência demonstra que isso não é bem exato. A guerra revolucionária é inteiramente artificial e pré-fabricada. Sua verdadeira causa reside na disposição de uma organização política totalitária de conquistar o poder pela fôrça, pela violência. Não é menos certo, entretanto, o fato de os mentores da guerra revolucionária, tirarem o maior partido de tôdas as contradições, de todos os antagonismos, de tôdas as antíteses, que se formam no País, de todos os anseios, descontentamentos e revoltas populares, para assestarem o golpe contra as instituições democráticas. A sistematização, a articulação e a ação subversiva, no propósito de destruir as democracias e instituir o estado comunista, são realizadas pelos seus agentes.

No Brasil há presentemente muitos pontos vulneráveis que se prestam à penetração da propaganda subversiva. A industrialização avançada e a prosperidade dos Estados do Sul em oposição às condições subdesenvolvidas e de pauperismo dos Estados do Norte. As discussões, as contradições e os desentendimentos motivados pela mudança da capital para Brasília, os problemas da Petrobrás, a política internacional, a Operação Pan-Americana, a inflação crescente, a questão cambial, a carestia da vida, os problemas de transporte, alojamento e alimentação, a luta de classes, a corrupção reinante, a demagogia política, os preconceitos raciais são fatôres que se prestam indiscutìvelmente para favorecer a propaganda comunista, que age em tôda a parte, está sempre alerta, incitando uns contra os outros, fomentando intrigas, agitando a opinião pública, numa atividade incessante e diabólica.

Na democracia liberal em que vivemos e que devemos defender com tôdas as nossas fôrças, é perfeitamente admissível e desejável que todos os problemas de interêsse coletivo sejam ampla e livremente debatidos. Dever-se-ia, entretanto, evitar que as paixões conturbassem os espíritos de conciliação, os ódios políticos, o agravamento da luta entre as classes e dos antagonismos existentes.

Walter Lipmann disse, com razão, que não se faz a guerra fria com a cabeça quente. Se essa técnica é válida para a ofensiva, com muito mais razão deverá ser ela adotada na defensiva contra a investida insurrecional.

A luta anti-subversiva

A população deveria ser alertada quanto à existência de um propósito subversivo e das suas graves conseqüências, que levariam o País ao cáos ou a um regime de fôrça, com o cerceamento das liberdades democráticas. É preciso ter vontade firme e perseverante de vencer a subversão e para isso, é necessário ter-se consciência exata do perigo que ela representa e acreditar nos valôres e nos direitos que ela visa destruir ou anular.

Cumpre formar consciência clara da existência dos principais valôres da nossa civilização, quais sejam:

— o respeito da pessoa humana

— a liberdade de consciência

— a crença de que o Estado é feito para o homem e não o homem para o Estado

— a defesa de nossas tradições cristãs.

Tais valôres da civilização ocidental apoiam-se na sua tradição filosófica da vida e nos princípios democráticos, que merecem ser defendidos com o sacrifício da própria vida.

As técnicas tendentes a implantar a indisciplina e a revolta das massas, a despertar a luta entre as classes, a desarmonia nas fôrças armadas, a agitação nos meios estudantís, a inquietação no seio da população, estão sendo hàbilmente utilizadas em tôda a parte, com a finalidade de provocar a desorganização, a incompreensão e a anarquia em todos os setores da vida nacional.

Na ofensiva subversiva, como já foi dito, todos os meios, todos os recursos, todos os subterfúgios têm sido empregados e julgados lícitos, desde que favoreçam a implantação da sua ideologia. Os que estão empenhados na defesa antisubversiva devem estar prevenidos sôbre tôdas as técnicas, todos os processos empregados, para se acautelarem e combaterem o seu emprêgo, onde quer que a sua ação se faça sentir.

No relatório suplementar sôbre as recomendações do Secretário da Defesa dos Estados Unidos, reconhece-se que a guerra moderna, diz Jost Meerloo, no seu grande livro "O Rapto do Espírito", levou o perigo ao umbral de cada casa e que a última frente na guerra fria se situa no espírito de cada cidadão. Dá êsse autor os seguintes conselhos para combater a ofensiva psicológica e soerguer o moral:

1 — Chefia democrática sadia
2 — Organização bem planejada, associada à liberdade de improvisação; um mínimo de formalidades burocráticas.
3 — Autodisciplina democrática. Temos fé nas próprias instituições?
4 — Informações e comunicações livres de embaraços.
5 — Liberdade de religião; integridade moral.
6 — Lealdade mútua e responsabilidade amadurecida; espírito de colaboração.
7 — Vigilância mental; a importante psicologia de uma lúcida consciência dos problemas da nossa época.
8 — Sentimento de participação e de ser aceito.
9 — Sentimento de justiça, de liberdade, de inviolabilidade do mundo privado.
10 — Confiança em que há especialistas prontos a prestar auxílio de emergência (especialistas em higiene mental, clérigos, Cruz Vermelha, Defesa Civil, socorros médicos de urgência).

Conclusões

As ações psicológicas na guerra moderna adquirem dia a dia importância cada vez maior.

A ciência e a tecnologia vieram modificar radical e substancialmente a guerra moderna, não só quanto às armas e engenhos de destruição como, sobretudo, no campo psicológico.

A guerra militar pròpriamente dita, a guerra econômica e a guerra psicológica constituem hoje um todo inseparável, que consubstanciam a guerra total.

Na atual conjuntura internacional, a guerra revolucionária se afigura uma arma muito mais temível do que as convencionais, atômicas e termonucleares, porque as suas conquistas superam de muito as conseguidas durante as duas grandes guerras, por qualquer país.

Em superfície, cêrca de um têrço da humanidade passou para o campo comunista e vive sob um regime de escravidão. Muitos povos viram-se forçados a colaborar com os soviéticos. Em profundidade, as posições do Ocidente vão sendo progressivamente minadas, ameaçadas do interior e do exterior, na maioria das vêzes por pressões de ambos os lados.

As democracias precisam estar alertas ante o perigo representado pelas ações psicológicas que visam a sovietização do Universo.

FASE "LEGALISTA" NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

LEÔNIDAS HEGENBERG

Um amplo corpo de leis, comparável ao que existe nas ciências naturais, de poder explicativo e preditivo assegurado, só muito recentemente começou a surgir nas ciências sociais e está, ainda, em plena fase de organização. Estudiosos competentes consideram, mesmo, que é difícil que se consiga, em futuro próximo, uma teoria empìricamente assentada e que permita explicar, por meio de um conjunto de hipóteses coerentemente integradas, a imensa variedade de fenômenos sociais. Admitem, em geral, êsses estudiosos, que nas ciências "do homem" tem sido raro um acôrdo análogo àquele, que se tornou costumeiro entre os que investigam os aspectos da natureza. Há, entre especialistas de sociologia ou de psicologia, divergências acentuadas em questões de método e — o que é mais grave — em questões substantivas. Essa falta de "unidade" facilita a crítica às investigações sociais, dadas, na melhor das hipóteses, como um "rudimento de ciência", um esbôço a que falta muito para ingressar nas áreas bem consideradas pelos cientistas. Entretanto, a crítica feita ao pesquisador social nem sempre é válida. Há que reconhecer, sem dúvida, que as generalizações a propósito de fenômenos sociais, assim como se apresentam, são de restrito escopo, formulação imprecisa, aceitabilidade condicionada a um grande número de exceções e qualificações. Mas isso não impede notar que tais generalizações, ainda que muita vez defeituosas, se assemelham com as que são feitas nas ciências naturais. Até que ponto, p. ex., são válidas as observações daqueles que costumam salientar estarem as ciências sociais a braços com dificuldades específicas (e insuperáveis!) e até

que ponto há uma diferença entre as explicações dadas por naturalistas e pesquisadores de assuntos relativos ao homem? Exame dessas duas questões pode jorrar alguma luz sôbre a discutida "cientificidade" das investigações sociais e atestar que, longe de serem "ciências embrionárias", agem e podem agir dentro dos esquemas a que nos habituaram os que consideram a física a ciência magna, o modêlo de que as demais se devam aproximar.

Quais são, em suas grandes linhas, as razões apontadas para a ausência de leis gerais nas ciências do homem? Essencialmente, estas; em primeiro lugar, as que lembram a "experimentação precária" quando o homem se acha em tela; em segundo, as que se referem à "complexidade dos fatôres" sempre que se lida com assuntos humanos. A que se juntaria, ainda, o grave problema "dos valôres". Tratemos de investigar cada um dos pontos, adotando a perspectiva de quem, com tôda isenção de ânimo, julga poder considerar científicas as análises que são feitas por pesquisadores das áreas humanas.

Pela ordem, passemos pelo obstáculo da experimentação precária.

Diz-se que um experimento é controlado se fôr possível manipular (ainda que dentro de certos limites estreitos) certos elementos de uma situação (as "variáveis", ou "fatôres" da situação), tidos como relevantes para a ocorrência do fenômeno sob escrutínio. Variando alguns fatôres (nos casos "perfeitos", *um* fator), o experimentador pode ajuizar dos efeitos que as variações impõem sôbre o fenômeno, descobrindo as relações de dependência entre as variáveis e entre estas e o fenômeno em foco.

O experimento, assim caracterizado, é, de fato, raro nas indagações sociais. A não ser em casos de exceção, o investigador não possui o "poder" de introduzir modificações nos assuntos que lhe importa examinar. Colocam-se, então, dois problemas principais:

1 — o experimento controlado é, efetivamente, indispensável?

2 — será, de fato, negligenciável a possibilidade de realizar procedimentos controlados nas investigações sociais?

Reconheça-se, de partida, que a possibilidade de realizar experimentos controlados representa um ganho substancial em estudos científicos. A química e a genética talvez não tivessem chegado ao estágio que chegaram, não fôsse a experimentação sistemática. Mas não se superestime o papel do experimento controlado. A astronomia, p. ex., não deveu seu avanço à manipulação experimental dos corpos celestes. A geologia e a embriologia, embora não fôsse viável nas pesquisas que lhes dizem respeito o experimento controlado, nem por isso deixaram de chegar a um estágio "respeitável", com grande número de leis bem assentadas. Os exemplos atestam que a ausência de experimentação não é, como se poderia supor, impecilho insuperável para o progresso de uma ciência. O que se faz indispensável é a *investigação controlada*. Que seria isso? A deliberada atenção para o fenômeno que se manifesta de modo mais ou menos uniforme em diversas ocasiões, atentando-se para aqueles traços comuns ou para aqueles que, ora presentes, ora não, possam mostrar-se relevantes para a ocorrência do fenômeno. O astronômico não cria eclipses a gôsto seu. Observa-os, quando se manifestam. O investigador social não cria "tensões sociais". Observa-as, quando se manifestam. A investigação controlada pode ser feita nos assuntos em que se acha envolvido o homem.

Quanto ao segundo quesito, cabe salientar que a experimentação é muito mais viável nas ciências sociais do que normalmente se supõe. Basta recordar quantas situações "de laboratório" já se têm forjado para estudar aspectos especiais das reações humanas a dados estímulos. Ao lado das situações artificiais que se criaram em pequenos grupos (clubes, fábricas, agremiações), imitando a "realidade" mais ampla de tôda a comunidade, questões de relêvo como as das migrações, das atitudes de grupos minoritários, da variação de índices de natalidade, etc., têm sido examinadas com relativo sucesso, nas bases do que se entenderia por uma experimentação controlada. As técnicas de análise, é certo, se diversificam muito e talvez seja prematuro falar em experimentação em todos êsses exames. Todavia, estamos nos aproximando de resultados e procedimentos de aceitabilidade generalizada entre especialistas.

Examine-se, agora, a questão da "complexidade dos fatôres".

Note-se, de início, que "complexidade" é têrmo vago e que assuntos considerados complexos antes da invenção de

um modo eficaz de tratá-los, tornaram-se "simples" após a invenção de uma técnica adequada de abordagem. Ainda que se admita serem os assuntos sociais bastante complexos, não é certo, "a priori", que sejam mais complexos que aquêles como trata a física ou a química. Acontece que nas ciências naturais já se chegou a uma terminologia razoàvelmente precisa, cada têrmo indicando uma classe altamente homogênea de objetos (agrupados nessa classe em virtude da semelhança de certos traços dados como notáveis). A isso se opõe, nas ciências sociais, o uso de vocábulos com seu significado ordinário, cheio de conotações prejudiciais. Assim, "vermelho", em física se associa a um comprimento de onda. O mesmo têrmo, nas ciências sociais, pode, exagerando um pouco, arrastar consigo, ao lado do que se tenha em vista, idéias relativas ao comunismo, ou coisa análoga. Uma tarefa preliminar, pois, se impõe: a de procurar um vocabulário mais preciso, que elimine, antes de mais nada, a "complexidade" aparente, oriunda do mau emprêgo de palavras.

No entanto, não é por causa do mau emprêgo de palavras que se tem considerado complexa a investigação social. Razões mais importantes têm sido lembradas para isso. Algumas merecem destaque e serão, a seguir, comentadas.

Afirma-se que é difícil chegar, nos estudos sociais, às leis seguras e de validade testável, porque tôda investigação referente ao homem padece de inevitável subjetivismo. Quando se fala no homem, disposições, motivos, valôres e objetivos estão presentes e nenhum dêsses fatôres se submete à inspeção sensorial, nenhum dêles pode ser investigado com os procedimentos que são usuais ao se tratar das coisas públicas. Êsses fatôres, diz-se, requerem uma "experiência subjetiva" para a sua análise. O cientista social é obrigado a uma "interpretação" dos materiais com que se defronta e essa interpretação não se faz nos moldes da interpretação comum às ciências físicas, exigindo uma espécie de "identificação psicológica" com os fatôres e processos que forem investigados. As opiniões chegam ao exagêro de considerar vã a tentativa de fazer um estudo objetivo das ciências sociais.

Qual a dose de verdade que as observações anteriores possuem?

É inegável que a conduta humana é frequentemente orientada para um fim a atingir e é inegável que quando uma conduta se torna "explícita", e é "explicada" por quem a adotou, muitos fatôres "subjetivos" (psicológicos) são lembrados na explanação. Mas isso não significa que seja obrigatório postular sòmente estados psicológicos para a explica-

ção de uma conduta. Isso seria limitar a investigação de modo inconveniente, já que também é aparente que as ciências sociais não empregam apenas distinções que se refiram a estados psicológicos. P. ex., para estudar a adoção de certas regras de conduta é lícito supor que a sociedade as adote por fôrça de fatôres perfeitamente objetivos como o modo de cultivar o solo, armazenar os alimentos, permutá-los, o modo de vestir, face aos recursos disponíveis, etc. O "behaviorismo" foi justamente introduzido nas investigações sociais porque se desejava banir de tais investigações as conclusões vagas e nada merecedoras de fé que a introspecção vinha trazendo. Ao lado da análise "compreensiva" dos estados mentais, colocou-se a análise "objetiva" dos dados visíveis, abertos, públicos, do comportamento. Isso, percebe-se com facilidade, só pode ser vantajoso. De fato, permanecer na antiga posição equivaleria a dizer que um psiquiatra só seria capaz de conhecer as moléstias mentais se as pudesse recriar em si, se fôsse também um demente. Afinal, o médico pode dar conta de estados mentais de seus pacientes mediante a investigação das atitudes "públicas" dos clientes, sem cogitar de sentir em si mesmo os males do consulente para poder compreendê-los".

Admita-se, no entanto, que às ciências sociais caiba "compreender" fenômenos sociais em têrmos de certas "categorias significativas" de modo que não se possa eliminar a noção de "estados subjetivos" dos agentes humanos envolvidos nos fenômenos. Quereria isso dizer que nas explicações surgiria uma "lógica" diversa daquela que se emprega no estudo das ciências naturais? Não são raros os que sustentam isso. E segundo os que assim pensam, uma explicação "significativa" — que leva em conta os motivos humanos, alheios aos processos naturais — teria uma estrutura mais "fina", passível de ser analisada da seguinte maneira. Imagine-se que, dentro de certas condições sociais, S, um fenômeno, F, ocorre, supondo-se que indivíduos em S participem de F. Os indivíduos são dotados de certos estados subjetivos que se associam a S e a F, designados por E_s e E_f, respectivamente. Alegando-se que existe uma relação entre E_s e E_f (que podemos "compreender" porque refletimos a propósito de nossas próprias emoções, atitudes ou nossos desejos, etc. assim alcançamos a conexão existente), estamos capacitados a entender porque F ocorre nas condições S. E a explicação que estamos, então, qualificados a dar, será "boa" porque não se reduz a uma simples sucessão de fatos observados e porque

envolve as manifestações subjetivas com que nos familiarizamos ao considerar nossos próprios estados afetivos.

As explicações "significantes" apoiam-se na suposição de que certos indivíduos especificados estão em certos estados psicológicos (num dado momento) e na suposição de que os vários estados se relacionam uns com os outros e com alguns tipos de comportamento visível, exterior. Ora, é necessário ter alguma evidência a propósito de tais suposições, sob pena de transformar as explicações em exercícios de imaginação. Certamente não é fácil corroborar hipóteses a respeito de ações ou atitudes de outras pessoas. Mas o importante é notar que não há de ser por instrospecção, avaliando nossos próprios estados e suas possíveis manifestações, que se terá evidência favorável para cogitar do comportamento alheio. No melhor dos casos, a introspecção poderá sugerir alguns caminhos para a investigação, mas não nos fornecerá o tipo de certeza que justifica a adoção de conclusões como indiscutíveis. Conjecturas não são fatos. A suposição de que nós, face a certas condições, agiríamos de determinado modo, não acarreta que outra pessoa viesse a agir de forma análoga. Não é nada certo que experiências pessoais se possam transmitir para as situações que nos sejam alheias. Voltando a um ponto já citado, seria um historiador incapaz de estudar Napoleão sem ter mentalidade de guerreiro? Seria um calmo sociólogo incapaz de examinar fenômenos relacionados com orgias? A evidência fatual disponível atesta que os estados mentais dos investigadores não precisam identificar-se com os estados psicológicos que êles irão examinar para que o estudo seja importante. Se um Modigliani ou um Poe refletem nas suas criações muitas das angústias que sofreram, rara é a ocasião em que um cientista, por ter sido de certo tipo psicológico T, digamos, haja estudado melhor assuntos aparentados com T. E a própria arte nos mostra exemplos de criadores muito equilibrados a tratar com agudeza temas que estariam mais ou menos afastados de suas experiências pessoais. Com efeito, o conhecimento que se põe em proposições nada tem a ver com sensações, imagens ou sentimentos e não resulta de nenhuma "inefável comunhão" com os fenômenos estudados, nem com a reprodução da matéria que se examina em alguma experiência direta.

O conhecimento é uma representação simbólica de aspectos do assunto que se investiga; é produto de processos que deliberadamente estabelecem relações entre alguns traços da matéria em tela, de modo que a presença de certos aspectos característicos possa ser indicativa da presença de

outros; e exige, para ter alguma serventia, que as afirmações sejam verificáveis pelas observações de quem quer que se disponha a fazê-las.

Aquêle aparente "refinamento" a que se aludiu acima, próprios das explicações significantes é, pois, enganoso. Imagine-se, ilustrando o esquema a que se fêz referência, que o fenômeno F observado seja a fuga de um indivíduo diante de uma turba exaltada, caracterizável como condição S. É certo que o indivíduo, na situação em que se encontra, está submetido a certos estados subjetivos E_f (medo, p. ex.) e que a multidão apresenta, por sua vez, uma espécie de "estado" E_s (desejo de violência, agressividade, ou coisa parecida). Ora, não é preciso supor que nós tenhamos passado por experiência análoga para saber que o homem que foge do grupo colérico está com receio de ferir-se, de ser agredido. Não é porque nós associamos, em nosso espírito, por fôrça de nossas experiências, o medo à exaltação da massa humana, que o fenômeno da fuga se torna "compreensível". Não é porque estamos familiarizados com nossos estados afetivos que podemos explicar "melhor" o receio do indivíduo. Podemos explicar a retirada do homem sem ter necessidade de recriar a sua angústia em nós, da mesma forma por que explicamos que a temperatura de um pedaço de cobre está em ascenção porque as moléculas se movem com velocidade crescente. O conhecimento que se tem nos dois casos depende do *comportamento exterior*, da evidência obtida por meio da observação de dados "objetivos". No caso do indivíduo que se afasta e no caso do metal que se aquece, a lógica não difere. A imputação de "estados interiores" (medo, velocidade das moléculas) é fruto de análise de ocorrências objetivas.

Pode-se admitir que uma "compreensão simpática", isto é, uma compreensão manifestada em virtude de certa coincidência de estados de espírito em jôgo, tenha influência na origem das explicações e das hipóteses que o cientista social emprega. Mas se é lícito admitir que a "compreensão simpática" norteie a *escolha* de uma hipótese explanatória, a *validade* da explicação nada tem que ver com estados afetivos ou com situações subjetivas. A validade se estabelece com os mesmos critérios que se emprega nas ciências naturais.

Recapitulemos. Diz-se que o investigador das coisas sociais não pode chegar às leis, tal como são usuais, nas ciências naturais, porque não lhe é possível fazer experimentos. A objeção não tem fundamento. Diz-se que não há esperanças

de chegar, nos assuntos sociais, à fase "legalista", própria das ciências naturais, porque o pesquisador está peado por inúmeros obstáculos incontornáveis, o principal dêles sendo a necessidade de levar em conta certos "estados subjetivos", que requereriam uma "compreensão simpática" das coisas. A objeção não procede. Mas há, ainda, o obstáculo "dos valôres". Tratemos dêle, agora.

É comum supor que a atividade do cientista está desligada de interêsses humanos, de valôres que o homem preza. Essa atitude, diz-se, não pode ser adotada pelo investigador social. Em primeiro lugar porque êle dá atenção a fenômenos a que atribui uma "significação cultural", de modo que já na escolha de seu assunto surge uma orientação valorativa. Ora, essa objeção não tem o menor interêsse porque qualquer pessoa que se preocupe com um ramo do saber, estuda-o invocando motivos para estudá-lo que são perfeitamente análogos em qualquer setor de investigação. Em poucas palavras: em qualquer ciência o investigador se deixa guiar por seus interêsses ao selecionar o seu assunto de especialização.

A segunda razão costumeiramente apresentada para dizer que os estudos sociais se banham em águas do valor é a de que, por adotar normas que separam o bem do mal, o pesquisador já teria noções implícitas a respeito do que seria uma "boa ordem social", de modo que suas análises se tingiriam, fatalmente, com suas opiniões. É fato que a intromissão de valôres nas investigações sociais se faz com frequência, sendo difícil, talvez, evitá-lo. Mas dificuldade não é sinônimo de impossibilidade e já se tem procurado identificar os preconceitos oriundos de questões de valor com o fito de reduzir ao mínimo a sua influência distorsiva. Seja como fôr, se é verdade que ainda não se conseguiu chegar ao estágio de "indiferença" face aos valôres, próprio da ciência natural, isso não quer dizer que não se possa, nas ciências sociais, obter conhecimento digno de fé.

No X Congresso Internacional de Filosofia (Amsterdam), J. A. Passmore fêz alguns comentários interessantes a respeito dos valôres nas ciências sociais (V. seu "Can the social sciences be value-free" nas atas dêsse conclave, publicadas pela North Holland Pub. Co., 1949). Segundo êle, caberia, antes de mais nada, separar os problemas em três grandes categorias: os técnicos, os teóricos e os de ação.

Os teóricos são abordados com hipóteses, observações, verificando o que, afinal, sucede. Não são assim manejáveis os problemas de ação. Aqui não há como saber se uma solução proposta é correta ou não. Se perguntarmos a um grupo de

estudiosos da conveniência da abolição das classes sociais, alguns dêles poderão achar que devam ser abolidas, outros que não devam. E os dois grupos poderão perfeitamente estar de acôrdo quanto às consequências da abolição das classes, sustentando, digamos, que levaria a uma diminuição da servilidade e uma diminuição da variedade cultural. O acôrdo quanto às consequências não impede discrepância, como é óbvio, pois a um grupo, interessado na variedade cultural não importará tanto a diminuição da servilidade, pelo outro grupo mais valorada. As ações indiscutìvelmente se processam à luz dos fatos mas não podem ser deduzidas dêstes. Por isso, os problemas relativos às ações não poderão ser discutidos se neles não comparecer um elemento teórico. Discutir uma "política" a ser adotada é fazer asserções testáveis a propósito de seu caráter e de suas consequências e é isso que o pesquisador social pode fazer. Já os problemas de caráter técnico são de tipo diverso. Poderiam ser caracterizados por meio desta pergunta: "Como construir algo dentro de tais ou quais especificações?" Talvez se possa imaginá-los como problemas teóricos particularizados. E o cuidado a tomar é o de não confundir questões técnicas com questões de ação, dada a semelhança de suas formulações.

Ora, o homem está inapelàvelmente preocupado com questões de valor, com problemas de ação. Uma sociologia ou psicologia que relegasse ao esquecimento tôdas as questões de valor seria trivial e desinteressante. O valor precisa comparecer nas ciências sociais se elas desejam precisamente dar ao homem uma análise dos problemas com que se vê a braços, estando entre êsses problemas, fatalmente, as questões de valor. O que cabe fazer é não permitir que o estudo se transforme em política para a ação, de modo que o estudioso passe a advogar rumos sociais. Uma teoria social, ainda quando considere os valôres, deve chegar ao estágio de neutralidade que a física adota. A física não nos diz se devemos construir uma ponte sôbre o canal ou prosseguir usando as balsas — ela não se ocupa com o que "deve ser" e sim com o que é. Da mesma forma, as ciências sociais não podem deixar de lado os valôres — sob pena de, assim, ignorar um aspecto deveras importante da vida humana — mas, analisando os seus problemas teóricos e técnicos, devem procurar atingir a mesma neutralidade da física no que concerne ao "dever ser".

Mas então as leis sociais podem ser obtidas? Derrubadas as objeções mais comumente feitas, caberia ter esperanças a propósito de um estágio "legalista" nas pesquisas sociais? Parece que sim. Vejamos, para terminar, de que modo as pesquisas se poderiam desenvolver.

É lícito considerar, pelo menos para ter um ponto de partida na análise das leis sociais, que as hipóteses, que se formulam, se distribuem em três níveis. Num primeiro nível situam-se os fatos gerais que possam ser autenticados. P. ex., "o ouro é amarelo", "os índios do Araguaia são carnívoros", "o cobre conduz calor", "os nordestinos pronunciam de maneira peculiar o E, abrindo-o de modo exagerado", etc.. Raramente êsses enunciados são considerados como leis porque mesmo que se fizesse uma lista considerável dêles, essa lista seria pouco adequada para caracterizar-se a ciência. O que não obsta, porém, que enunciados dêsse tipo sejam importantíssimos. Nas ciências sociais, com alguma frequência, fatos gerais são aceitos sem a autenticação devida, com resultados desastrosos. Assim, é comum dizer: "os pretos são preguiçosos", "os judeus são avarentos", "os espanhóis são teimosos", "os assassinos são doentes", "os ébrios bebem para olvidar as suas desventuras", e coisas análogas que raramente se confirmam com a segurança que se associa, digamos, à asserção "a água é incolor".

O segundo tipo de lei é o das sequências empíricas ou estatísticas. Servem de exemplos: "Muito açúcar prejudica os dentes", "os velhos enxergam com maior dificuldade que os moços", "quem não estuda de moço fica analfabeto", podendo-se, provàvelmente, acrescentar aí uma grande parte dos refrões populares. O que êsses enunciados refletem é a constatação, em um grande número de casos, de que as causas lembradas produzem os efeitos indicados.

Essas leis tampouco são satisfatórias. Em geral são estabelecidas procurando-se um laço mais genérico a unir seus elementos — um processo químico no exemplo do açúcar-cárie, uma observação de ordem estatística a mostrar que uma diminuta porcentagem dos que não estudam cedo virá a fazê-lo depois de adultos, no 3.º exemplo, e assim por diante. Nas ciências sociais, de nôvo, alguns preconceitos nos levam a achar correlações que confirmam pontos de vista já estabelecidos olvidando as que porventura possam refutar o modo de ver adotado. No feliz exemplo de Cohen, se os alunos de uma escola obtém galardões, a escola os cita em suas listas de honra; se vão para a prisão, a escola se declara isenta de

responsabilidades. Mas é inegável que o esfôrço bem sucedido de muitos especialistas tem permitido a obtenção de um número apreciável de leis sociais dêsse segundo tipo.

O terceiro tipo de leis (as leis pròpriamente ditas — empíricas e teóricas) visa o assentamento de uma relação abstrata e universal. Que elas existam nas ciências sociais, atestam os investigadores, em tôdas as especialidades, que se empenham em obtê-las, bem como o relativo êxito da empreitada em muitos casos.

As teorias, correspondentes ao terceiro tipo de leis agora citado, ainda raras nos terrenos sociais, poucas vêzes se estabelecem com segurança e aceitabilidade. Mas os passos para isso já se vêm dando e é indiscutível que o segundo tipo de lei é extremamente comum nas áreas das ciências humanas. Aos que negam a possibilidade de se chegar às leis e teorias nos campos sociais, seria recomendável uma breve meditação a respeito das semelhanças que vigoram entre o social e o físico — tópico a que nos dedicaremos a seguir.

O astrônomo não pode determinar, com as leis de Newton, a posição de um astro no dia de Natal de 1968. Além das leis, necessita êle de dados a respeito das posições, velocidades e massas de alguns corpos celestes — as chamadas "condições iniciais". As leis são uma parte necessária da previsão, mas são impotentes se não forem complementadas com as condições iniciais. É mais ou menos o mesmo que acontece no campo social. Ainda que existisse, digamos, uma lei a governar a guerra entre os povos, poderia ser impraticável a sua previsão, dada a falta de certos elementos "iniciais" — o número de soldados de cada povo, o estado de sua armada, o potencial bélico, etc. A falta dêsses dados iniciais pode dificultar a obtenção de leis e isso é particularmente visível no caso da história. A lei, em resumidas contas, fixa um tipo de associação entre acontecimentos ou condições. Se ignoramos por completo as condições iniciais, é difícil chegar a um estágio dedutivo, com teorias amplas a englobar um número considerável de leis. Isso não significa que se deva sucumbir diante da dificuldade, desistindo-se de obter leis sociais. Seria o mesmo que obrigar um especialista em geofísica (preocupado com erupções vulcânicas, terremotos, inundações e previsão do tempo), porque não pode prever os sucessos que estuda, a abandonar suas pesquisas, suas tentativas de explicação dos fenômenos em foco.

Ainda é preciso, como tarefa preliminar, nas ciências sociais, colhêr dados, fixá-los de modo sistemático, à luz de

hipóteses sugeridas por algumas generalizações estatísticas provenientes da própria investigação que se faça nos assuntos pertinentes. Sem a preocupação de indicar normas para a ação, evitando que a análise degenere em tentativa de justificação de posições prèviamente assumidas, é conveniente fixar com mais nitidez os problemas teóricos e técnicos que a vida social apresenta, estudá-los com minúcia e tentar solucioná-los com hipóteses gerais. Leis psicológicas (tratando do comportamento individual) serão contrastadas com leis histórico-sociais (preocupadas com grupos de indivíduos, nações, classes, culturas, etc.). Aquelas se comparam às leis microscópicas (como as que tratam do comportamento das moléculas de um gás) e estas, às leis macroscópicas (leis dos gases, p. ex.). Inúmeras leis microscópicas já têm sido formuladas nas ciências; as macroscópicas são agora sugeridas. Tem o caráter de generalizações estatísticas, podendo-se, p. ex., considerar como leis já razoàvelmente assentadas e passíveis de verificação empírica, declarações como:

1 — a organização tribal precede os inícios do Estado (confirmação: Grécia antiga, China antiga, estados germânicos da idade média);

2 — a arte individual é precedida pela arte folclórica anônima(arte individual na Grécia, VI e V A. C., Renascença);

3 — a admiração "imparcial" por grandes vultos com idéias divergentes é precedida pela admiração e culto "parcial", de pessoas cujas idéias estejam mais "próximas" do "sentimento" de um povo em dada época.

Êsses exemplos mostram a forma que tenderiam a assumir as leis históricas e sociais e o tipo de evidência favorável que as poderia justificar. Como a experimentação é, aqui, problemática, a maneira de chegar a tais leis é o estudo comparativo de países e culturas. A predição é o teste de validade das leis. Nos casos em tela, a predição tem um caráter especial: consiste em averiguar se uma regularidade histórica (obtida por comparação de certas culturas) se confirma em outras, de preferência "independentes" no sentido de que não tenham sofrido influência das culturas já examinadas.

Em suma, as generalizações podem ser tentadas. Leis, de alcance restrito, cheias de exceções, a princípio, mais

amplas e seguras, posteriormente, podem ser formuladas. E não é, nos assuntos sociais, mais difícil fazê-lo, do que nas ciências naturais. Nem se torna preciso usar de instrumentos especiais, como "compreensão simpática", ou coisa parecida. Nem há necessidade de se preocupar com a intromissão dos valôres nas questões estudadas. As pesquisas de caráter social podem chegar ao nível "legalista" que é típico da física e de outras ciências "acatadas". Talvez as leis sociais sejam menos sólidas que as da biologia ou da física. Mas os padrões explanatórios empregados, êsses hão de ser bastante análogos aos que se fizerem úteis nas várias disciplinas tradicionalmente consideradas como "científicas". E é isso, afinal, que lhes dá o caráter de ciência.

REFERÊNCIAS:

1. Vale a pena ver o que S. M. Neuschloz diz em seu *"Analisis del conocimiento cientifico"*, B. Aires, Losada, 1944, p. 212.

2. E. Nagel, no *"The structure of science"*, N. York, Harcourt-Brace-World, 1961, p. 452 e ss., tem comentarios muito próximos destes que fizemos aqui.

3. As leis sociais citadas no fim destas notas são formuladas por E. Zilsel, *"Physics and the problem of historico-sociological laws"*, in Philosophy of Science, v. 8, 1941.

4. R.M. McIver, in *"Society*, N. York, 1931, p. 530, assegura que não se pode comparar o homem que foge de uma turba exaltada com o papel arrastado pelo vento; se o fizermos, estaremos retirando da conduta humana o "significado" que possue, associado ao medo e ao odio, ausentes do vento e do papel.

5. A respeito da idéia de que o cientista é indiferente aos valôres, cf. nosso" Fatores sociais na ciência", in *Convivium*, nov. 1963.

6. A citação de Cohen vem em seu *"Reason and nature"*, N. York, Harcourt-Brace & Co., 1931, p. 259-260.

7. Vários pontos aqui mencionados se examinam em *"Logica de la investigación social"*, de Q. Gibson, Madrid, Tecnos, 1961.

8. De interêsse é também o artigo de A. R. Eckaart, "The contribution of nomothesis in the sciences of man", in American Scientist, v. 49, 1961.

COAÇÃO E DIREITO

Ubiratan de Macedo

Muito papel e tinta foram gastos no debate dêste tema, todavia nôvo e atual. Esta atualidade do tema deve-se, em parte, a Hans Kelsen para quem o direito constitui apenas um conjunto de normas coativas [1].

Kant foi o primeiro a introduzir a coação como essência, como definição do direito. E o fêz dada sua concepção da autonomia da conduta moral. A ação ética para ser tal deve apresentar-se espontâneamente. Caso contrário o homem não estará obedecendo mais à sua lei interior, o dever, mas estará tendo uma conduta não ética, isto é heterônoma. Em contraposição a esta moral sempre desinteresada, altruista, um agir pelo dever puro, aparece a conduta jurídica como necessàriamente heterônoma, coativa. Esta é a explicação de sua "concepção mecânica" do direito, na frase de Mata-Machado. O filósofo de Köenigsberg levou ao extremo sua tese afirmando: "Direito e faculdade de coação significam o mesmo" [2].

Contudo se esta tese foi aceita com entusiasmo por Rudolf von Ihering, A. Lasson, Holzendorff e alguns outros, Trendelenburg, Jellinek, A. Thon e os jusnaturalistas atacaram-na fortemente. Os frutos dessa pugna foram tais que autorizaram Jellinek a escrever, na sua *Teoria Geral do Estado* "a doutrina, segundo a qual a coação é essencial ao conceito do direito, está hoje reduzida a uma defensiva difícil de sustentar" [3].

Na sua tentativa de salvar a tese kantiana apelaram seus defensores, como o nota L. Lacambra, para "una sutileza terminológica que, sin embargo, afecta al fondo de la cuestión; en este caso, no se dice que al Derecho sea esencial la "coación" sino la "coactividad", es decir, la "possibilidad" de ejercer le coacción" [4]. Deixemos para mais adiante o mérito da tese e sua variante, e observemos a gênese do problema.

---

(1) *Teoría General del Derecho y del Estado,* trad. mexicana 1950 p. 3,19 e 30.

(2) *Principes Métaphysiques du Droit*-Introd. § D p. 37 da trad. Tissot, Paris 1837.

(3) Apud Cathrein, *Filosofia del Derecho,* Madrid 1960 pg. 83.

(4) *Filosofia del Derecho,* Barcelona 1953 p. 216.

Tôda a ciência jurídica depende da exata determinação do conceito de direito, e a disputa sôbre a coação é imprescindível para o seu esclarecimento. Lògicamente não se admite um direito violável e mostrou-se com apaixonante calor em belas páginas a impossibilidade moral do direito sem aquela essencial propriedade. Daí decorre a necessidade do direito ser garantido. Com complexo de normas imperativas visando o bem comum temporal, *hic et nunc,* é necessário ao direito sua realização; do contrário a paz social, a ordem e a segurança da sociedade estariam ameaçadas. E como observou Jellinek sendo o direito "das ethische minimum" [5], sem sua realização, impossível a vida em sociedade. Sem ela o cáos. Pois bem a disputa trava-se porque entendem, uns, que a garantia do direito pertence à sua essência; outros o negam.

§ 1.º — PRECISÕES INICIAIS

Obedecendo ao conselho de Del Vecchio: "sem precisão de idéias e de linguagem não é possível um progresso no estudo do Direito" [6], vamos matizar o sentido dos têrmos com que vamos jogar.

Coação é o ato físico de coagir alguém, isto é, na precisa definição de C. Lopes de Mattos: "o ato de forçar do exterior um ser dotado de expontaneidade" [7]. Sua essência está no constrangimento à vontade livre. Não há coação sem liberdade. Definimos coação como ato físico. Há evidentemente coação psíquica ou moral, mas para essa preferimos reservar o têrmo coerção, segundo o uso corrente. Aliás o têrmo coerção será por nós empregado para designar a coação física também. Pois melhor será distinguir a acepção jus-filosófica do uso legislativo da palavra coação (Cód. Civil art. 98). Reservamos, de acôrdo com o espírito da língua, a palavra coerção para a especulação sôbre o conceito do direito. É aliás a lição de Mata-Machado que estudou exaustivamente o assunto [8].

Já coercibilidade e coatividade, designativas da coerção em potência, são apresentadas como sinônimas; tal não acontece, como a acentua Goffredo Telles. A coercibilidade não é a possibilidade ativa de coerção, "mas a possibilidade pas-

---

(5) Apud Jean Dabin, *Philosophie de l'Ordre Juridique Positif,* pg. 5, Paris 1929.

(6) No prefácio à 1.a ed. de sua *Fil. do Direito,* p. 14 da 6.a ed. da trad. espanhola, Barcelona, 1953.

(7) In *Vocabulário Filosófico,* ed. Leia SP., 1957.

(8) Cf. o cap. I de sua tese *Direito e Coerção,* Rio, 1957.

siva de ser coagido, reprimido, contido" [9]. A palavra coatividade, como a correlata coercitividade, designam melhor num sentido ativo a idéia de coerção eventual ou potencial.

É mistér distinguir ainda sanção e garantia, dos conceitos já enunciados. Sanção é a consequência da coerção, é o seu fruto, é a penalidade, o mal que se impõe ao infrator de uma norma coercitiva. É como diz Lacambra: "el contenido y el objeto final de la coactividad" [10]. Garantia do direito, define Legaz, "es todo factor susceptible de actuar con eficacia como medio de asegurar la vigencia del mismo" [11].

Garantia, como se vê, abrange a sanção, pois comporta os prêmios e recompensas jurídicas devidos, v. g., à paternidade fecunda, a determinadas indústrias, etc. Abrange ainda fatôres extra-jurídicos como opinião pública, adaptação à realidade da norma, grau de moralidade da população etc. Todos êstes fatôres aumentam a eficácia e vigência do "ius". M. Reale usa a palavra sanção como garantia do direito e define-a como "medidas tendentes a assegurar a execução da regra de Direito" e podem ser "preventivas, repressivas e permissivas" [12]. Uma garantia é, pois, algo de muito amplo. Nos circunscreveremos a discutir a coerção espécie do gênero garantia. Uma última precisão a ser feita: coerção pode ser ainda jurídica e social. O direito, como fato social que é, numa faceta de sua tridimensionalidade específica, é afetado por uma coerção ou, no caso, pressão social, a qual será objeto dos estudos da sociologia jurídica. Aqui só nos interessa o aspecto jurídico do tema [13]. Fazendo abstração dêste tipo de coerção, queremos saber se a coerção jurídica — conjunto de meios previstos pelo legislador para forçar a execução de um sistema legal — pertence à essência do sistema. Em outros têrmos, o direito é essencialmente coercitivo ou não?

§ 2.º — A COERÇÃO COMO ESSENCIAL AO DIREITO

Está hoje totalmente superada esta tese na Filosofia do Direito. Só alguns retrógrados retardatários sustentam-na ainda [14]. O próprio Del Vecchio, simpático à tese, diz: "Se afirmássemos que a coação em ato é essencial ao direito, a

---

(9) *A Criação do Direito,* SP., 1953, p. 578.
(10) *Fil. del Derecho,* p. 218.
(11) Op. cit. p. 218.
(12) *Filosofia do Direito,* SP., 1953, §-233 p. 579.
(13) Cf. a 2.a parte da tese de Mata-Machado: *"Elementos para uma Sociologia da Coerção".*
(14) Cf. J. Haesaert, *Théorie Générale du Droit, Bruxelles,* 1948, p. 96.

simples observação de um único caso no qual não se verificasse a coação contra a ofensa bastaria para destruir a teoria" [15]. E casos existem às dezenas. Podem opôr-se com êxito as seguintes objeções à tese:

1 — A coerção não é essencial no direito, pois, é exceção, só entrando no mundo jurídico quando a regra, que o exprime, é violada. A mór parte das transações mercantis, dos contratos, realiza-se sem intervenção da coerção comandada pela sentença judicial. E esta mesma não chega a fazer mover o aparelho coercitivo estatal, pois o réu de ordinário submete-se, desnecessitando o uso da fôrça. Para uma coisa pertencer à essência de um ser é imprescindível que se realize em tôdas as determinações dêste ser. A essência ou quididade é o que dá a definição da coisa, um conjunto de sinais que nos permitem reconhecer *ex abrupto* o ente por mais escondido ou obscurecido que se nos apresente. "A coação sobrevém quando falha o cumprimento espontâneo; o recurso à fôrça é uma segunda instância, um elemento extrínseco ou exterior à regra jurídica, e não um de seus ingredientes essenciais" [16]. Inferimos que a coerção não é essencial ao direito.

2 — Não é admissível a coerção sem ser prevista e regulada por uma regra jurídica. Caso contrário, seria o despotismo policial, a barbárie, inadmissível num Estado de Direito. Contudo estas regras ordenadoras da coerção são coercitivas? Se o forem que lei regulará esta coerção? Necessàriamente, será disposta por outra norma, excluída a hipótese do *ad infinitum* por absurda e não explicativa. Chegamos destarte a uma "norma fundamental" desprovida de coerção e suporte lógico de todo o sistema. Ocorrem então duas hipóteses: ou esta "norma fundamental" é jurídica, ou não é. Se fôr jurídica e não apresentar coerção, a conclusão impõe-se: não é da essência do jurídico a nota coerção. Se não fôr uma regra de outra espécie não pode fundar o direito, pois, por que passe de mágica a norma primeira não é jurídica e as segundas já o são? A conclusão anterior impõe-se.

3 — Ao afirmar ser a coerção elemento da essência do direito, admitimos êste absurdo: Não é jurídica a obrigação cumprida pelo sujeito sem coerção. Os contratos e as vendas de imóveis, v. g., seriam todos anti-jurídicos. É o que diz Goffredo Telles: "A tese de que a coação é um elemento da essência do direito leva à insustentável e absurda consequência de que o direito voluntàriamente cumprido não é direito

(15) *Fil. del Der.*, p. 374.
(16) M. Reale, *Filosofia do Direito*, ed. cit., p.563.

(porque não acompanhado de coação)" [17]. F. Battaglia com justeza observa "a norma não é meramente tal por sua coercitividade, mas torna-se jurídica e eficazmente obrigatória na medida em que se refere a motivos superiores que em verdade não se podem encerrar no âmbito demasiado estreito da coerção" [18].

4 — A tese que combatemos faz pressupor ser o Estado a única fonte do direito, pois, êste é o detentor da coerção institucionalizada. Ora, tal não é certo. Basta atentar para o direito das corporações e as situações jurídicas criadas pelos indivíduos entre si, apenas reconhecidas pelo Estado [19]. É incontestável pertencer às instituições ou grupos naturais, o poder de legislar.

5 — Numerosas regras jurídicas não comportam coerção. E existem alguns sistemas jurídicos não coercitivos ainda, v. g., o direito constitucional e o internacional. Certo, hoje existe uma relativa coerção no direito internacional público, contudo no passado vigorou sem coerção alguma e com o caráter de direito. No direito constitucional, as regras que comandam a interdependência dos poderes, e o sistema de freios e contrapêsos entre si não são coercitivas. Pois êsses poderes são os detentores da coerção e ninguém pode coagir-se a si próprio (Nullus proprie cogitur a se ipso). Logo as regras ordenadoras dêstes poderes são incoercíveis. Ademais o contrôle da constitucionalidade das leis, está longe de ter sido estabelecido em todos os países [20]. O que deixa as normas constitucionais sem coerção. Summer Maine, ainda, constatou no curso de seus estudos históricos não existir a coerção no direito irlandês anterior à conquista inglêsa. Repousava tal direito na arbitragem e no respeito consuetudinário das sentenças [21].

Dissemos que numerosas regras jurídicas não comportam coerção, v. g., as obrigações naturais das quais é exemplo o pagamento de dívidas de jôgo. A obrigação do artista de

---

(17) *A Criação do Direito,* p. 580.

(18) *Curso de Filosofia del Derecho,* trad. esp., Madrid, 1951, vol. II, p. 165.

(19) Del Vecchio observa a respeito com profundidade: "Nada é mais contrário à verdade que o preconceito, ainda difundido entre os juristas, pelo qual se afirma que existe um só ordenamento jurídico, a saber, o do Estado, e que do Estado emana todo o direito". Sôbre a Politicidade do Direito in *Teoria do Estado,* S.P., 1957, p. 233.

(20) Cf. a obra de Loureiro Júnior — *Contrôle de Constitucionalidade das Leis,* R. J. 1957.

(21) Apud Jacques Leclerq — *Le Fondement du Droit,* vol. 1.º p. 50, das *Leçons de Droit Naturel.*

compor uma obra prima contratada é uma obrigação jurídica, mas incoercível. Del Vecchio ao tentar refutar a objeção, o faz por uma petição de princípio. Del Vecchio contesta a objeção porque "o valor jurídico da relação chega exatamente até onde se estende a possibilidade da coerção" [22].

Todos os casos referidos nos levam a concluir, mais uma vez, que a coerção não é da essência do jurídico, pois, não se verifica em vários fatos jurídicos.

6 — Na prática nota-se a ineficácia da coerção. A coerção é insuficiente para reparar a ordem jurídica. O devedor insolvente continuará sendo após seu encarceramento, se tal fôr permitido, pelo sistema legislativo vigente. Devemos admitir que o direito desapareceu por isso? Parece-nos que não.

7 — A coerção só surge quando há violação da norma. Logo, é distinta da norma, não se podendo dizer que a norma completou-se com a chegada da coerção, pois, se não houvesse uma real norma, impossível sua violação. Por conseguinte, a norma é anterior à coerção, não dependendo o direito da coerção, mas esta do direito.

Os argumentos todos provam a impossibilidade de se admitir, na essência do direito, a coerção, não, porém, como observa Del Vecchio a coercibilidade ou coercitividade, ou ainda a tendência ou suscetibilidade de coerção (de que falam Gény, Duguit e Leclercq), ou, mais matizadamente, "tendência ao recurso da coação", coercibilidade lógica do direito, expressões de M. Reale.

Vejamos, pois, esta modalidade da doutrina coercitivista.

§ 3.º — A COERCITIVIDADE É ESSENCIAL AO DIREITO?

Refutada a coerção *in actu* no § anterior, resta a coerção *in potentia*. O fundamento desta tese é expresso por Battaglia nestes têrmos: "A norma coercível nem sempre se acha sancionada ainda gozando de uma possibilidade ideal de fazer-se valer" [23]. Continua o jusfilósofo italiano: "Nota essencial do critério absoluto, que é o direito, a coercibilidade não deixa de existir por muitas que sejam as falhas que a sanção encontre, ainda que nem sequer se a preveja, e ainda quando se a preveja de um modo obscuro que não permita desenvolvê-la" [24].

(22) Op. cit., p. 378.
(23) Op. cit., p. 172.
(24) Op. cit., loc. cit.

Negamos ser a coerção virtual ou potencial parte do direito. Mais adiante daremos as provas desta asserção. Antes vejamos o caso dos autores que incluem no conceito de direito a tendência de coerção ou julgam essencial ao direito ser suscetível de coerção. Dabin após dizer que a distinção é uma tentativa de salvar o direito natural jurídico, proclama: *Tertium non datur;* ou a regra é sancionada, ou não (25). Concordamos, de fato, em que dizer tendência, suscetibilidade, é atribuir afetos a uma pura essência, além de que algo tão vago não pode entrar no conceito procurado.

Entendemos que tais posições reduzem-se à da coerção virtual, coercitividade. Como vemos, a disputa gira sôbre o ato e a potência na coerção. Sustentá-la, em ato, impossível; seria o mesmo que identificar o direito com a fôrça. Resta sustentar a possibilidade de coerção. Pensamos mesmo que poucos autores pretenderam sustentar efetivamente a primeira tese, tendo sido a ela levados por imprecisão terminológica. É exatamente o que sucede quando querem sustentar a coercitividade e dizem coercibilidade.

O mestre M. Reale faz aqui uma distinção oportuníssima. A palavra potência pode significar "possibilidade de que algo venha a acontecer ou verificar-se, quer inexoràvelmente (possibilidade como momento de um processo que tem de ser) quer normativamente (possibilidade como momento de um processo que deve ser)". Continua Reale: "Pode-se dizer que essas duas formas de entendimento da *potência* implicam em duas modalidades da doutrina da *coercibilidade jurídica,* o que nem sempre tem sido claramente distinto" (26).

Investe o jusfilósofo paulista contra Dabin e R. Siches acusando-os, com razão, de não terem percebido êsse importante matiz. A vida do Direito dá razão à Reale: a coerção no direito é esporádica, antes dever ser do que ser. Inferimos ser sua concepção a mais realista, mas sua conclusão não nos alicia para sua trincheira. Pois o emiente jusfilósofo afirma "uma conclusão única se impõe é a *tendência ao recurso da coação* que pode ser considerada essencial à ordem jurídica. Não é de sua essência a inexorável passagem do virtual para o atual, pelo menos enquanto nos situarmos de um ponto de vista lógico ou deontológico. O direito é pois coercível. A rigor lògicamente coercível, por haver possibilidade ou compatibilidade de execução forçada e não *jurìdicamente* coercível como se expressa Del Vecchio, dando como

---

(25) *Théorie Générale du Droit,* § 32, Bruxelles, 1944.
(26) Ob. cit., p. 587.

assente a juridicidade que se pretende caracterizar" [27]. Apesar da douta explicação, não nos satisfaz a posição do ilustre jurista. Embora julgando útil sua distinção, o colocamos entre os partidários da coerção potencial, a qual negamos seja essencial ao jurídico. Nossas razões são estas:

1 — A possibilidade da coerção há de pertencer a uma pessoa, pois, coagir é ato consciente, só uma pessoa pode desfrutar dessa possibilidade. Ora a norma não é pessoa. A própria norma, que é uma simples ordenação, não pode ter a possibilidade de coagir, como dissemos.

2 — No caso de violação da norma, a restauração da ordem ofendida é promovida por quem foi lesado pela infração e não pela própria norma. E se o prejudicado não quiser exercer a faculdade atribuída pela norma, não se verificará a coerção. Evidenciando-se independer esta da norma.

3 — A coercibilidade existe para defender o direito. Logo, supõe-no já constituído. O que evidencia sua independência e distinção do seu conceito e do de direito.

4 — A faculdade de obrigar coercitivamente, diz Cathrein, não corresponde ao direito objetivo, mas ao subjetivo. Ora, se corresponde a só um dos elementos do "ius" não lhe é essencial. Pois o conceito completo de direito abrange ainda a lei e o justo entrelaçados com a faculdade por relação de analogia de proporcionalidade própria mista com de atribuição.

Após esta exaustiva disputa ressalta a luz imaterial da verdadeira coerção que: em ato ou em potência inexiste na essência do direito. Mas que é então a coerção com relação ao direito? Deve ser algo de muito conexo para que se tenha chegado a defini-lo por ela. Por isto em nenhum momento negamos a importância da coerção física para a regra jurídica; contestamos apenas seu caráter de essencial. A boa organização da coerção é indispensável ao direito positivo. Adiante veremos o sentido espiritual da coerção no direito. Afiançamos que a coerção não é uma parte essencial do direito mas uma sua propriedade.

§ 4.º — A COERÇÃO COMO PROPRIEDADE DO DIREITO

Vejamos o que é uma propriedade. Propriedade ou próprio de alguma coisa, é uma noção lógica definível como:

---

(27) Ob. cit., p. 588.

Noção universal atribuível a título de qualidade ou determinação ligada necessàriamente a uma essência, de sorte a convir a ela só e sempre e por tôda a parte [28]. Exemplos, a risibilidade e a historicidade em relação ao homem. O próprio aqui definido em sentido estrito, *não é a essência,* mas decorre de sua estrutura. Daí os escolásticos chamarem as propriedades de acidentes próprios; acidentes porque não são essenciais, próprios porque normalmente inseparáveis da essência. Deve-se notar que a propriedade não conversível com a essência. Mercier observa terem no máximo a mesma extensão (diversa sempre a compreensão), a essência e a propriedade, na sua mais estrita acepção. Neste estrito sentido não tomamos aqui o próprio. Esta noção comporta, na enumeração de Porfírio, quatro sentidos ou acepções: 1 — Chama-se propriedade aquilo que é conveniente só à espécie, mas não a cada indivíduo. Ex.: o homem ser gramático ou médico. 2 — A propriedade convém a todo indivíduo, mas não só à espécie. Ex.: Assim convém ao homem ser bípede. 3 — Convém a propriedade à espécie e a cada indivíduo, mas não sempre. Ex.: O uso da linguagem pelo homem. 4 — Finalmente temos o próprio "strictu sensu": Convém à espécie e a cada indivíduo sempre. Por exemplo, a risibilidade no homem. Neste último sentido estaria certo Boyer ao admitir a equivalência da essência e da propriedade, num certo sentido, com a ressalva feita anteriormente. Gredt mesmo diz dêste sentido: "plene convertitur cum suo subiecto" [29].

Mas em que sentido tomamos a propriedade coerção com referência ao direito? Parece-nos óbvio, consoante a experiência jurídica, que a coerção é propriedade do direito no terceiro sentido. Nunca no quarto ou nos outros sentidos. Pois não negamos, antes pedimos a presença da coerção no direito, ao defini-la como propriedade. Mas julgamos tremendo êrro fazer entrar, na definição essencial do direito, a coerção. A definição sinaliza a quidade, a essência. Ora, aparecendo um direito sem coerção, os juristas que admitem a essencialidade da coerção são levados a negar seu caráter de juridicidade, pois, o que pertence à essência sempre se faz

---

(28) De acôrdo com Mercier, *Logique,* n.º 35; Gred, *Elementa Philosophiae Aristotelico-Thomisticae,* n.º 161-162; Ch. Boyer, *Logica,* vol. I, *Cursus Philosophiae;* Salcedo, *Logica,* vol. I, *Philosophiae Scholasticae Summa,* Madrid, 1952; Jolivet, *Traité de Philosophie,* vol. I n.º 47; Thonnard, *Précis de Philosophie,* Tournai, 1950, n.º 84, 168 e 352 e Johannes a S. Thoma, *Ars Logica,* ed. Reiser.

(29) *Elementa Philosophiae Aristotelico Thomisticae,* vol-I.º n.º 161 p. 126 da 11.a ed. Barcelona-Herder 1956.

presente na coisa, uma vez que a constitui. Mas porque a coerção não poderia ser propriedade do direito no 4.º sentido e nesse caso os coercivistas estariam certos apesar de terminologia errada? Pela razão que lembramos ao citar Mercier. Mesmo que a extensão do conceito de coerção coincidisse com o de direito, o que julgamos ter demonstrado ser errado, a compreensão do conceito de direito seria diferente. E a conceitos inadequados correspondem realidades diversas, como ensina uma teoria realista do conhecimento.

Definidas as relações entre direito e coerção, passemos a outro problema. Poder-se-ia pensar: a coerção tem um aspecto negativo, de constrangimento, macularia a beleza e o mérito da conduta jurídica. Logo, seria incompatível com o direito.

§ 5.º — INSUFICIÊNCIA DA COERÇÃO FÍSICA — NECESSIDADE DE UMA COERÇÃO ESPIRITUAL — SEU CARÁTER ÉTICO

A coerção física, obrigando a pessoa a cumprir o direito, parece designá-lo da ética. Pois, não é moral o ato coagido. Não apresentará, a coerção, um valor ético? Terá apenas, como no kantismo, um caráter de compressão externa e mecânica? Vamos mostrar que não, pois, essa coerção física é insuficiente para as finalidades do direito e postula uma coerção de natureza espiritual que é ética e que confere mérito.

A coerção física é insuficiente. Só a coerção física não basta para proteger a integridade do direito e fazer cumprir a ordem por êle instituída.

1 — Porque não é sua finalidade fazer cumprir a norma. Atua apenas como um remédio à sua ruptura. Não se pode coagir uma pessoa a agir conforme o direito. Porque não se pode empregar a coerção em "jato contínuo", na pitoresca frase de Hauriou. E os atos jurídicos que dependem de intenção são insuscetíveis de coerção física.

2 — A coerção é ineficaz, pois, não consegue fazer cumprir o disposto na regra e nem sequer restabelecer o equilíbrio jurídico turbado, na maior parte das situações. "Não houvesse em nós o sentimento natural da obrigação — para conosco mesmos, para com os outros iguais a nós na vida social, política — e a lei positiva não se nos poderia impôr

individualmente, nem, em conjunto, à sociedade dos homens" [30].

3 — Acresce que, como pena, é insuficiente, pois, não atinge os escaninhos do eu donde surtiu o ato volitivo antijurídico.

Como vemos a coerção física é insuficiente, ineficaz e não visa fazer cumprir o direito. A coerção, propriedade do direito, deve ser, pois, *principalmente* de outro tipo além do físico. É a chamada coerção moral sem a qual o direito de nada valeria. Se o jurídico não se impusesse por si, a fôrça do Estado não bastaria para fazê-lo observar.

A coerção, diz Lacambra, é uma fôrça, e fôrça espiritual. A coerção física é exterior e inútil para a eficácia da norma. Mas esta coerção espiritual é imanente à norma, é própria do direito. É a que nos obriga quando falta ao direito a proteção do poder estatal. Sem fôrça externa é ainda êle cumprido, pois, obriga em consciência. Faltando a coerção física, desprotegido o direito, ei-lo obrigando fortemente em consciência. Qual a razão disto?

Justificação da coerção espiritual e consequente eticidade do direito:

M. Hauriou nos responde que, o homem, por uma sorte de magnetismo espiritual, é imantado para o bem como a agulha da bússola para o polo [31]. O bem é o fim do ente; êste tem por êle uma natural tendência. Por isso a norma, prescrevendo-o, obriga por si independentemente de coerção física. Pois, atende a uma inclinação da natureza humana.

A norma obriga ainda dada sua similitude com a razão. Já o Aquinate dizia "lex est aliquid rationis" (I-II, q. 90, a. 1, sed contra). E Farias Brito, aproximando-se sem o saber do mestre medieval, repete ser o elemento racional essencial à lei: "é a razão que constitui o elemento de vida do princípio legal" [32]. Outra fonte da obrigação moral da norma é sua proveniência. Sendo estabelecida pela autoridade social, dentro dos limites do seu poder e repartindo proporcionalmente os encargos em vista do bem comum, obriga a lei em fôro de consciência. Pois a pessoa é parte do todo social, tudo que tem, e é, deve ao todo. O bem comum do todo exige a

---

(30) Mata-Machado, op. cit., n.º 57, p. 315 ss.

(31) *Aux Souces du Droit — Le Pouvoir, L'Ordre et la Liberté* p. 29 — Paris, 1933.

(32) *A Verdade Como Regra das Ações*, Rio, 1953, p. 92.

submissão e, por vêzes, o sacrifício da parte. Logo, as normas, repartindo proporcionalmente os encargos, obrigam, mesmo não visando o fim da pessoa, salvante sua oposição a êsse fim. É a doutrina exposta por Tomás de Aquino na I-II, q. 96, a. 4: As leis humanas (dir. objetivo) são justas ou injustas; se justas, obrigam em fôro de consciência. As leis são justas:

a) Por razão do fim, enquanto se ordenam ao bem comum;

b) "Ex auctore" quando, dentro de seus poderes e pela forma prescrita distribui igualmente os encargos "in ordine ad bonum commune". As injustas "magis sunt violentiae quam leges" e não obrigam de modo algum.

Ao contrário do direito burguês, não possui a coerção nesta concepção um aspecto negativo, pois é menos defesa que impulso e incentivo para o cumprimento da regra. O direito é um bem em si, enquanto meio condutor ao bem supremo. Ao agir anti-jurìdicamente a pessoa sente-se falha, incompleta, porque se afasta do caminho traçado por sua natureza. Por isto: "A ameaça e a sanção não aparecem como fantasmas destinados a atemorizar; tôda sua razão de ser está em proteger e reintegrar uma ordem que trás em si mesma seu valor e coerção" [33].

A obediência à coerção física é destituída de valor. Porém a obediência a essa coerção intrínseca à norma, devido à sua qualidade de meio necessário para a consecução do fim da pessoa humana, "non excludit rationem meriti" (II-II, q. 58, a. 3, ad. 2). Basta isso para mostrar a nossa irredutível oposição à concepção kantiana do direito, na qual age-se jurìdicamente sem mérito e movidos por mera coação física. "Bem pobre coisa seria o Direito se em seus domínios a obrigatoriedade só se caracterizasse pela conformidade exterior a uma regra válida sem ressonância nos refolhos da consciência" [34].

Como fêcho repetimos a tese que queríamos demonstrar: a coerção não entra na definição do Direito, não é um elemento essencial dêste, mas uma propriedade, conexa com sua natureza e missão.

---

(33) Louis Lachance, *Le Concept du Droit selon Aristote et st. Thomas d'Aquin Paris,* 1933 p. 230.

(34) M. Reale, Ob. cit., p. 577.

TENTATIVA DE UMA PEQUENA HISTÓRIA DA ARTE NO BRASIL

PEDRO CAMINADA MANUEL-GISMONDI

OS PRECURSORES DO MODERNISMO

Nos últimos anos do Império e primeiros da República aparecem três pintores que, apesar de modestamente ligados aos movimentos europeus de vanguarda, por sensibilidade e independência, alcançam uma expressão pessoal. São êles: João Batista Castagneto (1862-1896), Antônio Parreiras (1864-1937) e Eliseu Visconti (1867-1944).

O primeiro pintou pequenas marinhas cinzentas, praias e barcos compostos com desenvoltura, delineados pelos contrastes de tons baixos e sutis por vêzes vincados com sombras marcantes.

Parreiras, antes de perder-se na monotonia geral, entre 1905 e 1910, realizou uma série de quadros ao ar livre, sistema que, com Castagneto, foi dos primeiros a usar no Brasil.

Mas quem teve verdadeira importância, tanto pela renovação dos padrões, quanto pelo valor intrínseco da obra, foi Visconti. Sua arte, que é pessoal, tem, ao mesmo tempo, aspectos pré-impressionistas e apresenta algumas características do post-impressionismo, pela reconstrução plástica das formas anteriormente desmanchadas em côres simples.

Possui a candura dos quatrocentistas italianos. Como êstes, define linearmente as figuras, enquanto as côres cantam suaves, pela técnica divisionista, que acosta tons puros em campos mínimos.

Alternou figura e paisagem durante tôda a vida, embora suas melhores telas sejam aquelas onde aparece a paisagem, a figura dominando ou sendo apenas parte da natureza. Os próprios nus, quando rodeados por vegetais, têm muito mais vida e são tratados diferentemente.

Influenciado por Botticelli, serviu-se dos delicados arabescos dêste para libertar-se dos rígidos ensinamentos recebidos na escola. Admirador de Pissaro e Renoir conseguiu fundir estas diferentes expressões numa solução original. Passando do realismo escolástico ao pré-rafaelismo e ao impressionismo divisionista, após ter encontrado sua linguagem e ter realizado telas como "Gioventù", 1899, e o famoso "Foyer" do Teatro Municipal, do Rio, quando parecia ter voltado a um realismo acomodado, nos últimos anos de sua vida, surgiu com uma pintura atmosférica e luminosa de notas fortes e livres, que testemunham a vitalidade criadora dêste marco divisor da arte nacional.

Não podemos passar ao movimento modernista sem tratar de outro artista considerável que, por ser diplomata, foi culturalmente informadíssimo e realizou uma obra moderna, passível de grande evolução, se a morte não o tivesse colhido prematuramente. Queremos falar de Navarro da Costa (1883-1931). Sempre preocupado com a luz, à esta sacrificou desenho e (ousadia!) também a perspectiva. Trabalhou com a espátula, usando a côr encorpada, distribuída pela tela com espatuladas largas e evidentes, sugerindo em alguns quadros quase um prelúdio informal.

A SEMANA DE ARTE MODERNA E O MODERNISMO

Apesar de um Visconti e de um Navarro, e embora Lasar Segall já tivesse exposto no Brasil, o ambiente era pesadamente acadêmico em pintura, e parnasiano em literatura. A crítica às obras plásticas era baseada no tema e o simbolismo de um Cruz e Sousa, de um Mário Pederneiras, era relegado ao subúrbio da vida intelectual.

Mas, "Belas Artes", a antiga Academia Imperial, transformada em Escola Nacional de Belas Artes com o evento da República, ainda seguia os velhos sistemas e dominava o ambiente. A rebelião de Bernardelli e Amoedo fôra circunscrita a uma simples questão de método didático e a vida prosseguia pachorrenta. Em São Paulo, aos poucos, forma-se um grupo de jovens, inconformados e dominados por nobres aspirações.

A tirania gerontocrática os abafava e impedia à rebelião.

Em março de 1913, realizou Segall, durante sua breve estada no Brasil, uma exposição em São Paulo, mas o meio e a crítica não reagiram, mantendo uma conduta bem diferente da dos novaiorquinos em relação à mostra dos artistas europeus, organizada pela Galeria 921, na Quinta Avenida. Índice de que o ambiente estava ainda muito alheio à revolução plástica européia. Não houve reação e a crítica, de orientação acadêmica, comentou a pintura de Segall com polida cortesia.

Entretanto, se Lasar Segall realizou a primeira exposição, esta não teve maiores conseqüências e representa apenas um episódio isolado. Foi em redor de Anita Malfatti, por ocasião de sua mostra realizada, sempre em São Paulo, no ano de 1917, que as hostes modernistas se congregam, iniciando o movimento que devia eclodir na Semana de Arte Moderna.

Tinham-se passado apenas quatro anos, mas o ambiente se apresentava mudado. São Paulo daqueles tempos estava em profunda transformação e grande expansão econômica. Os fazendeiros, membros das famílias tradicionais, possuiam grandes residências na capital bandeirante e freqüentavam, anualmente Paris, entrando em contacto com os elementos de maior projeção no campo da cultura, da arte, da política e das ciências. Nas gerações mais moças, os filhos dos emigrantes começavam a integrar-se no ambiente nacional, tendo não raramente estudado na Europa. Anita estudara na Alemanha e nos Estados Unidos; Brecheret, em Roma e Oswald de Andrade trouxera do Velho Mundo a teoria futurista. O cubismo e o dadaismo, todo o movimento moderno em geral, valorizaram as manifestações primitivas e ingênuas. Assim entre nós, por sugestão da cultura européia de vanguarda, surgiu um movimento que, sob a aparência do nativismo e ostentando afirmações de originalidade nacional, procurava substituir a velha linguagem acadêmica pelas novas falas européias.

Houve de fato uma substituição de influências, mas enquanto a anterior era dominada pelo ideal greco-romano, a mais recente se mostrava, mesmo na Europa, sensível às culturas exóticas. Foi assim que com uma linguagem importada passamos a usar uma temática regional, iludidos, por vêzes, de estarmos criando a nossa linguagem. Foi êste espírito europeu, mais aberto, que permitiu aos modernistas a descoberta do barroco mineiro, mais original e conseqüentemente mais afastado dos padrões europeus. Foi o interêsse pelas culturas pré-colombianas e negras dos artistas europeus,

que abriu nossos olhos para as manifestações folclóricas e populares.

No Rio, pelo contrário, a Escola Nacional de Belas Artes e a Academia Brasileira de Letras dominavam e os padrões oficiais eram passivamente acatados. Os jovens que chegavam da província submetiam-se às imposições acadêmicas ou se isolavam. Os artistas que iam à Europa, após ter conquistado o prêmio de viagem, possuiam certo renome e uma obra que os comprometia. Além do mais, como expoentes de uma tradição, eram levados a ligar-se com ambientes superados e a ignorar a vanguarda.

Mas, voltando aos fatos, foi a exposição de Anita em 1917 que aproximou poetas como Mário de Andrade e Menotti del Picchia — escritores como Oswald de Andrade, Cândido Motta Filho e Guilherme de Almeida, os quais formariam o núcleo dos centauros do centenário da independência.

A mostra criticada ferozmente, inclusive por espíritos renovadores como Monteiro Lobato, era de alto nível. Os quadros nada tinham de extravagante, pintados com fôrça e liberdade, ostentavam côres bem equilibradas e sutilmente afinadas, sem a menor preocupação naturalista, evidente motivo de escândalo no meio acanhado.

Muitos dêles, os mais discutidos, foram expostos novamente por ocasião da Semana de Arte Moderna. (A Estudante Russa — O Homem Amarelo — O Japonês — A Mulher de Cabelos Verdes). Da Semana participaram ainda os pintores Emiliano Di Cavalcanti, jornalista e "viveur", carioca sempre em movimento, dividindo seu tempo entre o Rio e São Paulo, um dos incentivadores da mostra de Anita em 1917 e, possìvelmente, o idealizador da Semana.

Autodidata, pintava quadros escuros sem seguir orientação ou escola, impressionado, porém, com os grandes mestres do século XVIII. Foi chamado, na ocasião, por Mário de Andrade "o menestrel dos tons velados".

Vicente do Rego Monteiro, pernambucano, que naquela época residia em São Paulo e seguia uma pintura impressionista, hoje é mais conhecido em Paris do que no Brasil.

John Graz, suíço que, a pouco tempo, residia em São Paulo e realizava uma pintura sintética de tons baixos e bem entrosados.

Zina Aita, que agora reside em Nápoles e está completamente afastada do movimento artístico, da qual conhecemos apenas um desenho que esteve exposto na Semana de Arte Moderna, de gôsto marcadamente "Art Nouveau".

Os ESCULTORES: Victor Brecheret, um dos elementos catalizadores do movimento moderno e personalidade de primeiro plano na arte moderna nacional. Em algumas das esculturas, então expostas, ressentia-se um pouco da "Art Nouveau" e em outras, como o Cristo, já revelava a liberdade expressiva que iria conquistar posteriormente.

W. Haerberg, do qual nada sabemos e de quem conhecemos apenas uma escultura em madeira "Mãe e Filho" que esteve exposta na Semana de Arte Moderna. Por esta peça se podem notar invulgares qualidades plásticas, capacidade de síntese e equilíbrio de massas. Se sua formação não foi realizada no exterior, lamentamos sinceramente seu desaparecimento do meio artístico, porque qualidades não lhe faltavam.

Os ARQUITETOS: Antônio Moya e George Prizirembel.

Os DESENHISTAS: Ferrignac (Inácio da Costa Ferreira), Yan de Almeida Prado e Martins Ribeiro.

Um velho expoente da Academia de Letras (Graça Aranha) uniu-se a êstes moços e todos juntos quiseram realizar uma manifestação pública de desagrado aos velhos valôres, provocar uma ruptura e agitar o ambiente.

Existiam anseios de originalidade nacional, mas ao mesmo tempo se brigava a fim de instaurar movimentos, que, no fundo, eram europeus. A confusão era grande, forte a crítica, mas fracos os planos de ação futura. De qualquer maneira, o movimento teve a vantagem de acordar o ambiente e nos manter em contacto com as correntes européias de vanguarda.

Se a história da arte fôsse, como querem alguns críticos, a história dos movimentos artísticos, seria justo dizer que enquanto em São Paulo a renovação progredia a olhos vistos, no Rio a arte estagnava, mas dado que história da arte é a história das obras de arte tornar-se-ia esta afirmação uma falsidade.

No Rio de Janeiro, de fato, a pachorra acadêmica dominava, mas apesar disso alguns artistas realizavam obras de importância decisiva. Se Visconti, do qual já falamos, ressente-se do ambiente e não passa pela época mais feliz de sua arte, o mesmo não se pode dizer de seu genro Cavallero que, inspirado numa pintura sabidamente plástica, renova, nos trópicos, as experiências de Cézane.

Quem pensa sem justificações ou implicações provincianas, e trilha um caminho invulgar, estabelecendo as premissas de uma obra destinada a situá-lo entre os maiores mestres contemporâneos é Goeldi.

Moço tímido no convívio social, que os paulistas conhecerão mais tarde, como colaborador da página de antropofagia do Diário da Noite, mas artista formado na Suíça, entrosado com o movimento expressionista, contaminado por um certo veio fantomático, não estranho às exigências que provocarão o surrealismo, isolado na cidade natal, define sua personalidade através de uma série de desenhos que apresenta ao público em 1921. Três anos depois começa a gravar, abrindo duros traços angulosos na madeira, fazendo vibrar num estilo original, as asperezas da luta impiedosa pela vida e encontrando, nesta técnica, seu meio ideal de expressão.

Manuel Bandeira publica-lhe, em 1930, um album de 10 gravuras que revelam uma linguagem completamente madura.

Nêste ano e nos anos seguintes expõe nas grandes galerias da Europa onde é apreciado pelo público e pela crítica, mas, na sua terra, permanece isolado e quando, em 1935, é fundada a Universidade de Arte, os inteligentes promotores da façanha se esquecem do gênio isolado, dêste grande pioneiro da gravura e da arte moderna no Brasil.

Em São Paulo, logo após a Semana de Arte Moderna, deviam aparecer dois artistas bandeirantes que, se não participaram do movimento porque estavam estudando na Europa, iriam formar com os revolucionários e desenvolver atividade artística de importância na época: Tarsila e Antônio Gomide.

A primeira estudou com Leger, mas de volta ao Brasil sua pintura tomou orientação mais fauvista do que pròpriamente cubista, orientação que com alguma liberdade seguiu, pelo contrário, Antônio Gomide.

Em 1931, vitoriosa a revolução de Vargas, parecendo ainda democrática e renovadora, Lúcio Costa foi nomeado diretor da Escola Nacional de Belas Artes, estabelecendo padrões novos para o ensino e junto com Manuel Bandeira tentou transformar o Salão. Mas a reação não tardou e Lúcio Costa acabou por demitir-se.

Entretanto, não foram estas manifestações violentas que criaram e modernizaram a arte no Brasil. Estas serviram apenas para despertar interêsses. Os artistas, os grandes poetas, pintores e arquitetos brasileiros, excetuando Di Cavalcanti, Anita Malfatti, Mário de Andrade e poucos outros não participaram da Semana de Arte Moderna. Foram se afirmando aos poucos, gradativamente. São: Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Portinari, Segall, Guignard, Goeldi, Pancetti, Lúcio Costa, Niemeyer, Tarsila, Volpi e tantos outros.

Renovadas as condições econômicas, premidos por forte expansão industrial, entrosados culturalmente com a Europa e mais tarde com os Estados Unidos, assistimos ao nascimento dos primeiros artistas modernos e a um sucesso inesperado da arquitetura, que durante quase um século não dera nenhum produto digno de nota.

A PRIMEIRA GERAÇÃO MODERNA

Voltou Segall da Europa em 1923, para morar definitivamente no Brasil (Goeldi, que passara a guerra na Suíça, estudando, o havia precedido há 4 anos, tendo exposto no Rio em 1921). Após a Semana de Arte Moderna, Di Cavalcanti seguiu para a Europa, regressando em 1925, Guignard, que também por lá andava, voltou em 1929. Tôda esta gente trabalhava conscientemente, preocupada com a própria linguagem, à qual dispensava os maiores cuidados, que em todos dever-se-ia revelar original.

Entretanto, o público permanecia alheio. Segall, preocupado com suas obras de sentido social, realiza exposições no Rio e em São Paulo, como na Europa, mas sua arte madura, elaborada pelo expressionismo alemão, do qual foi um dos componentes mais ativos, ainda não é compreendida pelo público. Di Cavalcanti já está empenhado em exaltar a miscegenação racial. Goeldi, como já vimos, permanece isolado. Guignard descobre nas verdes dobras da paisagem natal, histórias de fadas e sonhos de anjos, que coincidem com uma visão subjetiva de corriqueiras banalidades. Nêste ambiente já favorecido por considerável número de artistas, aparece Portinari em 1931. Paulista do interior, filho de colonos italianos, tinha estudado na Escola de Belas Artes. Ganhara o prêmio de viagem e partira para a França, com uma volumosa bagagem de composições escolásticas semi-acadêmicas. Mas, contràriamente aos seus antecessores, Paris serviu para pô-lo em contato com a fermentação do século. Dotado de extraordinária capacidade de trabalho, voltou decidido a renovar-se e felizmente para si e para o nôvo gôsto, renovando-se conquistou um público que já o tinha admirado nos salões de Belas Artes.

Nesta época os arquitetos, que, durante a Semana de Arte Moderna e nos anos seguintes, tinham-se preocupado principalmente com a renovação do estilo colonial, inventando o neocolonial, que como diz Manuel Bandeira — empetecou a sóbria dignidade dos casarões de antanho — também passaram a participar do movimento de renovação. Lúcio Costa,

conquistado ao modernismo por Le Corbusier, quando aqui esteve em 1929, já tinha tentado em 31, na Escola e no Salão, ajudado por Manuel Bandeira, impor novos padrões, ou melhor compreensão do problema estético. A algum tempo Gregory Warchavchik, arquiteto russo, formado em Roma e, por curiosa coincidência, concunhado de Segall, vinha projetando residências modernas. (A êle devemos a primeira obra de arquitetura moderna construída no Brasil: a residência da Rua Itapolis, São Paulo, 1928).

Em 1927, Flávio de Carvalho escandaliza São Paulo incluindo um abrigo anti-aéreo no projeto do palácio do govêrno do Estado.

Le Corbusier, voltando de Buenos Aires e Montevidéu, passa pelo Rio em 1929 e conquista para suas idéias Lúcio Costa e alguns outros arquitetos. Vem ao Brasil em 1932 Frank Lloyd Wright para julgar o prêmio do farol de Colombo e pronuncia algumas palestras que inflamam os jovens arquitetos, lançando as bases para o Salão de Arquitetura Tropical, que será realizado, no Rio, no ano seguinte. Participam do certame Lúcio Costa — Warchavchik — Reidy — Alcides Rocha Miranda — Emílio Baumgart — Anibal Mello Pinto — Marcelo Roberto — Jorge Moreira e outros jovens arquitetos.

Wright volta ao Brasil nesta ocasião como presidente de honra do Salão.

Embora não claras, as conseqüências daquelas palestras e dêste Salão, sem dúvida pesaram mais na futura evolução da arquitetura brasileira de quanto comumente seus exegetas pensam, não sendo justificável o esquecimento ao qual está relegado. E se formos olhar a arquitetura nas obras realizadas, devemos admitir, que se numa primeira época foi o racionalismo corbusiano a dominar, não por isso a corrente orgânica deixou de ter adeptos e de produzir obras de grande importância.

Tenho a impressão de que é um tanto exagerado atribuir apenas à junção de Warchavchik — Flávio de Carvalho — Lúcio Costa e Corbusier a formação da moderna arquitetura brasileira, mesmo porque seria impossível esquecer Rino Levi e sua precoce atividade.

Para a residência da rua dos Toneleros, projetada por Lúcio Costa e Warchavchik, Burle Marx cria seu primeiro jardim, iniciando uma obra da maior importância.

Quando a Associação Brasileira de Imprensa construiu sua sede (1935), os irmãos MM Roberto adotaram, pela pri-

meira vez num edifício, uma solução funcional, segundo a ortodoxia racionalista. Sem nenhum elemento decorativo, procurou-se tanto nos espaços internos, como externos, alcançar resultado plástico apenas com elementos úteis. Resultado que do ponto de vista formal foi atingido completamente na fachada modulada e ritmada com "brise-soleil" fixos; mas que não surtiu o tão almejado resultado prático, obrigando o uso de luz elétrica ao meio dia.

Sendo Pedro Ernesto — Anísio Teixeira — Afrânio Peixoto e Celso Kelly, respectivamente Prefeito, Secretário da Educação, Reitor e Diretor do Instituto de Arte — aparece uma nova tentativa no campo do ensino. Cria-se, em molde completamente renovado, a Universidade do Distrito Federal e Celso Kelly é convidado a dirigi-la. São escolhidos como professôres Portinari — Celso Antônio — Lúcio Costa — Andrade Muricy — o próprio Mário de Andrade e mais outros, todos militantes nas hostes modernistas.

A importância do Instituto, além das matérias novas e da escolha dos professôres, está também nas matérias ensinadas que não repetem as da Escola de Belas Artes, mas em certo sentido a completam, revivendo técnicas como o mural, ensinada por Portinari.

Infelizmente, a criação da Faculdade de Filosofia, poucos anos depois, devia absorver a Universidade do Distrito Federal e com isso dispersou-se o Instituto. Contudo os resultados permaneceram e frutificaram, mudando, para o Rio, o Centro da Renovação Artística.

Em 1935, Portinari conquista nos Estados Unidos o Prêmio Carnegie, com o célebre quadro "Café", recebendo assim a aprovação internacional, projetando a sua glória além das fronteiras.

No ano seguinte, Le Corbusier vem ao Brasil, realiza algumas conferências, dá conselhos e deixa um croquis para o Ministério da Educação que está para ser construído. Lúcio Costa chefia uma equipe de arquitetos recém-formados, composta por Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Jorge Moreira, Ernani Vasconcellos, Carlos Leão e Emílio Baumgart, o calculador a quem se deve a ligação que sobressai entre a lage e os pilotís, que segundo Bruno Zevi é a nota poética do edifício, o elemento que permite a passagem harmônica entre a diferença dos espaços internos e externos. É esta equipe que projetou o Ministério da Educação. Os princípios são os do autor de "Le Modulor" (uma construção de muitos andares, sôbre pilotís, deixando parte da área a ela destinada livre). O vidro exerce papel predominante na

fachada. "Brise-soleil" móveis, condicionam a luminosidade. A planta de cada andar é livre; um grande retângulo, onde as divisões entre as várias repartições são móveis e adaptáveis à função.

Êste é o marco da nova arquitetura brasileira, obra realizada e exemplo que indica o caminho. Sua importância, porém, transcende os limites da arquitetura para indicar uma posição social e política. Obra governamental reflete uma atitude favorável à arte moderna, por parte dos meios oficiais, ou pelo menos da parte de Capanema, Ministro da Educação naquela época. Como orientação de um órgão político não permaneceu circunscrita a uma arte, mas a todos beneficiou.

Já em 1938, passou-se à decoração do Ministério e para pintá-lo nada de mais lógico do que convidar Portinari, dono de renome internacional. Para felicidade nossa e da expansão da arte moderna, o decorador realizou a melhor de suas obras. São os painéis das atividades econômicas brasileiras descriminadas no que de mais importante cada Estado possui. Êstes afrescos, uns encostados nos outros, são uma visão realista e um corte vertical em nossa vida. As deformações, o acento pôsto nos pés enormes, nas mãos lavradas com o machado, a rígida consistência plástica dos corpos são parte íntima da própria linguagem portinaresca, que consegue ser épica e magniloquente à custa das soluções formais. Mesmo descontando algumas influências mexicanas é uma obra de grande fôlego. Foi um canto atual e verídico levantado à nação. Merecidamente Portinari conquistou uma posição de primeiro plano, que devia conservar sem contraste por quase 20 anos. Entretanto, na totalidade da obra, verdadeiramente complexa, êste é apenas um aspecto, o único completamente resolvido no campo épico-monumental.

Não será possível compreender completamente o artista sem conhecer os desenhos, nos quais com poucos traços sutis retrata os meninos de Brodowski, sua cidade natal. Não se colherá completamente seu temperamento lírico e delicado sem ver o retrato de seu filho (Fugita o influenciou nêste trabalho). Picasso, os mexicanos, Piero della Francesca, Mantegna são tantos outros choques emocionais. Sem grande imaginação, de muitos tomou emprestado, devolvendo sempre com algo de pessoal, transformando a influência com sua fantasia poderosa. Nesta incerteza, neste tatear, está a fôrça artística do homem sensível que, apesar de tudo, representa a sua época com tôdas as relativas dúvidas. Na grande capacidade de trabalho e na facilidade artesanal residiu sua fraqueza artística.

Logo depois do projeto do Ministério da Educação, outro prédio oficial obedece ao projeto moderno. Trata-se da Estação de Hidros, obra de Atílio Correia Lima, levantada no Rio de Janeiro, com jardins de Burle Marx.

Enquanto êstes fatos aconteciam no Rio, o movimento cultural em São Paulo ia tomando novos rumos.

Seguindo o que me parece uma característica Bandeirante (apesar dos protestos de individualismo profundo do paulista, repetidos várias vêzes por Cassiano Ricardo), desenvolvendo a tendência grupal, aparecem em São Paulo várias organizações que deviam manter vivo o espírito da Semana de Arte Moderna.

Pela ordem cronológica são êles: o movimento Pau Brasil — a Antropofagia — a Sociedade Pró Arte Moderna, SPAM — o Clube dos Artistas Modernos, CAM — o Salão de Maio e a Família Artística Paulista.

MOVIMENTOS PAULISTAS

Pau Brasil, na pintura, compreende a fase caipira de Tarsila do Amaral, iniciada em 1924, quando visitou as cidades coloniais de Minas Gerais, junto com Cendrars, Oswald de Andrade, Mário de Andrade e redescobriu as côres queridas da infância, que lhe ensinaram depois a considerar caipiras e de mau gôsto. Foi esta pintura a vingança contra a opressão e o gôsto das pessoas apuradas. Corresponde à fase mais feliz de sua pintura e foi a que possibilitou seu triunfo na exposição de 1926, na Galeria Perlier, em Paris.

Antropofagia nasceu ainda de um quadro de Tarsila em 1928, estendendo-se às letras e fundando uma revista dirigida por Antônio Alcântara Machado.

Durante alguns meses, e precisamente de março a julho de 1929, seu órgão oficial foi uma página semanal do Diário de São Paulo. De uma ou outra maneira, grande foi o número dos escritores ligados ao movimento ou que pelo menos colaboraram na publicação. Entre os artistas, porém, além da própria Tarsila podemos citar apenas Alberto Dezon, na "Revista de Antropofagia" e Di Cavalcanti; Cícero Dias e Oswaldo Goeldi nas páginas do Diário de São Paulo.

Pictòricamente os quadros de Tarsila, desta época, apresentam grandes figuras beiçudas, com minúsculas cabeças e membros enormes, num fundo verde com plantas gordas em

contraste com céus azuis intensos e roxos. Apesar da originalidade do tema não alcançaram o nível da fase anterior.

A Sociedade Pró Arte Moderna, fundada em 1932, realizou uma exposição que reuniu artistas inovadores, presentes em São Paulo. Foi, porém, através dela que Segall passou a participar ativamente do movimento artístico e começou a influenciar na pintura brasileira.

Contemporâneo e, segundo Paulo Mendes de Almeida, fruto de uma dissidência da SPAM, o Clube dos Artistas Modernos foi fundado por Di Cavalcanti, Flávio de Carvalho, Gomide e Carlos Prado num casarão, nos baixos do Viaduto Santa Efigênia, onde os 4 artistas tinham atelier. Aí foram relizadas algumas exposições e palestras.

Cinco anos mais tarde, quando não mais existiam a SPAM e o CAM, Quirino da Silva criou o Salão de Maio que foi realizado durante três anos consecutivos.

Nêstes certames aparecem, ao lado de artistas já consagrados, os nomes de Lívio Abramo, Mússia Pinto Alves, Oswald de Andrade Filho, Valdemar da Costa, Lucy Citti Ferreira e Yolanda Mohalyi, no primeiro salão. O segundo, além de reunir grande parte dos artistas brasileiros mais importantes como Guignard, Volpi, Di Cavalcanti, Segall, Goeldi, Lívio Abramo, Tarsila, Brecheret, e apresentar alguns novos, trazia, graças a Flávio de Carvalho, pela primeira vez no Brasil, artistas como Ben Nicholson e Roland Penrose.

Finalmente o terceiro e último, além de alguns artistas brasileiros de primeira água, reuniu trabalhos de Rudofsky, Magnelli e Calder, confirmando a vocação internacional da capital bandeirante e uma inegável superioridade cultural no campo da arte moderna.

Por fim, embora contemporânea do Salão de Maio, fundado também ela em 1937, falaremos da Família Artística Paulista.

Sua importância na história da arte moderna brasileira é superior a todos os movimentos posteriores à Semana de Arte Moderna e representa uma influência grupal de ponderação e maturação. Influência que até então tinha sido limitada à participação individual de Segall e à teorização mais recente de Mário de Andrade.

Como movimento de ruptura, a Semana de Arte Moderna acolheu tudo o que podia ser útil aos fins que se propunha. Bastava contrariar os padrões dominantes para ser aceito e exaltado.

A Família Artística Paulista não surge como elemento de polêmica mas como centro de motivações, procurando valorizar os aspectos intrínsecos da arte, sem preocupações modernistas, mas interessada no aprimoramento técnico e no nível artístico.

Boa parte de seus elementos eram profissionais da pintura de paredes, todos possuiam a humildade que a arte exige no período de aprendizado. Paulo Mendes de Almeida lembra entre êles Volpi, Rebolo, Bonadei, Zanini, Clóvis Graciano, Fúlvio Pennachi, Humberto Rosa e Manuel Martins.

Êste grupo devia entrar em contato com Paulo Rossi Oris e Vittorio Golbis, que tendo estudado na Europa contribuiram muito para o seu desenvolvimento técnico — cultural.

Se, porém, como já dissemos, o grupo era importante, porque punha têrmo à fase revolucionária da arte entre nós, para formular programa de trabalho sério, baseado sôbre exigência de realização, mais importante é porque das suas fileiras surgiu Alfredo Volpi, que através de uma trajetória contínua e firme alcançou uma expressão pessoal e definida de altíssimo valor artístico.

Nasceu em Luca em 1896, mas veio ainda criança para cá onde realizou sua formação artística. Pintor de paredes, profundo conhecedor da técnica desde os 19 anos, fêz de seu ofício instrumento de lazer, pintando pequenas paisagens e cenas da infância. Numa integração vital, transfere para o trabalho seu gôsto artístico, decorando e afrescando paredes inteiras nas residências que o progresso construira antes e depois destruiu, em grande parte, para dar lugar aos arranha-céus. Sòmente nove anos mais tarde entrará em contacto com o ambiente artístico de São Paulo, passando a expôr regularmente em exposições coletivas e realizando mostras individuais.

Em 1937, por ocasião da fundação da Família Artística Paulista, é já um pintor de grandes recursos, apesar da formação mais do que precária.

Nesta época entra em contacto com a cultura pictória, pelo conhecimento de seus colegas e se debruça no cenário nacional, ganhando, em 1941, o primeiro prêmio, no Rio. Encontramos nêle côr mais decantada, alta vibração, embora esticada na tela com pinceladas ricas de *medium* e *parcas* de pigmentos. A grande prática do ofício dá uma aparente simplicidade às realizações de Volpi que já fixa as paisagens do Jabaquara e as residências de Itanhaem. A percepção da

natureza é sempre mais aguda, ao mesmo tempo que, depois de 1940, começa a aparecer sempre mais evidente um estupendo sentido de espacialidade, monumentalmente presente nas paisagens suburbanas de Mogi e do Cambuci.

Tôda a pintura de Volpi é ligada a êste mundo festivo do subúrbio paulistano, meio cidade, meio roça, que desabrocha cada dia ao raiar do sol sua vida naturalista, livre e festeira, plena de humor estético. A côr representa um aperfeiçoamento constante, as tonalidades se tornam sempre mais puras e essenciais.

Em 1950, recebe o prêmio de viagem e conhece a Europa. A arte italiana, a renascença o impressionaram profundamente. Aparecem as fachadas bi-dimensionais, onde Volpi descobre os mistérios da relação implícita na arquitetura brasileira de origem colonial e popular.

A influência do movimento concretista faz pensar durante algum tempo que Volpi tenha abraçado esta poética altamente racional, mas no fundo, mesmo no período mais estritamente geométrico, o mestre nunca negou sua origem e seu mundo. Os retângulos na tela, em forma de xadrez, nada mais são do que uma recomposição das bandeirinhas esticadas ao vento, nos bairros paulistanos, em dia de festa. O subúrbio permanece e renasce mesmo sob a veste internacionalista.

O que ganhou com esta experiência foi a côr que chegou a uma ousadía e a uma pureza difìcilmente alcançadas por outros artistas.

Mas o classicismo latino de Volpi está inegàvelmente ligado à doçura brasileira, e a contôrnos rígidos, a contrastes violentos, a composições puramente formais. O mestre do Cambuci substitui uma liberdade de composição e uma pincelada individual que lembram as origens, os velhos bondes de "Braz, Bexiga e Barra Funda".

As conquistas supremas da côr e de uma arquitetura ideal permanecem intatas, porém, nêsse contexto mais comovido que faz de Volpi o grande poeta da rua paulistana, focalizada nos bairros afastados onde o trabalho corre constante e manso, sem os atropelos histéricos das metrópoles atuais.

Voltando a olhar para 1940-41-42 descobriremos que uma nova geração se está afirmando, enquanto que Segall, apesar de ter influenciado o ambiente, permaneceu o mestre expressionista europeu, sòmente agora se transformando em pintor brasileiro. Favorecido pela vida, o próprio meio onde nasceu,

aquêle onde estudou e se formou (Alemanha), e enfim o Brasil onde viveu, contribuiram para acentuar uma expressão original. Nascido na Rússia, pintor de lembranças que foi, levou consigo o ícone durante tôda a vida. Inúmeros foram os temas por êle tratados predominando, porém, a figura humana. Só a partir de 1935 a paisagem e o gado passaram a ter maior participação. É quando êle se torna pintor brasileiro. É na bucólica contemplação dos rebanhos encostados às montanhas da Mantiqueira, que, quase paradoxalmente, a humanidade de sua arte resplandece com maior fulgor. É na representação desta serra que se torna um dos grandes intérpretes da paisagem brasileira.

(continua)

A LIBERDADE DE IMPRENSA E O BEM COMUM

SALVADOR LENER

NOTA DA REDAÇÃO:

O trabalho do jesuita *Salvador Lener,* que publicamos nesta Secção de *Perspectivas* e *Debates,* foi apresentado na Semana Internacional de Imprensa, realizada em Sitges — Barcellona, na Espanha, em princípio de maio de 1963.

Os problemas abordados são de grande atualidade entre nós e o método usado por Lener é apto a conduzir a discussão no mais alto nível. A imprensa, como tôdas as demais atividades sociais, não pode ser isolada do conjunto das instituições que compõem uma Sociedade. Com muita felicidade costuma-se falar em "quarto poder' com referência à imprensa. No entanto, todo o poder, exercido numa comunidade, só pode ter em mira o "bem comum'. Atividade exercida por particulares ou grupo de particulares, a imprensa não pode representar interêsses particulares. Ela se destina ao bem da comunidade, dirigindo, como poder social que é, os cidadãos, através da informação exata e de uma formação esmerada, para o exercício das virtudes sociais e para a realização plena dos objetivos e ideais de uma comunidade bem organizada de pessoas humanas.

As discussões sôbre êsse importante e grave problema devem fugir às classificações generalizadas, vulgares e demagógicas, que não levam a nada e não trazem nenhum proveito para a sociedade. Como em outras questões, nas quais estão em jôgo os valôres fundamentais da nossa civilização e do nosso espírito, é necessário ir às origens dos problemas, às inspirações últimas dos abusos e erros. Sòmente assim é possível entender a problemática atual e contribuir positivamente para a solução das dificuldades, impedindo que a tradição cultural do Ocidente e os valôres nela criados e por ela garantidos, sejam ameaçados.

Mais uma vez, a revista CONVIVIVM, publicando esta colaboração de S. Lener, tem a certeza de contribuir no devido encaminhamento dos problemas e da sua solução.

I — PROÊMIO

ENTRE as numerosas vantagens que a discussão científica, nos congressos internacionais, dos problemas mais gerais da convivência humana oferece, não em último lugar, configura-se aquêle pelo qual o *fim* orienta o *método* da dis-

cussão. Na verdade, enquanto aquêles problemas foram e são habitualmente estudados, pelos vários participantes, na perspectiva particular dos próprios ambientes políticos, culturais, profissionais, etc., aqui os resultados de tais estudos são expostos e transportados para uma perspectiva mais geral, comum, para não dizer universal. As experiências e as opiniões pessoais, portanto, ou se colocam, com realismo e modéstia, como *testemunhos* de um dos vários modos de entender e resolver aquêles mesmos problemas em função de situações particulares e contingentes, contribuindo para formar dialèticamente uma visão global da questão. Ou são purificados autônomamente de qualquer particularidade e contingência, para concentrar-se, quanto possível, nos elementos de fundo — dados históricos e princípios racionais — que se pensa possam ser por todos aceitos, como base da discussão.

É nesta segunda via que intencionalmente se põe esta "relação" sôbre a liberdade de imprensa. Problema muito antigo e, contudo, sempre nôvo, freqüentemente agudo e crucial, exatamente porque tratado geralmente de maneira polêmica, de acôrdo com situações históricas, contingentes e dentro da visão de contrastantes ideologias ou de particulares perspectivas teóricas e culturais. Porque antigo, o longo tempo passado desde a primeira colocação do problema parece permitir a decantação dos têrmos, nos quais é hoje colocado, desde os preconceitos doutrinários que caracterizam suas origens, e que, se arrastam como enegrecedores destroços históricos. Porque *sempre nôvo,* é "sinal de contradição" também entre sábios. Parece claro que ainda não chegamos a discernir, nem sequer na teoria, os autênticos princípios racionais, por si universalmente válidos, daquelas incrustações históricas, ideológicas e políticas que costumam gerar e perpetuar os contrastes.

Já no título completo dêste estudo — "liberdade de imprensa e bem comum" — é fácil entrever o mais importante princípio deontológico que, a meu ver, dirige a solução racional do problema. Direi logo que não aceito a "communis opinio", na medida em que classifica a liberdade de imprensa entre as liberdades individuais. Pelo fato de as razões da minha discordância servirem para confirmar, como argumento "a fortiori", as conclusões que podem ser hauridas de princípios mais gerais, elas poderão ser convenientemente expostas num segundo momento.

II — PRINCÍPIOS RACIONAIS E SITUAÇÃO HISTÓRICA CONCRETA

Fim, ou causa final, de qualquer sociedade política perfeita (e soberana) é realizar, manter e desenvolver as condições de *vida humana* dos indivíduos e das famílias nela estàvelmente associadas.

Causa formal é sua ordenação jurídica (direito constitucional), ou seja o complexo dos princípios institucionais, das leis, dos conjuntos e organismos públicos destinados a ordenar a posição e a dirigir a atividade dos vários indivíduos a fim de proteger os "valôres humanos", dos quais são portadores. Princípio e fundamento de tais valôres é a própria dignidade da pessoa humana, própria de cada indivíduo, enquanto ente dotado de razão e de vontade livre, capaz, portanto, de conhecer a verdade e de querer o bem e, conseqüentemente, de regular a própria atividade segundo fins e critérios que a razão sugere ou aprova.

Na sociedade política — necessária ao indivíduo para seu bem estar físico e para seu desenvolvimento intelectual e moral — *não existe ordem jurídica sem liberdade;* mas, igualmente, *não há liberdade sem ordem jurídica.* Além disso, nessa, os valôres humanos se distinguem em bens (fins, interêsses, direitos) próprios de cada indivíduo (bem individual) e bens (fins, interêsses, poderes) da sociedade como ente ou órgão moral unitário (*bem comum*).

Por necessidade ética e racional (deontologia jurídica) os quatro têrmos — liberdade pessoal e ordem jurídica, bem individual e bem comum — não podem ser dissociados dentro de cada comunidade, que responda verdadeiramente ao conceito de sociedade política perfeita. Por outro lado, sua orgânica união e o seu equilíbrio concreto resultam diversamente realizável. De fato, foram sempre diversamente realizados na história, segundo as diversas formas de regime político e os diferentes tipos históricos de Estado. E, uma vez que a ordem jurídica positiva é posta e mantida por meio da autoridade, a história das ordenações políticas nos apresenta uma incessante e multiforme dialética entre liberdade e autoridade, entre bem individual e bem comum. De uma parte, é verdade, mudando um dos sobrecitados quatro têrmos, também os demais devem, de algum modo, mudar em seu nôvo equilíbrio; por outro lado, mudando diretamente o equilíbrio, pela mudança bastante rápida da forma do regime, também aquêles, devem mudar, ou, pelo menos, alguns deles.

Refletindo bem, os quatro princípios cardiais da vida humana, pollticamente associada, são *princípios formais*, ou seja de conteúdo universal. As mudanças determinadas pelo variar dos sistemas históricos gerais, ou das condições políticas contingentes de uma comunidade particular, não podem dizer respeito aos princípios em si, nem ao valor deontológico do seu conteúdo universal. Sòmente podem variar os *conteúdos particulares*, históricos e jurídico-positivos, que são determinações, especificações, aplicações concretas daquêle, bem como o pêso e a função dos novos conteúdos no sistema, mesmo em ordem à especificação da forma de regime ou do tipo de Estado. Em outros têrmos, permanecendo firme o conceito formal do Estado como *Estado de direito* (ou ordenamento jurídico soberano), poderão variar os conteúdos particulares das liberdades individuais e suas garantias constitucionais, os conteúdos particulares e as hierarquias de valôres e interêsses compreendidos no bem comum, como fim do Estado, não, porém, a existência e a verdade substancial da liberdade pessoal ou do bem comum de todos os cidadãos.

Ao contrário, é próprio de certas filosofias falsas e característico de não poucas ideologias políticas — tanto mais totalitárias nos programas, quanto mais "parciais" em suas bases humanas e históricas — exaltar sómente um dos quatro têrmos ou princípios cardeais, acima mencionados, com detrimento dos demais e do seu necessário equilíbrio. Na realidade, uma vez que a verdade de um não pode permanecer sem algum reconhecimento dos outros, é fatal que em tais atitudes doutrinárias ou práticas, o próprio valor exaltado seja deformado até tornar-se um antivalor. Nêste caso, o Estado deixa de ser Estado de direito e torna-se prêsa da anarquia e do despotismo.

Especialmente no que se refere à dialética entre liberdade e autoridade, a história antiga e moderna nos apresenta períodos com movimento pendular entre regimes que, por terem concedido demais a uma mal entendida liberdade individual, como defesa de interêsses egoístas, são perturbados por facções incapazes de sentir e de seguir as supremas exigências do bem comum; e regimes que, muitas vêzes como reação aos precedentes, exaltam a tal ponto a autoridade, o poder político absoluto, que não sòmente a liberdade individual, mas a própria dignidade da pessoa humana dos cidadãos, resultam esmagadas, chegando também desta forma a excluir a verdade do bem comum.

III — IDEOLOGIAS INDIVIDUALISTAS E REGIMES LIBERAIS

Vista no seu conjunto, é possível dizer que nunca na história, a organização geral da convivência humana apresenta tanta instabilidade como na época contemporânea. As causas de um tão imponente fenômeno, que se passou a chamar *crise da civilização* (do Estado, do Direito, da Filosofia, etc) tem dúplice natureza: umas ligam-se às condições materiais da existência humana em contínua, geral e sempre mais rápida mudança, em conseqüência também do progresso técnico e das descobertas científicas; as outras dizem respeito de perto às raízes racionais e éticas, aos princípios espirituais e històricamente constitutivos das comunidades políticas.

Se a ruptura da unidade religiosa, já existente na sociedade européia, e as sucessivas guerras de religião e as lutas intestinas a elas ligadas determinaram em quase todos os lugares a involução absolutista do poder monárquico, a Revolução Francêsa levou à dissolução progressiva do próprio princípio sôbre o qual estava pacìficamente assentada a sociedade civil da Idade Média. E isto mesmo onde a monarquia permanecia como instituição, uma das instituições soberanas do Estado, de regime constitucional. O individualismo e a negação da autoridade no terreno religioso, próprios do Protestantismo, foram, através das correntes do pensamento que prepararam e acompanharam a Revolução Francêsa e sua expansão européia, herdados por aquêle liberalismo individualista, que, no século passado, marcou o assim chamado Estado moderno como *Estado de mero-direito*, ou melhor da *legalidade*. O princípio formal dêsse tipo de Estado foi a abstrata autoridade da lei, entendida no sentido de garantir não mais o bem comum dos cidadãos mas sòmente a *ordem exterior* das atividades individuais. Uma ordem voluntàriamente reduzida à mera *técnica de convivência*. O princípio final, em harmonia com a exaltação ideológica da liberdade, como valôr supremo, foi a proteção da *liberdade individual juridicamente* compreendida em sentido de fato formal, ou como negação de limites.

O ordenamento jurídico e o próprio Estado, justamente definido como Estado policial deviam providenciar sòmente a proteção dos interêsses e dos direitos privados dos sujeitos individuais e a garantia constitucional das suas liberdades. Entre estas, a liberdade de imprensa. O único limite era o

código penal. O único critério para o seu exercício, o interêsse individual. A "utilitatis communio", como princípio supremo e positivo da coordenação do bem individual de cada um com o bem de todos e da própria sociedade, permanecia estranha aos fins do Estado, reduzida a mera "iuris fruitio". As relações econômicas permaneciam matéria exclusiva do direito privado, aliás de um direito privado construído há séculos em função de uma economia essencialmente agrícola, artesã e pequeno mercantilista. E isso exatamente quando a "revolução industrial" e as conexas "chagas sociais" agravavam e estendiam aquela "questão social" que, sôbre a base do imediato conteúdo econômico, se tornava cada vez mais uma questão político-geral, ou seja uma questão concernente aos próprios princípios e às próprias estruturas fundamentais da sociedade estabelecida.

Enquanto negação do absolutismo e em vista da acrescida importância da burguesia, um tal sistema pôde suscitar provisòriamente o entusiasmo das classes mais cultas e a adesão dos econômicamente mais favorecidos ou mais empreendedores. Nêle se conseguiu um notável progresso da cultura e da economia dita capitalista, ou seja privada. Mas cresceram também, até tornarem-se não mais toleráveis, os desequilíbrios humanos, cuja composição, objeto e exigência da justiça social, constitui ao mesmo tempo, segundo a escultórica definição de Dante, o fim do direito e o fim do Estado (1). Tais desequilíbrios não eram conseqüência meramente acidental, por assim dizer, patológica do sistema. Eram, pelo contrário, o seu resultado necessário, uma vez que, sôbre o princípio individualista, sôbre o indivíduo visto e protegido exatamente na esfera de seus interêsses particulares e egoístas, não é possível construir nem racional nem pràticamente autênticos valôres sociais. A liberdade formal igualmente garantida a todos os cidadãos, revelou-se, sem dúvida, uma ficção para a grande maioria dos indivíduos desprovidos de inteligência, de cultura e até de ocupação estável ou suficientemente remunerada. O estado policial resultou, portanto, o protetor dos "felizes possuidores", gerando novos privilégios (econômicos) mais intoleráveis ainda para os trabalhadores que tanto contribuiam ao acréscimo

---

(1) DANTE, **De Monarchia**, lib, II, e.5= "Quicumque bonum rei publicae intendit, finem iuris intendit... Ius est personalis et realis hominis ad hominem proportio, quae servata, hominum servat societatem, et corrupta corrumpit".

da riqueza e dos antigos privilégios feudais. A própria impessoal "vontade da lei" acabou coincidindo, freqüentemente, com a vontade dos grupos organizados, e, sobretudo, dos detentores do poder econômico, em melhores condições para influir, até com a imprensa e o "financiamento dos partidos", sôbre o govêrno e sôbre o parlamento, sôbre os eleitos e sôbre os eleitores: entre os quais, os "capita sine censu" foram por muito tempo excluidos pela própria lógica do sistema. Quando êstes e os trabalhadores em geral, passaram a se organizar em ligas, associações sindicais, e porteriormente em verdadeiros partidos operários ou populares, estas novas fôrças políticas, já estranhas ao regime, foram-lhe totalmente contrárias, chegando até os limites revolucionários contra o Estado.

A concessão do sufrágio universal não favoreceu os regimes liberais. Pelo contrário, por volta da Primeira Guerra Mundial, tornou crônica sua instabilidade. Já não se tratava, de fato, de equilíbrios formais mais amplos a estabelecer, mas de desequilíbrios humanos substanciais e radicais a eliminar, em conformidade com as já agora difundisíssimas exigências da justiça social e de acôrdo com diversas condições históricas das realidades sociais. Mas os regimes liberais e o próprio tipo do Estado moderno ou "de mero direito" eram absolutamente impotentes para uma tarefa semelhante.

IV — IDEOLOGIAS COLETIVISTAS E REGIMES TOTALITÁRIOS

É de todos conhecido o fato de que, desde o século passado, foi se afirmando a ideologia marxista. Igualmente conhecidos são seus aberrantes postulados filosóficos, as monstruosas linhas programáticas, os horrores revolucionários e a falta de humanidade de suas aplicações históricas. Sob mais de um aspecto, trata-se de uma "reviravolta" e de uma sistemática e extremada exasperação de alguns dos elementos mais negativos do velho liberalismo. É comum a arbitrária separação teórica entre Estado e sociedade. Substancialmente afins são a concepção do Estado como "aparato", ou "super-estrutura", da sociedade, e a dissociação do *indivíduo como realidade empírica* da sua dignidade de pessoa humana, valor primeiro e fundamento de tôda a ordem e realidade sociais. Análoga é a negação do bem comum de todos os cidadãos como finalidade do Estado: num, porque

é indiferente, por si, à simples exterioridade do ordenamento jurídico, na outra, porque reduzido só ao bem econômico de uma classe única, o assim chamado proletariado, em luta contra as demais, até sua completa "destruição". O *individualismo associal* do liberalismo oitocentista, é substituido pelo *coletivismo anti-social* do socialismo, antes, do comunismo, depois. Aqui o próprio bem individual não pode ser concebido, nem dado, senão como elemento e resultado do bem coletivo. A real preponderância dos grupos organizados e das classes capitalistas no Estado liberal, é substituida pelo poder, mesmo absoluto, ao menos em princípio, ilimitado e violento da assim chamada ditadura do proletariado, da qual o Estado e o direito são meros instrumentos. A personalíssima e despótica vontade de um único homem, de um único partido se coloca no lugar da vontade impessoal e abstrata da lei. A liberdade formal e negativa, assegurada pelo Estado de direito é substituida pela negação não só de fato de qualquer autêntica liberdade pessoal, mas do seu próprio princípio ou fundamento, a dignidade natural da pessoa humana.

Os teóricos do sistema ensinam explìcitamente que êle deve tender à "destruição das próprias raízes", naturais e históricas dos Estados "burgueses" (isto é, não socialistas), e mesmo de qualquer civilização diversa da comunista.

É óbvio que em tal sistema é até absurdo falar em liberdade de imprensa, por parte de indivíduos ou grupos autônomos. A imprensa tem um único fim: a propaganda da ideologia, a consolidação da ditadura, a exaltação do chefe e dos sucessos do sistema, a luta contra os inimigos externos e contra internos "divisionistas", a despersonalização dos indivíduos, e o embotamento das massas. Se nos regimes livres, a assim chamada liberdade individual de imprensa é indiretamente *instrumento de poder* para os grupos preocupados em conquistá-lo, a mantê-lo e a influir no seu exercício, nos regimes totalitários isto acontece direta e orgânicamente, como *função pública*. Também por isso não pode ser nem individual, nem livre.

V — O ANTI-INDIVIDUALISMO E O ANTI-COLETIVISMO DOS RECENTES REGIMES AUTORITÁRIOS

Não é possível dar um nome único e positivo às ideologias que acompanharam, nos vários Estados europeus e não europeus, a instauração de regimes autoritários, igualmente con-

trários, no terreno social, ao individualismo liberal e ao coletivismo marxista. Mais do que os diversos, contingentes e empíricos delineamentos doutrinários, interessa destacar uma certa analogia das situações históricas e das circunstâncias políticas que determinaram a sua formação. Útil ainda é acentuar alguma característica comum que, exceção feita dos nefastos excessos do nazismo (iguais e contrários aos do bolchevismo) parecem justificar a qualificação de "autoritários" em vez de "totalitários".

Depois da primeira guerra mundial, e depois da constituição de uma central não apenas ideológica, mas política e imperialista, do comunismo mundial na União Soviética, as condições econômicas, políticas e sociais dos vários países de regime liberal, mas sem tradições democráticas difundidas e enraigadas resultaram mais ou menos desastrosas. A total incapacidade do "Estado de mero direito" e das oligarquias que o governavam mal, de enfrentar e resolver a "questão social", agora urgente também em sede política e constitucional, era acompanhada da já lembrada crise de princípios e das particularidades dos regimes liberais (sufrágio político estendido também às classes incapazes de o exercer com responsabilidade; instabilidade crônica dos governos; degeneração parlamentarista das câmaras eletivas; insuficiência do executivo par assegurar mesmo o mínimo de ordem pública).

A soberania do Estado acabava desautorizada e ameaçada diante da desesperada facciosidade dos partidos e da prepotência dos grupos e movimentos de finalidades econômicas. À pressão interna das organizações subversivas, juntavam-se as de inspiração marxista, com o crescente e multiforme apôio da Central Soviética e com o conseqüente perigo para a própria independência do Estado. A importância da resistência a essa pressão mudava a crise dos regimes liberais em verdadeira crise de Estado. A ilimitada liberdade de imprensa, de associação (mesmo com fins revolucionários), de reunião e de greve tornavam as fôrças da ordem impotentes para conter os motins de praça, as invasões das fábricas, a devastação dos campos, a pilhagem e os próprios choques violentos entre as facções opostas. Por isto em tôda parte, seguindo um chefe político-militar, organizaram-se fôrças decididas a restaurar a autoridade do Estado e a ordem pública, e a empreender ao mesmo tempo as reformas inspiradas numa maior e mais efetiva justiça social. A maior parte do povo e a mais sã, mesmo sem aumentar suas fileiras, apoiou positivamente sua ação, ou foi induzida a considerar seu

triunfo como o menor dos males (*salus rei publicae suprema lex esto!*). Em alguns lugares gradativamente, em outros através de "golpes de Estado", de revoluções e guerras civis, chegou-se à instauração inicialmente de governos e depois de verdadeiros regimes "autoritários". Quase em tôda a parte a mais ou menos rápida extinção dos regimes liberais, foi acompanhada por uma tentativa de transformação positivamente constitucionalizada do Estado. E isto, em duas direções principais.

A primeira, respondendo às exigências históricas gerais, pode ser chamada genèricamente *social*: reconhecimento, disciplina e função pública dos sindicatos, dos contratos coletivos de trabalho, das associações corporativas compostas de trabalhadores e empregadores da mesma categoria, e até de inteiros setores econômicos; instituição de uma magistratura especial para os dissídios trabalhistas; instituição ou extensão dos seguros sociais obrigatórios; transformação da assistência social como função do Estado, das províncias e dos municípios; política de desenvolvimento e intervenção pública na economia etc.... Neste nôvo tipo de Estado, *grosso modo* definido, como sindical-corporativo, tenta-se recompor em têrmos novos e pluralistas a identidade entre Estado e sociedade nacional, reafirmar ao mesmo tempo a autoridade do Estado e a superioridade dos interêsses gerais (da nação, do povo, de todos os cidadãos como tais) sôbre os interêsses particulares dos indivíduos ou dos grupos, coordenando para o bem comum as atividades particulares e, conseqüentemente, a liberdade.

A segunda direção, mais coerente e menos desconcertante, onde os novos regimes tiveram maior base popular e conseguiram notável estabilidade, pode ser chamada extritamente *política*. O partido ou grupo vitorioso assume uma posição dominante no parlamento. Tornando-se, posteriormente, o partido único, transforma-se em regime e pretende aos poucos, baseado na própria ideologia e com as reformas constitucionais, identificar-se com o Estado. Pretensão ilógica e anti-histórica. Ilógica, porque, por definição e na realidade concreta, o partido é sempre *parte e não o todo;* anti-histórica, dado que, depois da dissolução do princípio monárquico, como único e decisivo fundamento constitucional do Estado, as excepcionais situações históricas e políticas — reduzíveis ao *estado de necessidade* — podem justificar governos e até regimes autoritários e ditatoriais, mas *só provisòriamente.* Nestes sistemas empíricos, ao contrário,

exalta-se geralmente, a autoridade do Estado mesmo em detrimento e com sensível diminuição das anteriores liberdades constitucionais dos indivíduos e da autonomia dos corpos sociais inferiores; os interêsses gerais da sociedade são colocados igualmente acima dos particulares individuais e grupais; mas com tais fórmulas, freqüentemente levadas além do limite do justo, se encobre também a realidade de um poder pessoal (do chefe, ou do grupo que o sustenta), o privilégio político dos instauradores e fautores do nôvo regime, seu interêsse em perpetuar-se no regime *contra a necessária provisoriedade* que justificou sua instauração e *contra a parcialidade da ideologia,* que pode congregar um partido, mas nunca ser a constituição material do Estado, enquanto *res publica* de todos os cidadãos.

Uma tal composição, empírica e híbrida, do sistema, reflete-se marcadamente no regime da imprensa (e dos outros meios de comunicação com as massas). Normalmente, começa-se com limitações excepcionais da liberdade anterior, justificada pela necessidade de defender a ordem pública e os supremos interêsses da comunidade contra as ameaças internas e externas. Aos poucos, porém, estas restrições tornam-se permanentes e duras, especialmente contra quem não adere ao nôvo regime. Adquirem também, orgânicamente, a dupla face do regime. Antes de mais nada, a imprensa deverá atender, mesmo positivamente, à propaganda e defesa do regime, e conseqüentemente, à exaltação do chefe, do partido e da sua ideologia particular, das novas instituições e sucessos obtidos (*a imprensa como instrumento político do regime*). Depois, ou contemporâneamente, deverá atender à propaganda dos novos princípios segundo os quais é reordenado o Estado, e a defesa dos seus interêsses públicos. Em razão de um ou do outro aspeto a imprensa é organizada, institucional ou burocràticamente, como *função pública,* da qual se ocupa, às vêzes, até uma administração central (ministério de imprensa e propaganda). É claro que também aqui, não se pode mais falar de liberdade própria e verdadeira, muito menos individual.

VI — A IMPRENSA QUOTIDIANA E PERIÓDICA COMO ATIVIDADE META-INDIVIDUAL

Antes de utilizar, num quadro mais geral, os resultados da experiência histórica que analisamos, é oportuno verificar agora se mesmo prescindindo dela, a representação da liber-

dade de imprensa como liberdade meramente individual corresponde à efetiva realidade das coisas, ou seja, pelo contrário, fruto de um equívoco vulgar, devido a um preconceito ideológico, que tudo obscurece.

Não há dúvida de que o direito de manifestar, aos outros, o próprio pensamento, com a palavra, o escrito e outros meios de comunicação — incluída a imprensa — seja um direito fundamental da pessoa humana, e, portanto, um *bem individual*. Isto, porém, não nega o fato de que êste bem tenha uma natureza totalmente singular, consistindo apenas na atual comunicação a outros sujeitos. Se, formalmente, êste bem é considerado como uma das manifestações da liberdade individual, é porque se considera sòmente seu momento negativo (a exclusão de limites), e não o positivo, que importa necessàriamente em penetração na esfera de outros sujeitos, indivíduos não determinados na espécie e no número (o "público"). Além disso, tratando-se da imprensa quotidiana e periódica, ou de qualquer maneira de caráter contínuo, não parece ser contestável o juízo expresso há 80 anos por *Nordau,* que afirmava constituir aquela representação uma "mentira convencional". "Os periódicos — observa êle — formam uma tribuna, que pertence a todos os que ouvem a palavra que dela desce. Uma tal tribuna é, portanto, uma *instituição pública*. Daí se segue, como conseqüência, que a imprensa, como tôdas as outras instituições públicas que implicam o bem-estar material, intelectual e moral dos cidadãos, deveria estar sujeita ao contrôle público".

Mas há mais. Nos nossos dias a figura do proprietário-escritor único ou do diretor *ad libitum* do jornal ou da revista, se alguma vez existiu, desapareceu por completo. Hoje, não apenas são normalmente distintas as figuras do proprietário e do editor (e estas são constituídas geralmente não por indivíduos, mas por uma "sociedade" ou grupos com finalidades políticas, econômicas e culturais); mas a própria emprêsa jornalística tornou-se uma *organização* complexa, na qual convergem as funções de diretor, vice-diretor ou redator-chefe, dos demais redatores, dos colaboradores, dos cronistas, dos fotógrafos e dos vários técnicos. O jornalista típico, finalmente, transformou-se num *profissional* e, no jornal, num *trabalhador dependente*. De tal forma que pode ser contratado sucessivamente, e até simultâneamente, por vários jornais e revistas, mesmo de orientação e finalidade diversas. Não sòmente em função dos destinatários, mas em vista da

própria realidade das suas estruturas organizadas, a imprensa jornalística e periódica tornou-se claramente uma atividade *meta-individual.* A liberdade de publicar um jornal ou uma revista tem bem pouca relação com a liberdade individual de comunicar aos outros o próprio pensamento.

Como conseqüência disso se o indivíduo, que presta sua atividade jornalística em posição dependente, pode e deve aceitar os limites à manifestação do seu pensamente individual, derivados do contrato, dos fins do periódico, da sua direção etc..., não se vê por qual razão a emprêsa jornalística, no seu conjunto, deva gozar necessàriamente, a pretexto da liberdade individual, de uma liberdade maior da que é concedida ao próprio indivíduo.

VII — O "QUARTO PODER": IMPRENSA, RÁDIO E TELEVISÃO

É notório que nos regimes liberais, em relação à constitucional tricotomia dos poderes do Estado, a imprensa é, e não apenas metafòricamente, definida como o "quarto poder". De fato, em cada tipo de Estado, e tanto mais no oitocentista, denominado "moderno", o exercício dos poderes públicos e o funcionamento das instituições públicas foram sempre, em certa medida, "condicionados" pelo *opinião pública.* Segue-se que a posse dos instrumentos de informação e de formação da mesma, resulta em concreto, meio bem eficaz para influir sôbre o citado exercício e funcionamento.

Com o reconhecimento, em todos os cidadãos, da liberdade individual de imprensa, pareceria que a cada um dêles se deveria assegurar uma participação neste tipo de "poder indireto". Além disso, teòricamente, devido ao princípio da igualdade, que é base dos regimes liberais e democráticos, ter-se-ia a impressão de que tal participação deveria realizar-se em condições de fundamental paridade.

Ao contrário, nos regimes liberais, ninguém sabe qual a vantagem que a liberdade individual de imprensa pode trazer aos cidadãos que não estão em condições de exercê-la; e nos regimes democráticos, a paridade de indivíduos destituídos de cultura e de meio para participar efetivamente no "quarto poder" (e são a maioria) torna-se até um mistério. Êste mistério, ou fenômeno, como queira chamar-se, aparece simplesmente impotente no momento em que à imprensa, já transformada em "meio de comunicação com as massas", se junta, com idêntica função e até com maior potencialidade, o rádio e a televisão.

Nos modernos regimes totalitários, estas novas formas de comunicação não criaram especiais problemas políticos, sendo óbvio que as atividades de montagem e exercício só podiam ser reservadas ao Estado. Nos países livres, pelo contrário, e especialmente naqueles de constituição e regime avançadamente democráticos, a conciliação dos velhos e assim chamados "imortais", princípios da liberdade individual da comunicação do pensamento com a natureza, as exigências e as possibilidades específicas das novíssimas formas de "comunicação circular", levantaram problemas ainda não resolvidos, nem fàcilmente solúveis, desde que permaneça firme a aceitação crítica (para não dizer fetichista) daqueles princípios. Antes de mais nada, a limitação das "ondas" e dos "canais" disponíveis em cada comunidade, já por causa das convenções internacionais, excluem *a priori*, a possibilidade de reconhecer *em todos* a liberdade incondicionada de organizar e usar estações de transmissões radiofônicas ou televisíveis. Em segundo lugar, as consideráveis despesas, necessárias para tais organizações e seu funcionamento permitiriam tal atividade mesmo em regimes de liberdade regulada, a um bem reduzido número de indivíduos e mesmo de grupos. Enfim, diversamente do que a seu tempo aconteceu com a imprensa, percebia-se cada vez mais claramente a preeminência dos *interêsses gerais* (informação objetiva, cultura, diversão) ligados a estas novas formas de "comunicação de massa". Êstes interêsses gerais parecem tornar legítimo, sem dúvida, depois da organização, também o funcionamento ou, pelo menos, o contrôle das transmissões, por parte do Estado ou de outras entidades públicas.

Pode-se dizer que nos países, nos quais os particulares têm acesso aos novos meios de comunicação, existe uma notável diferença entre a disciplina jurídica, mais ou menos publicista de tal liberdade, e a da imprensa, ainda anti-històricamente dominada pela velha concepção individualista. Será suficiente a maior idade das três irmãs (imprensa, rádio, televisão), para perpetuar um privilégio sem fundamento?

VIII — OS ASPETOS "PÚBLICO", "SOCIAL" E "POLÍTICO" DA IMPRENSA

Como primeiro resultado das considerações acima desenvolvidas, parece que na imprensa, como sendo ainda a forma mais difundida de comunicação *in incertas personas,* devam

ser distinguidos três elementos constitutivos e, conseqüentemente, três notas características: a *publicidade,* a *socialidade* e a *politicidade.* No uso comum, estas três expressões aparecem freqüentemente usadas de maneira indiferente, como se significassem uma só coisa. Em relação ao objeto e ao fim específico do nosso estudo, é conveniente, pelo contrário, acentuar as legítimas diferenças de significado.

Chamamos *pública* a atividade de imprensa, simplesmente porque em nada mais consiste, senão numa forma de comunicação ao público. Não importa se essa atividade, sob o aspeto jurídico, possa ser exercitada tanto pelos particulares como pelo Estado e outras entidades públicas. Com a segunda nota, a *socialidade,* sem dúvida não se repete a primeira, mas se designa a *função social* que a imprensa, como conseqüência da sua essencial publicidade, vem a desenvolver no âmbito de uma sociedade (informação, cultura, diversão). A expressão "função social" serve para destacar a natural conexão entre a atividade de imprensa (especialmente jornalística e periódica) e o bem comum da sociedade e dos seus membros. Insistiremos logo no caráter deontológico de uma tal necessidade. Aqui é útil esclarecer como esta função é intrínseca e natural à imprensa.

Tomemos em consideração o mais típico dos bens individuais (externos): a propriedade. Sempre se admitiu que o uso da propriedade privada deve ser tal que *não prejudique* os outros indivíduos; hoje, porém, se acrescenta e se quer quer êle resulte em vantagem para o bem comum; afirma-se em outras palavras que a propriedade privada possui (no sentido que deve ter) uma função social. Por si, entretanto, tal função continua elemento extrínseco e agregado ao bem individual: não é sua nota essencial e constitutiva. Não assim no caso da imprensa. Já se disse que a propriedade ou disponibilidade de emprêsas jornalísticas e editoriais, e a atividade que nelas desenvolvem alguns indivíduos, não seriam sequer bens individuais, se não houvesse um público de destinatários: assinantes, compradores e leitores. Ora, êstes destinatários, mesmo considerados individualmente, tem direito a exercer, de alguma maneira, tal atividade (direito à informação exata, ao recato, à "liberdade do obsceno"). Com maior razão não pode deixar de tê-lo a sociedade, na qual o público dos leitores é organizado polìticamente em vista do bem comum.

Existem, de fato, valôres humanos essencialmente sociais (culturais, econômicos, morais, políticos), sôbre os quais a

imprensa exerce influência bem grande e contínua. A sociedade tem direito a que tal influência não seja maléfica e destrutiva, mas benéfica e construtiva.

Mais sutil, mas necessária a fim de evitar equívocos, é a diferença entre socialidade e politicidade. Em via de regra, dado que por função social da imprensa se entenda sua contribuição positiva ao bem comum, e isto constitui a finalidade precípua do Estado, não há dúvida que, em última análise, a função social coincide com a política. Foi o que vimos, concretamente, na breve indicação feita à disciplina publicitária, burocrática e centralizada, que atinge a imprensa nos regimes totalitários. O mal de tais regimes, porém, não está no reconhecimento da função social, que já se tornou necessário, e na proclamação do interêsse público na maneira dele ser desenvolvido. Está na limitação dessa função à determinação particular, antinatural e coativa dos interêsses gerais da comunidade feita por um partido único, por uma única classe, por um único homem apenas. Existe, portanto, uma política com *P* maiúsculo (como se costuma dizer), a que concerne ao Estado (polis) enquanto organismo ético, unitário e permanente; e existe uma política com *p* minúsculo que é a dos partidos, dos grupos, dos indivíduos e de seus interêsses particulares, contingentes e contrastantes. Enquanto distinta da sociedade é claro que a politicidade da imprensa se refere sòmente a esta segunda acepção do têrmo "política".

Ora, não parece contestável que a imprensa, como "quarto poder", tenha uma função política, além da social. É exatamente tal função que torna tão necessàriamente conexo o regulamento jurídico dessa atividade com a forma de regime político. Nos próprios regimes liberais, nos quais a imprensa foi considerada atividade particular, a verdade é que a correspondente "liberdade individual" tem função política, sendo a pluralidade e a dialética das opiniões, necessárias à própria forma do regime. Nos regimes totalitários, ao contrário, excluída a diversidade de opiniões e de partidos, a imprensa pode ser coerentemente organizada como função pública, e até como administração.

A falsidade de um e de outro extremo não implica em que, em tôdas as comunidades políticas bem ordenadas, não seja preciso levar realìsticamente em consideração o elemento público, social e político, que intrìnsecamente qualifica esta forma de atividade humana, especialmente, quando organizada.

IX — LIBERDADE E SOCIALIDADE NO ESTADO CONTEMPORÂNEO

Por vias transversas, entre experiências diversas e contraditórias, em fases desiguais de progresso, estamos assistindo, e às vêzes dela dramàticamente participando, à transformação do que no século passado foi ideològicamente definido como o *Estado Moderno,* naquele que, por diferenciações não apenas cronológicas, passou a chamar-se o *Estado Contenporâneo.* No primeiro — "Estado de mero direito" — se acreditou poder substituir o vazio deixado pelo dissolvido "princípio monárquico" com a formalista "autoridade da lei", ingênuamente concebida de maneira abstrata e impessoal, como se a lei não exigisse um legislador e conseqüentemente, uma autoridade social bem diversa daquela do assim chamado Estado-policial. *Estado social* é o contemporâneo (ainda *in fieri*). Com esta — em si pleonástica — qualificação: a) procura-se, realìsticamente, fazer coincidir o Estado, como ordenamento jurídico (Estado de direito) com a sociedade nele organizada, e isto como conseqüência da "questão social" que se determinou nos Estados oitocentistas; b) se esclareceram, como històricamente válidos, mesmo no nôvo e mais amplo conteúdo, aquêles supremos princípios do direito natural, que são a *dignidade da pessoa humana* igualmente pertencente a todos os indivíduos e o *bem comum* como fim essencial do Estado. Sôbre êstes deve apoiar-se radicalmente tôda a organização do Estado para ser verdadeira sociedade política perfeita; c) ao *conteúdo universal* dêsses princípios e, ao mesmo tempo, ao seu *conteúdo histórico,* hoje estabelecidos nas convicções coletivas dos povos e nas exigências fundamentalmente comuns de todos os membros da família humana, é atribuído o objeto próprio daquela *justiça social,* na qual o ordenamento jurídico das comunidades políticas deve necessàriamente inspirar-se, de acôrdo com as diversas condições e possibilidades concretas de cada comunidade. O Estado social, portanto, é o Estado, cuja constituição e cujas atividades públicas e privadas, por êle coordenadas e dirigidas para o bem comum, são dirigidas pela justiça social.

Êste princípio generalíssimo, segundo o qual podemos e devemos hoje restabelecer concretamente, (ainda que de maneira genérica sem as determinações mais particulares que as condições específicas de cada comunidade tornarão necessárias) uma positiva e estável harmonia dos quatro componentes da vida comunitária, lembrados no início dêste trabalho — *liberdade e ordem jurídica, bem individual e bem*

comum. A justiça social, entendida não apenas como *virtude* (hábito ou qualidade pessoal dos indivíduos isolados) mas também como princípio *formal objetivamente regulador de tôda a vida humana associada,* regula igualmente cada uma daquelas quatro componentes, e o seu conjunto unitário (o Estado como organismo ético).

A *liberdade individual,* de fato, num Estado social autêntico, não pode ser meramente formal e negativa (de limites), teorizada pelo velho liberalismo, que se transformou, concretamente, num reduto de interêsses egoístas e privilégio dos indivíduos "econômicamente fortes". É, pelo contrário, *liberdade pessoal,* liberdade de indivíduos que, da própria dignidade de pessoa, devem haurir autônomamente a norma para o reto uso dos seus direitos e para o exato cumprimento dos deveres correlatos para com os demais indivíduos e para com a própria sociedade, para o que são já ordenados pela própria natureza. É liberdade, portanto, de tender, sim ao bem individual próprio, mas respeitando, não apenas negativamente, o bem individual dos outros e o bem comum. Na sociedade política, que tem nêsse bem comum seu fim essencial, històricamente determinado, tôda a atividade livre dos indivíduos associados ou isolados deve ser exercida na observância da justiça social como *virtude geral,* ordenadora dos atos de tôdas as outras virtudes para o bem comum.

A *ordem jurídica* no Estado social não é o mero regulamento técnico e exterior da convivência, mas *deontologia* ou *ética* social, finalìsticamente determinada pelo bem comum da sociedade organizada em Estado e positivamente especificada na constituição, nas leis e nas instituições públicas, de acôrdo com as condições particulares, espirituais e materiais, de cada comunidade. É ordem objetiva, cujos elementos todos são definidos visando o bem comum da sociedade e de todos os seus membros, a fim de que cada um obtenha o que lhe pertence pela justiça social como pessoa humana e como cidadão. A autoridade não é outra coisa que o poder-dever de providenciar o bem comum em conformidade com a Constituição. Desta forma, dissolve-se radicalmente (ou seja no nível do Estado) a pretensa antítese entre liberdade individual e autoridade social. Ao passo que a dialética normal entre a liberdade ou os direitos políticos dos cidadãos e a composição, bem como o funcionamento dos órgãos públicos, revela-se matéria própria da forma de regime, sempre mutável, permanecendo firme a identidade e a continuidade do Estado. Costuma-se dizer que hoje o problema não é mais o

da composição da liberdade individual com a autoridade política, mas o da harmonia entre *liberdade* e *socialidade.* Alguns, para salvar a primeira, desejariam limitar ao máximo a segunda; outros, precisamente o contrário. No fundo dêste dissídio, dêste contraste exagerado, existe um equívoco vulgar, dependente da difundida, mas errada, redução do "social" ao "econômico", quanto ao conteúdo, e ao "público", quanto à forma. A verdade é que antes de tudo são *sociais* aqueles valôres humanos que podem e devem ser comunicados sem perda, enriquecendo-se, ao contrário, na comunicação para mais pessoas; e tais não são, nem podem ser, os "bens econômicos". O bem comum, fim do Estado, compreende indubitàvelmente, em particular no Estado social, um eficaz ordenamento da pública e da privada economia, mas, de per si, não compreende os bens econômicos. Êstes, enquanto coisas, são *meio,* não fim; ao passo que o bem comum é *fim* e não meio. Os bens econômicos pertencem sempre a sujeitos determinados, privados ou públicos e não a uma multidão indeterminada ou se se quiser, a uma coletividade. Quanto à noção formal de "socialidade", devemos lembrar que, segundo o léxico, "social" significa: "da sociedade" ou dos "sócios", com a conseqüência que só nas sociedades de lucro, o social coincide com o econômico. Nas sociedades políticas ou com fins gerais, sociais são exatamente êsses fins enquanto incluídos no bem comum, objetivo essencial do Estado. Entre tais fins há, e isso adquire uma importância capital no Estado social contemporâneo, a satisfação das exigências da justiça social de conteúdo econômico para todos os cidadãos, e especialmente para os "econômicamente fracos". Para atender a tal finalidade o Estado tem certamente o poder-dever de organizar satisfatòriamente, como dissemos, a economia pública e privada. Sem dúvida pode intervir naquele setor econômico que, segundo o velho liberalismo, era esfera exclusivamente privada. Mas isto deve fazer justamente visando a verdade e o acréscimo do bem comum, respeitando a liberdade dos sujeitos individuais e associados, estimulando sua atividade responsável, exigindo dêles a solidariedade. Deve limitar suas intervenções e sua ação segundo o *princípio de subsidiariedade,* que regula a harmonia, mesmo dinâmica, entre liberdade e socialidade. Se pensamos, além disso, que a justiça social deve atender, principalmente, àqueles que não estão em condições de exercitar uma atividade econômica, ou de obter o necessário para viver dignamente, torna-se claro que a socialidade aumenta em vez de diminuir a

liberdade pessoal de *todos* os cidadãos. Diminuída, ainda que não excluída, é sòmente a falsa liberdade do egoísmo; mas o egoísmo é sinônimo de *anti--socialidade.* A verdadeira liberdade humana é *naturalmente social.*

X — CONCLUSÃO: LIBERDADE DE IMPRENSA E JUSTIÇA SOCIAL

Falamos sempre em *verdadeira* liberdade. No que se refere à liberdade de imprensa, a inteira série de considerações já desenvolvidas parece convergir sôbre tal adjetivo conferindo-lhe significado sólido e positivo. De fato, não nos podemos contentar com a usada, mas também abusada, máxima segundo a qual não se deve confundir liberdade com licença; nem deter-nos diante da objeção que definir a (verdadeira) liberdade é problema filosófico, diversamente solucionado nos vários sistemas, e não tarefa do legislador. Parece claro não se tratar aqui da definição acadêmica de liberdade em geral, mas da definição *jurídica* da liberdade de imprensa, como atividade (meta-individual) exercida no âmbito concreto de uma comunidade política organizada, segundo a justiça social (Estado social). Um é, pois, o problema de estabelecer realìsticamente, com base na natureza e nos fins específicos desta atividade, os princípios *deontológicos* aptos a separar, sob o perfil ético, social e jurídico-constitucional, a verdadeira da falsa liberdade de imprensa; outro, o da configuração concreta dos aparatos institucionais ou da positiva determinação dos limites idôneos a manter seu exercício no sentido exigido por aqueles princípios, impedindo ao mesmo tempo, os seus abusos.

Quanto ao primeiro problema, é só tirar as conclusões óbvias das premissas já demonstradas. O direito de cada indivíduo de comunicar aos outros o próprio pensamento, também por meio da imprensa, é direito fundamental da pessoa humana; é um bem individual que se torna um bem humano comum, que é constituído também por tais comunicações. O Estado deve, conseqüentemente, reconhecê-lo e protegê-lo, impedindo eventuais monopólios, de fato, de emprêsas tipográficas, tornando possível também aos menos favorecidos, a publicação das obras da própria inteligência. O Estado por outro lado, pode certamente, exigir o cumprimento dos deveres correspondentes, ou seja o respeito dos direitos individuais alheios, bem como daqueles interêsses pú-

blicos e valôres sociais, que são histórica e positivamente compreendidos no bem comum da sociedade nele organizada.

Como dissemos, porém, por atividade de imprensa aqui entendemos pròpriamente uma atividade de estruturas e finalidades meta-individuais atividade de grupos organizados, continuada, dedicada a informar e formar a opinião pública sôbre fatos e problemas do interêsse comum; isto é, uma atividade que enquanto responde aos fins — econômicos, políticos, culturais — particularmente, próprios de quem a exerce, responde também aos interêsses gerais da comunidade, e é, por isso mesmo, meio para o bem comum da mesma. Entre atividade jornalística e editorial e seus fins privados, de um lado, e os interêsses públicos, que com ela são atingidos (ou podem ser lesados), do outro, a ligação não é só necessária, mas *direta*. Ora, da óbvia prevalência dos interêsses gerais sôbre os particulares é possível inferir, objetivamente, uma positiva deontologia ético-social e jurídico-constitucional para o exercício dessa atividade no âmbito concreto de cada comunidade política. Mesmo nos regimes liberais, não é possível negar que a imprensa jornalística e periódica, assim como se tornou claro no caso da rádio e da televisão, eventualmente dirigidas por emprêsas privadas, tenha a característica própria e verdadeira do *exercício privado de funções públicas*. Segue-se que a liberdade das emprêsas jornalísticas e editoriais não pode ser igual a das emprêsas com fins *exclusivamente privados*, cuja atividade só tem *efeitos reflexos* (ou por redundância) sôbre o bem comum. No Estado de mero direito, tal diversidade poderá justificar apenas alguns limites, uma disciplina externa, que busca impedir sòmente os abusos mais graves que constituem crime. No Estado social, pelo contrário, os próprios princípios constitucionais e a justiça social exigem que o exercício (privado) da atividade jornalística seja *dirigido positivamente para o bem comum da sociedade e de todos seus membros*.

Quanto mais o "sentido do Estado", ou seja a justa concepção e a generosa vontade do bem comum, se tornar difundido e profundo nos cidadãos tanto mais numa comunidade política, por isso mesmo "tranqüila", aquela contribuição positiva da imprensa à salvação, à consolidação e ao progresso dos valôres compreendidos no bem comum poderá ser confiada à justiça social como virtude ou hábito pessoal (particularmente necessário nos jornalistas e publicistas em geral). Nas sociedades "convulsionadas" ou seja, nas comunidades tornadas instáveis por profundas divisões políticas

ou por graves e intoleráveis desequlíbrios humanos, e mais geralmente, nas comunidades em curso de formação ou transformação (constitucional), a hierarquia dos valôres compreendidos no bem comum e o princípio fundamental "salus reipublicae suprema lex esto" justificarão, consoante o próprio fundamento radical de justiça social, maiores intervenções da autoridade pública através de leis ou institutos provisórios, a fim de assegurar a mais imprescindível contribuição da imprensa à salvação da coisa pública. Não citarei sequer a imprensa para as crianças, porque os problemas particulares, que esta coloca, parecem fàcilmente solúveis, especialmente no Estado social que tenha entre seus fins (não seu "monopólio") a educação dos menores. Quanto à imprensa "imoral", a que faz do *obsceno* um meio de lucros ilícitos, é claro que não se pode falar de liberdade a seu respeito. Pois, antes mesmo do Código Penal, está o direito dos particulares e das famílias diante da "liberdade ao obsceno e à imoralidade em geral", que precisamente a excluem.

Passando ràpidamente para o segundo problema, parece que nas coisas já ditas estejam implícitas as variedades de soluções a serem adotadas, segundo a variedade dos regimes políticos e as condições contingentes político-culturais de cada comunidade. Não se pode negar que a tendência geral da época na qual vivemos seja a de combinar a *socialidade do Estado* com uma bem entendida e proporcionada *democraticidade* do regime político. Seria êrro fatal, porém, o pensar que basta enunciar princípios e configurar instituições democráticas na Constituição, para que as realidades sociais imediatamente se lhes adaptem, fazendo desaparecer quase por encanto a prepotência das facções, a pertinácia dos egoístas e — principalmente hoje — as insídias e as ameaças dos imperialismos externos, de qualquer maneira mascarados por ideologias e interêsses, partilhados também por minorias internas. Resulta disso, que a função decisiva da imprensa e precisamente daquela inspirada em concepções democráticas, está na formação daquelas "convicções coletivas", daquêle autêntico "hábito", e não sòmente "método", democrático que, sôbre a base dos princípios perenes da ética social, devem assegurar a liberdade, a tranqüilidade política e, juntamente, a solidez e o progresso do bem comum da sociedade.

Qual possa ser um ordenamento orgânico de tôdas as atividades compreendidas sob o nome de "imprensa" no regime democrático e em condições de "autonomia institucio-

nal" tive ocasião de expor num ensaio publicado em 1962, com particular referência à Constituição italiana. Em 1956, vi com satisfação (mas sem alguma presunção de um "post hoc, ergo propter hoc") a imprensa sueca adotar espontâneamente uma disciplina institucional, análoga à por mim proposta. O importante é superar em tôda a parte e para sempre, o velho preconceito individualista, sem cair no horrível e contrário extremo do coletivismo marxista e do despotismo de qualquer maneira legalizado.

O "REALISMO SOCIALISTA"

NAS *Obras* de Stalin, no volume XIII, encontra-se uma pequena frase que desde então teve sucesso. A 25 de Outubro de 1932, Stalin encontrara em casa de Maximo Gorki alguns escritores e, no correr da conversa, havia definido o escritor como um "engenheiro de almas".

O slogan staliniano deu nascimento à chamada doutrina do "realismo socialista" daí por diante sacrossanta e obrigatória nas artes e letras soviéticas. E, no mundo inteiro, artistas atormentados pelo mal estar social e a gratuidade de sua obra, aplaudiram: "Tornar-se engenheiro de almas, que nobre missão."

Em nossos dias, Kruchev definiu o escritor mais modestamente como o "ferreiro de uma refundição da psicologia" (Pravda, 10 de março de 1963). Vejamos mais pormenorizadamente qual é a usina, quem o patrão e que produto aí se forja.

A princípio, a maioria dos escritores russos era contra o poder bolchevista. Mesmo Gorki e Ilya Ehremburg, mesmo os intelectuais que a decênios aspiravam a revolução. Para êles era evidente que, desaparecida a autocracia, esta seria substituida por uma tirania sem limites. Nos *Demônios,* Dostoievski, tal como um profeta, fazia dizer a Chigalev: "Partindo do ideal de liberdade mais absoluta, cheguei à tirania mais absoluta". Alguns escritores entre os mais notáveis, deixam então seu país; outros morrem, como o poeta Gumiliov; outros sucumbem no silêncio e na miséria. Os centros aceitam o novo regime. Por convicção ou mesmo por conformismo.

Mas a vida continua, e o dinamismo popular despertado pela revolução e a guerra civil, dá grande impulso à literatura e às artes. A Medusa do terror coabita com a Utopia. Está-se ainda longe dêsses tempos terríveis em que "a crítica será exercida pelo inquisidor e o carrasco" (para retomar uma expressão de Gobineau). Tudo está convulsionado e tudo se torna possível. Um período de efervescência começa para os poetas, os romancistas, os pintores — uma fusão de idéias, de escritos e de estilos, de escolas e tendências. Sob o vocábulo cômodo de "arte revolucionária", inventa-se e reinventa-se, expande-se e se se compraz nas visões mais contraditórias e extravagantes.

Grosso modo, para êste período, poder-se-iam discernir duas grandes correntes. Uns exaltam a revolução enquanto aurora de

uma era nova; outros aceitam-na, embora a seus olhos ela represente a derrocada de uma sociedade, de um império, de todo um mundo com sua tábua de valôres — derrocada que êles consideram ora como inevitável, ora como salutar. Os primeiros, como Maiakovski, são os cantores da cidade nova em que o poeta desempenha o papel de tambor-mestre. Os segundos são fascinados pelo chamado das fôrças elementares desencadeadas e, sob os destroços da revolução, descobrem a visão arcáica da Rússia dos *Scitas*, como o poeta Alexandre Blok, ou ainda da Rússia dos "mujiks", como Sergio Essênin ou Nicolau Kliniev. Nuns, epopéia heróica e otimista; noutros, visão apocalítica. Nêstes 10 primeiros anos poder-se-ia ver assim se desenvolver uma série de atitudes contraditórias enfrentando-se como inimigas ou ainda entrelaçando-se, às vêzes nos mesmos autores. Hoje as epopéias dêsses cantores do comunismo adventista são quase ilegíveis como o são sempre as obras dos oradores áulicos, vazias e falsas. Ao passo que num Boris Pilniak, num Isaac Babel, em outros denominados "companheiros de jornada", encontra-se a imagem atraente dêsses anos turbulentos, verdadeira prefiguração do *Doutor Jivago*. (O romance de Pasternak seria, pois, uma reafirmação da visão primeira da revolução: calamidades irreparáveis sofridas por uma sociedade, por todo um povo).

Trata-se de um realismo de inspiração barroca. O barroco surge habitualmente de flagelos diversos: desastres de uma guerra, desequilíbrio mental, promiscuidade do luxo e da miséria, onipresença da morte, furor de viver e de gozar. Tôdas estas condições estavam reunidas na Rússia dos anos 20. E ao seu barroco carnal e realista prometia-se uma longa carreira se não tivesse sido abafado pelo poder político-policial.

Em resumo, durante êsses anos da década de 20 temos uma literatura muito rica, oferecendo um leque de temas inéditos, inspirando-se numa enorme experiência vivida. Em 1925 ainda, uma resolução do Partido dá livre curso ao impulso criador dêsses "companheiros de jornada" (popoutchiki) e admite as controvérsias entre escolas e agrupamentos diversos.

Mas chega o reino de Stalin. E à medida que se instala a ordem nova, que o terror improvisado se transforma em terror calculado, onipresente, que "o inquisidor e o carrasco" começa a exercer a crítica literária, a floração se esfuma e tudo fenece. O auto-de-fé dos livros pratica-se abertamente, as retratações (auto-críticas) tornam-se rituais. "Formalistas", "apocalíticos", "companheiros de jornada", são declarados inimigos do povo e esforçam-se em vão para demonstrar que não o são. Última agitação antes da calmaria mortal. Vladimir Maiakovski, o comunista flamejante, dissolve seu grupo e declara que a literatura sendo "uma arma", "todos os meios são legítimos se êles servem para a edificação do socialismo". Está entre

os primeiros a prestar homenagem a Stalin e a exigir a submissão das letras ao plano quinquenal. Um ano depois, suicida-se. Em 1930 no "meeting" organizado para denunciar os "crimes dos sabotadores", os companheiros de jornada declaram-se purificados de suas taras pequeno-burguêsas. Sua declaração é assinada também por Babel e Pliniak os quais alguns anos depois serão liquidados como "espiões", sua obra tendo sido proibida. As acusações mútuas proliferam, "uma matilha de peões e de espiões" apodera-se da direção das consciências. Tudo está petrificado sob o sol de Stalin.

Em 1930, no XIV.º Congresso do Partido, tôda a atividade, todo pensamento heterodoxo estão abolidos para sempre. Nenhuma discussão, nenhuma divergência. Daqui por diante, só há um Chefe, uma só doutrina. De acôrdo com um esquema pavloviano, a domesticação se expande em todos os domínios. Em 1932, depois dos filósofos chega a vez dos escritores. Todos os grupos são liquidados. Durante dois anos preparam-se os quadros de uma organização estritamente burocrática e vigiada: a União dos Escritores Soviéticos. Nasce em 1934, no Congresso dos escritores, em que todos os literatos da Rússia, um após outro, fazem sua auto-crítica enquanto que Jdanov proclama a doutrina do *realismo socialista,* método e catecismo dos "engenheiros de almas". De agora em diante, poetas, romancistas, pintores iriam receber do Chefe supremo seus temas de trabalho quotidiano, sua maneira e seu estilo, os paradigmas e as regras de escrever, tudo meticulosamente promulgado tendo em vista "a educação de nossos guerreiros" — dos guerreiros do comunismo.

Não lhes restava mais senão enfeitar o pensamento esquelético de seu mestre como uma carne imaginária.

Quando se diz que uma literatura é realista entende-se que ela apresenta a imagem fiel da realidade. É atualmente supérfluo lembrar qual era a realidade soviética sob Stalin: os precedentes aduladores do Stalinismo encarregaram-se disso amplamente. Resumamos: num país imenso, o terror domina; o campesinato é esmagado; a antiga *intelligentsia* é dizimada e a nova também; milhões de escravos esfomeados cavam o canal do mar Branco, edificam o Kuznietestroi, criam os grandes "estaleiros do socialismo". Tal é a forja em que se refundem as almas. Tal é a usina onde os escritores, os pintores, os cineastas têm a missão de criar uma literatura, uma arte realista, isto é, fiel à realidade vivida.

E agora lembremos o que êles mostraram nos seus romances, seus quadros, seus filmes numerosos: a imagem de um povo feliz em tôrno do seu chefe venerado, costumes decentes, a justiça social realizada, a opulência em tôda parte e para cada honesto trabalhador uma festa perpétua, o trabalho na alegria e na dignidade; e, sobretudo, a liberdade, a liberdade querida, tal como nunca nem

em nenhum lugar jamais foi conhecida. Recordemos êsses milhares de livros, de quadros, de filmes realistas-socialistas, sempre exaltados, sempre exaltando a vida feliz do povo soviético. Cada dia, durante trinta anos, uma imagem da felicidade em côres berrantes, sempre a mesma, sem falhas... Poder-se-ia, pois, dizer, simplesmente, que o realismo socialista é um simulacro gigantesco do realismo e do socialismo, assim como da literatura. Seria verdadeiro, mas não seria completamente exato.

Porque é precisamente sôbre o abismo que separa a realidade de sua representação, pretensamente realista, e mais ainda — sôbre a sem-razão espantosa desta pretensão que o sistema staliniano funda sua razão e sua lógica meticulosamente "promulgada em leis". E isto tendo em vista "a educação dos guerreiros".

Há dois anos, um novo escritor emergiu da multidão dos "engenheiros de almas": Alexandre Soljenitsyne, um egresso das prisões stalinianas. Com efeito, é o primeiro escritor soviético, desde a revolução que só diz a verdade. Seu primeiro romance, *Um dia de Ivan Denissovitch,* já é célebre. É o relato de um dia comum, num campo comum, sob Stalin. Assim, pela primeira vez num país comunista admite-se a existência dêsses campos em que milhões de inocentes morreram.

A segunda obra de Soljenitsyne, *O Lar de Matriona,* conta a vida tal qual é num Colcós médio: alguns camponeses famintos que se divertem comentando os roubos, o mestre-escola que não consegue ganhar seu pão quotidiano, enfim a velha colcosiana Matriona. No tempo em que ela trabalhava, seu único salário era "uma fila de pequenos riscos num caderno, representando cada risco um dia convencional de trabalho".

É um relato simples e desataviado, sem exagêros, sem doutrina, sem outra preocupação que a de encontrar as palavras de acôrdo com as coisas vistas e vividas. E de golpe, diante dessas vinte páginas cinzentas desmorona tôda a enorme literatura "social-realista", consagrada aos Colcoses.

Entretanto, durante trinta anos, milhões de Matrionas famintas, em farrapos, escutaram no rádio, viram no cinema o que era a "vida feliz" dos colcosianos: cantos e dansas folclóricas, mesas arrebentando-se ao pêso das iguarias... Fato único na história: durante trinta anos, essas milhões de Matrionas foram obrigadas, sob pena de morte, a reconhecerem-se nessas imagens falsas. Perante tantos filmes, poemas, romances, diante dessa contra-realidade imposta como real e realista, que deveria pensar e sentir a velha Matriona? Os observadores ocidentais dizem, agora, que êles foram enganados. Mas a pobre, a miserável Matriona que poderia pensar senão que o mundo das coisas de um lado e o das palavras e das imagens, do outro, não tem nenhuma ligação comum, são disparatadas e dis-

sociadas? E precisamente o mundo das palavras e das imagens é o verdadeiro e o sagrado.

Quando, durante anos, a gente é obrigado a admitir, sob pena de morte, que o que é preto é branco, acaba-se por adotar um entendimento e uma linguagem corrompidos nas suas próprias raízes. Está nisso a originalidade profunda do fenômeno comunista: uma enorme emprêsa de depravação da língua em que cada palavra pode significar qualquer coisa ao gôsto do mestre supremo de tôdas as coisas e de tôdas as palavras; em que a relação habitual direta e individual, entre a palavra e a coisa, é abolida, uma vez por tôdas.

Verifica-se assim, quotidianamente, que as formulações da doutrina e as imagens dêsses artistas constituem uma meta-realidade que seria mais verdadeira que a própria realidade e verdade. Recebem-se de manha pelo rádio e pela imprensa. Aceitam-se, repetem-se num espírito quase religioso. Como o credo da missa, sem refletir: meu corpo ressuscitará mesmo? Mas enquanto que na religião cada qual crê na razão de sua própria convicção interior, no mundo staliniano é a violência do terror que obriga a crer. A invenção genial de Stalin foi colocar a língua humana além do verdadeiro e do falso, do sincero e do mentiroso.

Mas para que a depravação da língua e a refundição das consciências não acabassem no torpor, foi preciso que os artistas dessem a tôdas as grandes palavras desnaturadas sua auréola emotiva; que êles reafirmassem e exaltassem a ressonância afetiva que as palavras: liberdade, justiça, felicidade, pátria,, paz, etc., evocarão sempre em cada alma humana. E nisto reside a tarefa essencial dos "engenheiros de almas". Assim o realismo socialista se tornou — concorrentemente com a polícia secreta — o instrumento de uma domesticação da consciência coletiva e individual.

Hoje assistimos ao desmoronamento progressivo do mundo criado por Stalin. O edifício do Terror perfeito é destruido, uma vez para sempre; sua mitologia calcada aos pés. Acredita-se que a "refundição da psicologia" não durará. Reencontra-se a língua habitual, natural, em que branco significa branco — na ordem da verdade — ou mesmo preto — na ordem da mentira, — mas não *outra coisa*. A consciência humana saiu da fundição staliniana e volta a ser o que sempre foi: consciência intelectual e moral, que aspira à verdade. O realismo socialista está morto, definitivamente. Os detentores do poder não ressuscitarão mais. O que êles podem impôr pelo constrangimento é a mentira pura. Ou então o silêncio.

ALEXANDRE WAT

VIDA E CRÍTICA LITERÁRIAS

Afrânio Coutinho — *No Hospital das Letras*, Edições Tempo Brasileiro Ltda., Rio, 1963.

Sergio Rubens Sossélla — *Apontamentos de Crítica* (1), Curitiba, 1963.

Fábio Lucas — *Temas Literários e Juizos Críticos*, Edições Tendência, Belo Horizonte, 1963.

Alvaro Lins — *Os Mortos de Sobrecasaca*, Editôra Civilização Brasileira S.A., Rio, 1963.

Eduardo Portella — *Literatura e Realidade Nacional*, Edições Tempo Brasileiro, Rio, 1963.

José Paulo Paes — *Mistério em Casa*, Conselho Estadual de Cultura, São Paulo, 1961.

Começo pelo livro de um medalhão: *Os Mortos de Sobrecasaca*, de Alvaro Lins. Reune êle nêste volume sua produção de vinte anos (1940 a 1960) sôbre obras, escritores e problemas não só da literatura brasileira (como indica o subtítulo da obra), mas também de filosofia, de teatro, de História, etc. Aliás, a obra é uma reedição (na maioria de suas páginas) dos trabalhos editados anteriormente nos vários volumes do *Jornal de Crítica* e constituem o que de melhor foi escrito pelo autor até hoje.

A circunstância apontada, que levou Afrânio Coutinho a escrever — em *No Hospital das Letras* — que Alvaro Lins fêz, com seu último livro, "tarefa de recauchutagem, para dar a impressão de novidade", dispensa-me de repetir aqui o que sôbre os tomos de *Jornal de Crítica* já escrevi. O que mais interessa, portanto, nêste livro são as notas finais, "preparadas especialmente para esta edição", conforme confessa o autor. Além de esclarecer idéias contidas no texto, algumas delas servem também para revelar certas características de quem as escreveu... Uma delas revela que o autor dirigiu uma coleção literária para a Americ — Edit. apenas para obsequiá-la; outra mostra que uma crítica do autor feita à poesia de Mário de Andrade foi por êste considera "a mais equilibrada e exata"; por outra se vê que o autor foi o primeiro a publicar Carlos Drummond em prosa, o primeiro a revelar a poesia de João Cabral de Melo Neto, o primeiro a valorizar o romance de Octavio de Faria, o primeiro a escrever sôbre Graciliano Ramos, o primeiro a estimular Jorge Amado "no sentido de suas idéias políticas", o primeiro a pronunciar-se em estudo sôbre a obra de Nelson Rodrigues, o primeiro a...

Ressalte-se que as afirmações de Alvaro Lins estão tôdas muito bem documentadas, algumas alicerçadas em depoimentos elogiosos à sua pessoa, depoimentos que êle transcreve "não por vaidade, mas no intento de caracterização já histórica". Há, ainda, nas notas finais, uma excessiva auto-promoção editorial, o autor não se esquecendo de lembrar o leitor, a todo momento, que tal assunto vai ser reprisado em nôvo livro a ser futuramente publicado, que outro tema está sendo tratado num livro dêle, recentemente editado. Se a Editôra Civilização Brasileira abrisse um concurso público, de âmbito internacional, para a escolha de um título para as obras completas de Alvaro Lins, eu concorreria com êste: *EGO*.

Mas não são sòmente as notas "literárias" que revelam a personalidade de Alvaro Lins; também as notas políticas servem para essa caracterização, como esta, por exemplo, que se refere ao govêrno do então General Eurico Gaspar Dutra: em julho de 1947 — diz a nota — "os comunistas brasileiros estavam sendo objeto de uma perseguição policial zoològicamente (sic...) feroz e brutal por parte do govêrno do marechal Dutra. Um govêrno que deve ficar caracterizado pelos intelectuais — e para vergonha e anátema de quem nêle ocupou cargos e posições — como o mais violento, o mais grosseiro e o mais desonesto de todos os govêrnos republicanos."

* * *

Passemos agora para o livro de um nôvo em crítica literária: o paranaense Sergio Rubens Sosséila, com seus *Apontamentos de Crítica*. Vieram êstes revelar que em Curitiba não existe apenas o Sr. Temistocles Linhares, cuja pena distila sòmente ditirambos, encômios, elogios, distribuidos à farta, sem o menor critério e conhecimento do assunto. Sergio Rubens Sosséila — além de escrever com seriedade e firmeza — não hesita um instante em apontar os erros e as fraudes. Usa mesmo impiedade quando analisa certos livros, que, a rigor, nem deveriam ser examinados. Gostaria de vê-lo criticando os autores de nome feito, algum medalhão das letras que — no dizer de Afrânio Coutinho (1) — "é o indivíduo que, depois de conquistar certa fama e prestígio pela publicação de meia dúzia de livros, passa a ser indispensável nas saudações de banquetes ou ofícios fúnebres, nas comemorações patrióticas ou sociais". Aqui está um crítico que deveria ser projetado fora de sua província, tão isolada do resto do Brasil, sob o ponto de vista intelectual. Tenho mesmo a impressão de que Sosséila conseguiria — caso lhe fôsse dado apôio

(1) Afrânio Coutinho — **No Hospital das Letras**, Edições Tempo Brasileiro, Rio, 1963.

e mão forte por parte dos jornais e revistas — agitar um pouco a crítica literária nacional, ultimamente tão estacionada, tão amorfa, tão comodista.

Há, não há dúvida, bastante agitação entre os críticos, que se aproveitam dos livros para retaliações pessoais, como acontece, por exemplo, entre Alvaro Lins (2) e Afrânio Coutinho (3), mas não existe vivacidade na crítica literária. E é desta precisamente que temos falta. Por vivacidade entendo a faculdade de se dizer de um livro realmente o que dêle se pensa. Eis uma das coisas mais difíceis de se conseguir no Brasil, onde a vida literária sobrepuja a literatura, dirigindo-a, orientando-a, policiando-a, onde os donos da literatura nomeiam, demitem ou aposentam os críticos literários, conforme êstes comunguem ou não com as suas simpatias, seus ódios, ou suas idéias políticas.

Num meio assim viciado pelos grupos, pelas igrejinhas e pelos donos de suplementos literários, o crítico pouco pode fazer e a subliteratura prolifera, transformando-se em *best-seller*. Algumas vozes isoladas se erguem protestando contra tal estado de coisas. E uma delas é precisamente a de Sossélla que estigmatisa o fenômeno em palavras candentes:

— "Houvesse, por outro lado, mais crítica literária séria e honesta investindo contra os tão conhecidos cupins rabiscadores de ninharias, e conseqüentemente, menos elogio gratuíto na parte dos versejadores gagás, da imprensa comprada e dos centros artísticos impotentes, não encontraríamos na atual literatura paranaense a mediocridade em larga escala e desfrutando as maiores honrarias ôcas. Com efeito, três palavras caracterizam a estagnação de nossa literatura paupérrima. Em ordem crescente ou decrescente, porquanto o colocar uma antes da outra em nada implica, dada a equivalência de significados reinantes entre elas. É olhar no título dêste capítulo: fácil, fútil e inútil. Eis o triângulo ou círculo vicioso. O verso, o conto e o romance abordam o fácil, artìsticamente falando. Ao gôsto de todos. Do vizinho, da amiga e do confrade. Da vovó que o inspirou e do responsável pela "página literária" que o solicitou. Frente à enorme facilidade no encontrar os temas e assim desenvolvê-los, advém a futilidade de tudo isso. Fútil o verso, o conto e o romance, porque estão mil eras distantes da nossa realidade, da nossa gente, dos nossos problemas. Por fim, acorre a inutilidade patente dessas tolices impressas, com as quais vai ligeiramente, que não a pouco e pouco, naufragando o Paraná intelectual e literário."

---

(2) Cf. Alvaro Lins — **Literatura e Vida Literária**, Editôra Civilização Brasileira, Rio, 1963.

(3) Cf. Afrânio Coutinho, op. cit.

Eis o que, a propósito, dizia Alvaro Lins em 1940 (4): "Só não escreve no Brasil aquêle que não consegue sequer o artifício de ligar as palavras em período. Como, então, poderemos ter um público realmente literário, se os possíveis componentes dêste público insistem em fugir de sua categoria? Daí a desproporção entre o número muito grande de literatos e o número relativamente pequeno de letrados. Dêste número de literatos, uma pequena parte se mantém na arte literária com tôda a consciência e tôda a clarividência do seu ofício; a maioria, porém, vai constituir a vasta população do subúrbio literário — a sub-literatura — e que é uma coisa muito divertida e muito triste, ao mesmo tempo. Em outro País, no qual existisse um público permanente e vigilante, capaz, por si mesmo, de operar separações e seleções, os sub-literatos seriam apenas engraçados. Aqui, porém, tudo se processa diferentemente, uma vez que êles, muito audaciosos na sua inconsciência, contam com as hesitações do nosso chamado grande público, ainda não definido, ainda oscilando nas suas preferências, lendo e aplaudindo, com indiferença, tudo o que lhe impinge a propaganda dos noticiários. Em outro País, repito, os sub-literatos seriam inofensivos. Entre nós, não; corrompem e deturpam esta sensação de bom-gôsto que se torna, pelo hábito, um verdadeiro instinto do leitor de categoria, tão raro ainda no nosso meio."

Outro que sempre combateu a vida literária que tanto infesta a literatura é Afrânio Coutinho. Desde 1944 que êle vem — com pertinácia elogiável e invejável — denunciando o submundo da literatura. Neste seu *Hospital das Letras* êle recorda a sua luta contra os grupinhos, os que fazem da literatura "veículo para alcançar posições na administração pública, na vida social ou política", os que mandam e desmandam nas páginas literárias e nas editôras. Leiamos alguns trechos dêsse libelo tremendo: "Os chefões (das letras) são como certas árvores que dão sombra e proteção a uma porção de arbustozinhos, enrinhados mentais que não apareceriam se não fizessem parte de um plano geral de ação e dominação. Pois lhes falta fôrça de personalidade para abrir caminho por si. Sente-se a estratégia dos chefes: espalhar elementos de confiança em tôda a parte, ocupar as posições chaves da vida literária, editôras, jornais, revistas, folhetins, açambarcar a publicidade. A isto se prestam os chamados discípulos, as criaturas do chefão. Ao mesmo tempo, os discípulos dão em troca a propaganda do mestre, a sua glorificação. E como correm dentro das panelinhas as palavras de ordem! Atacar e desmoralizar fulano. Desbancar e boicotar sicrano. Tomar conta de

---

(4) Alvaro Lins — **Os Mortos de Sobrecasaca**, Editôra Civilização Brasileira, Rio, 1963.

tal revista. Neutralizar a ação de beltrano. Controlar tal repartição. E o elogio mútuo? Há uma técnica especial do elogio mútuo". (5)

E mais adiante: "A vida literária brasileira sempre foi a propriedade de grupelhos semi-oficiais que, à custa da técnica dos fogos cruzados e das cadeias de elogios mútuos, elegiam alguns gênios da hora à sombra dos quais uma chusma de cogumelos medrava, se desenvolvia e desaparecia sem deixar rastro. Há fenômenos curiosos que ocorrem entre nós: renomes assombrosos que não resistem ao menor sôpro de brisa. Outras famas existem que não se sabe como se justificam nem se podem apontar razões para fundamentá-las: grandes romancistas sem nunca terem escrito um romance, críticos que jamais levantaram um juízo sôbre qualquer obra"... (6).

Mas é inutil transcrever trechos de um livro que precisa ser lido em conjunto, tal a sua importância no combate a um estado de coisas profundamente maléfico para a literatura nacional. Não é de hoje que também eu venho lutando contra tudo isso. Num trabalho que há tempos teve repercussão — pois foi transcrito em vários jornais e serviu de abertura para o primeiro número de uma revista carioca (7) — eu apontava alguns males que minavam a nossa cultura, a nossa intelectualidade. Revoltava-me contra os que, possuindo uma cultura bebida na leitura das "Seleções" e uma memória que retinha apenas frases para conversas de livraria, mantinham-se em alto nível, impondo-se à admiração bocó da maioria da população chamada intelectualizada. E dizia, então, que o certo e o honesto seria que êsses intelectuais que se contentam com os resumos e as condensações, e que preferem às curvas perigosas e cheias de mistério as retas desprovidas de poesia e de escolhos — sob a desculpa de que estas conduzem mais ràpidamente à meta desejada — se refugiassem em sua incapacidade de estudo, deixando o lugar aos que podem dizer e fazer algo útil pela cultura e pelas letras.

Justamente o contrário é o que se via e o que se vê: enquanto os que estudam, os que se debruçam sôbre os livros, coroados apenas pelo cone de luz do abajur, cada vez mais se calam, os outros se agitam e se impõem à massa atoleimada. O fenômeno pode ser verificado não apenas no terreno literário e artístico, mas permaneçamos apenas nesse setor. Nunca como agora Horácio teve razão quando afirmou que a sorte protege os audaciosos. Estamos no tempo das grandes cartadas, da mistificação para a captação da massa leitora. Há, aliás, para isto, várias atitudes: uns costumam cortejar os leitores, escrevendo de acôrdo com o que êles gostam, mas há os que pre-

---

(5) Afrânio Coutinho — Op. cit.
(6) Afrânio Coutinho — Op. cit.
(7) Cf. "Roteiro", Ano I, número 1, Rio de Janeiro.

ferem o estílo difícil (que êste também atrai os incautos, como o maquinismo complicado prende a atenção dos leigos em mecânica) ou o discurso sonoro e retumbante, eterno xodó do brasileiro que confunde brilho com sabedoria.

Em seu livro *Conceito de Civilização Brasileira* (8) escreveu Afonso Arinos de Melo Franco uma página interessantíssima sôbre o comportamento do brasileiro diante do político, que cabe, como uma luva, ao fenômeno literário. Referindo-se às conseqüências do espírito jogador do brasileiro, escrevia êle que "para o povo os grandes homens do Brasil não são tanto os que trabalham, como os que jogam com as fôrças que lidam: os malabaristas, os prestidigitadores, os faquires". E acrescentava: "Enfrentar a dificuldade, pegar o boi pelos chifres, impôr-se a sacrifícios e disciplinas rudes, não popularizam o estadista aos olhos dêste povo jogador. O que êle aprecia é o golpe do malandro, a rasteira presta, o gingado imprevisto do corpo, a tapeação, o despistamento. É irrecusável que, na nossa política, o homem que baralha as cartas ao seu modo, que trás trunfos na manga, é sempre, não sòmente o vitorioso, mas o heroi popular".

Hoje poderíamos acrescentar ao quadro pintado por Afonso Arinos de Melo Franco mais alguns elementos que dão prestígio ao político, como fingir-se de moralista e moralisador, fingir que combate o capitalismo, falar a linguagem das esquerdas... *Mutatis mutandis,* tudo quanto acima foi dito, aplica-se ao intelectual brasileiro cujo ideal é ser o chefete de um grupinho de subintelectuais, e o resultado aí está: a literatura invadida, por um flanco, por rapazes mal intencionados que pretendem ser os depositários do verdadeiro pensamento nacional, e, por outro, atacada por indivíduos que pretendem ser chamados de escritores e para conseguir o seu objetivo escrevem em jornais, freqòentam coquetéis de lançamento de livros dão palpite pela televisão e deixam a barba crescer. Dêles pode ser dito o que Elsa Triolet escreveu dos maus críticos: "sont dangereux comme les médicins qui se trompent de diagnostique" (9), pois há muita gente que acredita na palavra dêsses fabricantes de subliteratura, pensa que êles possuem mesmo alguma sabedoria e inteligência, como outros têm fé nos curandeiros e nos pais-de-santo.

Custa realmente acreditar na audácia com que elementos dessa subpoesia, dessa subcrítica, desse subromance monopolizam auditórios, jornais e microfones, discorrendo sôbre os mais variados assuntos, com uma irresponsabilidade que chega a causar espanto. A verdade,

---

(8) Afonso Arinos de Melo Franco — **Conceito de Civilização Brasileira**, Companhia Editôra Nacional, 1944.

(9) Elsa Triolet — **L'Écrivain et le Livre ou la suite dans les idées**, Éditions Sociales, Paris, 1960.

porém, é que êles conquistam o que querem: seus livros são traduzidos, seus nomes figuram nas comissões julgadoras, são escolhidos para professores, recebem bolsa de estudo, vão para o estrangeiro dar cursos. E daí?... Dizia Sergio Rubens Sossélla que, se possuíssemos crítica feita com serenidade, critério e inteligência (os críticos deste gabarito não passam de cinco ou seis), ainda poder-se-ia aspirar a melhores tempos para a nossa cultura, mas infelizmente o que vemos é gente improvisada em crítico literário ou franco atirador que não merece o beneplácito dos donos da literatura.

Tal crítica teria seu valor higiênico em relação aos escritores que talvez ficassem temerosos ante a possibilidade de ver seu livrinho, escrito com tanto sacrifício, ser reduzido a pó. Mas, para sua existência seria preciso partirmos quase que da estaca zero, isto é, seria necessário mudar muita coisa tradicionalmente aceita por várias gerações literárias. Refiro-me, por exemplo, ao tabú literário, que precisa ser respeitado pelo crítico, sob pena de ser despedido do jornal ou revista (10); refiro-me aos amigos, que precisam ser poupados, porque não fica bem ao crítico achar falhas em seu livro (11); refiro-me aos editores, que se zangam quando suas edições são mal vistas (12). Em todo caso, na situação em que nos encontramos, a crítica séria serviria para pôr um pouco de ordem nas coisas, separando o que presta do que nada vale, colocando os macacos nos respectivos galhos.

Além disso sòmente a crítica literária não seria suficiente para pôr ordem na casa. O que se torna igualmente necessário é uma campanha séria entre a mocidade em favor do estudo e do debate de idéias. Camus condenou, numa de suas conferências pronunciadas no Brasil, a existência do homem polêmico e sua tese, justíssima para a Europa, não pode encontrar éco por aqui, onde tudo convida ao sono. Ao contrário dos europeus, os intelectuais brasileiros precisam ser agitados, sacudidos como alguém que tivesse tomado dose excessiva de soporífero, porque no Brasil literário quem manda é o chefão e a êle não interessa a polêmica. Os intelectuais precisam manter-se

---

(10) Até há pouco, um trabalho como o de Nathalie Sarraute sôbre Valéry (**Paul Valéry et l'enfant d'élephant** em "Les Temps Modernes" de Janeiro de 1947) seria impossível no Brasil, pois aqui o indivíduo que conseguia uma glória qualquer dificilmente seria dela desalojado, podendo ficar prudentemente calado o resto da vida, pois sempre continuaria a ser apontado como autoridade literária, grande poeta, grande romancista... Atualmente, porém, a situação começa a mudar, pois já há quem tem coragem de fazer restrições aos medalhões. Haja vista as críticas feitas por Mário Vieira de Mello em seu **Desenvolvimento e Cultura** (Companhia Editôra Nacional, 1963) a Machado de Assis, a Mário de Andrade e a Gilberto Freyre...

(11) "A crítica, quando honesta e independente, chega a ser, entre nós, um ato de coragem, sobretudo se tem por objeto obra de amigos..." escreveu Moysés Vellinho num dos números de "Letras de Província".

(12) Lembro-me de uma vez em que, dando impressões sôbre determinado livro, referi-me aos seus erros de revisão e ao desenho horroroso da capa: foi o quanto bastou para que eu caisse em desgraça junto à editôra do volume.

em estado de vigília, aquela vigília a que se refere Angel Vassallo "la espiritual vigila es estar dispierto, y no con los ojos de la cara" (13) em relação a problemas que exigem sua adesão ou repulsa, pois, como escreveu Mounier (14), "devant une épreuve quelconque affectant un groupe d'hommes la réaction: 'cela ne me concerne pas', est la plus médiocre et dans tous les cas la plus fausse".

* * *

Entusiasmei-me pelo assunto, deixando-me levar para longe demais. Pouco espaço resta para comenatr os livros de Eduardo Portella, de Fábio Lucas e de José Paulo Paes. Mas não quero deixá-los sem comentário, a fim de que o leitor tenha uma visão — embora esbatida e incompleta — da crítica literária nacional, já que aqui se reuniram críticos originários de Pernambuco, da Bahia, do Paraná, de Minas Gerais e de São Paulo, com a circunstância a mais de a maioria dêles estar radicada na Guanabara.

Assim como Afrânio Coutinho prossegue na sua luta cotidiana contra a vida literária e em pról da literatura, Eduardo Portella continua — em seu último livro — batalhando pela implantação dos postulados da nova crítica, que é contra a improvisação, contra o subjetivismo, contra o ecletismo, contra a intuição. Esta é — para Portella — apenas uma forma de acesso à crítica autêntica, "a primeira, e como tal indispensável. Indispensável, mas não suficiente". "Os críticos brasileiros que trabalharam apenas com a intuição — diz Portella — sem instrumental, sem aparelhamento, sem preparo, construiram a sorte — "uma sorte um pouco lotérica — dos nossos livros, dos nossos autores, da nossa literatura" (15).

Era necessário — prossegue êle — a implantação de uma nova ordem, meta que aliás, julga totalmente atingida já que a ela se refere em têrmos de historiador: "Todos os lúcidos, os que não se marginalizaram, reconheciam a falência do antigo sistema. O ambiente se tornou propício à instauração do nôvo regime crítico. Apoderava-se do País uma mentalidade nova, a do conhecimento aparelhado, da conclusão científica. A fase do amadorismo estava definitivamente sepultada. O espírito da universidade começa a comandar os estudos literários no Brasil. Afrânio Coutinho foi o principal servidor dessa causa: da reformulação crítica, da renovação metodológica. Êle mostrou, com intransigência e às vêzes até com

---

(13) Angel Vassallo — **Elogio de La Vigilia**, Editorial Losada S.A., 1950.

(14) Emmanuel Mounier — **Le decret du Saint-Office** in "Esprit" de agôsto de 1944.

(15) Eduardo Portella — **Literatura e Realidade Nacional**, Edições Tempo Brasileiro, Rio, 1963.

violência, todo um sistema de idéias novas, que se opunha radicalmente àquela entidade inconseqüente e amorfa que era a crítica nas mãos dos nossos críticos de então. E ao mesmo tempo em que lutava para destruir o cômodamente estabelecido, a mistificação institucionalizada, o que parecia definitiva e inarredàvelmente instalado no país, Afrânio Coutinho apontava e erguia complexa tábua de valores: a princípio combatida, dificultada, e logo em seguida confirmada e aplaudida. É verdade que êle se inscrevia num movimento de âmbito universal pela renovação dos processos e métodos de pesquisa e investigação literária. E não tardou para que essa consciência e êsse ímpeto renovador conquistassem tôda a nossa motivação crítica, transformando por completo o nosso modo de operar criticamente e repercutindo, de maneira particular e positiva, em nossa própria concepção do fenômeno literário (16).

A realidade, porém, não é aquela a que Eduardo Portella se refere, pois se é verdade que alguns críticos estão tentando seguir as lições do *new criticism* indígena (17) outros permanecem fiéis à antiga concepção da crítica, enquanto terceiros propugnam pelo estabelecimento do que certa vez chamei de 3.ª. Posição, isto é, um método crítico que, não sendo rigorosamente impressionista, não seja também exageradamente metodológico ou científico. Foi a esta Posição — a que parecem pertencer Augusto Meyer (18) e Antônio Cândido (19) — que eu aderi quando houve necessidade de optar entre a crítica estilística e a impressionista.

Também à 3.ª. Posição parece pertencer Fábio Lucas quando escreve que "tão nociva quanto a crítica dogmática é a análise sem compromisso, gratuita, a crítica sem propósitos. No primeiro caso, temos a subordinação prévia do pensamento a pré-juízos ideológicos que pretendem condicionar as reações humanas a processos mecânicos; sua meta é a automatização, o bloqueio da espontaneidade. No segundo caso aparece o juízo crítico, vitimado pela sua pretensa liberdade, na expansão desmedida de fôrças subjetivas e anárquicas incontroláveis; o exegeta não planeja a sua função, não se sujeita a uma carta de princípios, nem aponta os objetivos finais de sua tarefa" (20).

---

(16) Eduardo Portella — op. cit.

(17) Não há dúvida de que, vez ou outra, encontramos indícios da penetração da nova crítica, principalmente em trabalhos oriundos dos meios universitários. Se êstes, como outros, não seguem totalmente os postulados da nova metodologia crítica, pelo menos já fazem uso de um jargão que lhe é próprio. No livro de Sergio Rubens Sossélla, por exemplo, encontramo-lo em expressões como: "em têrmos de confecção literária", "afinidade conteúdistica", "problemática existencial", "corpo de valores", "estados vivenciais", "sistemática valorativa", etc., que jamais encontramos num Romero, num Verissimo, num Tristão de Ataide, num Antônio Cândido.

(18) Cf. Augusto Meyer — **Camões, o bruxo e outros estudos**, Livraria São José, Rio, 1958.

(19) Cf. Antônio Cândido — **Prefácio a Páginas Avulsas**, de Plinio Barreto (Livraria José Olympio, Rio, 1958) e **Formação da Literatura Brasileira** (Livraria Martins, São Paulo, 1959) 1.º vol. Introdução.

(20) Fábio Lucas — **Temas Literárias e Juizos Críticos**, Edições Tendência, Belo Horizonte, 1963.

Escrevi que Fábio Lucas *parecia* pertencer à 3.ª Posição, à vista da citação de uma frase de Pound que êle faz, aliás sem indicação da fonte: "You can spot the bad critic when he starts discussing the poet and not the poem", frase que não pode ser aceita, já que — quer queiram ou não queiram os doutrinadores da nova crítica — a biografia é elemento indispensável como auxiliar da crítica. O conhecimento direto ou pessoal do autor, então, é de grande ajuda para o crítico. Isto é tão certo que quando o crítico conhece de perto certos escritores nem perde tempo em criticá-los. Porque, partindo do conhecimento de como age determinado autor para a conquista de certas regalias, posições, nomeada, etc., o crítico pode perfeitamente imaginar de que meios poderia ter êle lançado mão para escrever sua obra...

Temas Literários e Juízos Críticos está dividido em quatro partes: "Figuras e Temas", "Notas sôbre a Crítica", "Notas sôbre Poesia" e "Notas sôbre Ficção". Mas a superioridade da última parte sôbre as demais é flagrante. Os capítulos a respeito de *A Maçã no Escuro* de Clarice Lispector, de *A Barca dos Homens,* de Autran Dourado e de *O Encontro Marcado,* de Fernando Sabino são páginas que revelam, além de um bom crítico, um crítico que sabe distinguir o joio do trigo, isto é, que sabe o que criticar. O mesmo não acontece na parte dedicada à crítica, em que o autor não soube (ou não quis?) fazer aquela distinção. Daí resultou a "fraqueza" (digamos assim em falta de têrmo mais adequado) desta parte do seu livro. Ressalte-se, todavia, a excelência da crítica feita à tese com que Massaud Moysés conquistou a docência livre da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade de São Paulo.

* * *

Eu já disse ao próprio José Paulo Paes que desejaria usar um gravador sempre que conversasse com êle, porque sua prosa é sempre instrutiva e repleta de observações a respeito da literatura e de seus problemas. Sua conversa, se reduzida a escrito, constituiria trabalho digno de leitura, dêsses que ensejam debates frutíferos. Não se trata de um *causeur* que nos encanta com paradoxos, imagens brilhantes, idéais vazias, mas de um intelectual que, conversando normalmente, revela inteligência e cultura.

Por isto mesmo, saí da leitura de seu *Mistério em Casa* não digo decepcionado, mas desejoso de algo mais interessante, êsse algo de que êle é capaz. Tal circunstância leva-me a considerar desinteressantes alguns trabalhos dêsse volume como, por exemplo, aquêles que fariam parte de uma *História da Poesia Política no Brasil* que teria

ficado a meio caminho. Sempre considerei os chamados versos políticos a negação da poesia. Já no meu livro *A Amendoa Inquebrável* (21), tocando, de relance, na poesia política de Manuel Bandeira, escrevia: "É verdade que Éluard publicou os belíssimos versos políticos de *Poèmes Politiques* (Gallimard, 1948) e que Jean Cassou também reuniu os versos compostos na prisão durante a Resistência, os célebres *33 Sonnets Composés au Secret* (Minuit, 1944), mas a poesia de ambos trata da Política, com P maiúsculo, pois cantaram as glorias dos mortos da Espanha e da França e a esperança que sua morte fêz renascer nos vivos". Não há têrmo de comparação entre os poetas citados e os Luís Gama, os Fontoura Xavier, e os Notanio Felix, com quem José Paulo Paes perdeu tempo precioso, recuperados no trabalhos sôbre Murilo Mendes, Mário de Andrade e Raul Bopp.

Há, ainda, a ressaltar, no livro desse autor, a firmeza das citações das fontes, o que não é muito comum entre os nossos ensaistas que, ao citar — quando citam! — não o fazem de maneira muito esclarecedora, pois geralmente se esquecem de apontar, por exemplo, a edição do livro do qual tiraram o trecho citado. Ressalta-se que já pelo fato de citar, José Paulo Paes revela coragem de ir contra a maré, pois há visível má vontade, entre nós, contra o ensaista que cita. Por mais incrível que pareça, prefere-se o "chutismo" à seriedade literária; daí a abundância dos que "chutam" idéias alheias como se fôssem suas ou dos que, exprimindo idéias próprias, "chutam-nas" como sendo de terceiros de maior cartaz...

Há uma preocupação de José Paulo Paes em demonstrar o caráter participante do trabalho dos escritores. Todos os capítulos que fariam parte da sua *História da Poesia Política no Brasil* levam a essa conclusão, embora êsse não seja seu objetivo principal. Mas é nos capítulos sôbre Machado de Assis e sôbre Mário de Andrade que essa idéia mais se afirma, pois é aí que o autor procura provar que os escritores citados eram realmente participantes.

Mas, no caso de Machado, é o autor o primeiro a reconhecer que um dos motivos que levaram Machado a não incluir os versos participantes em suas *Poesias Completas* foi a circunstância de que, em 1901, "a época não estava para versos políticos". Não compreendo, porém, que um poeta participante deixe de sê-lo quando percebe que a pele pode correr perigo...

Também não me convenci das razões alinhadas pelo autor quanto à "participação" de Mário de Andrade. Aliás, lembra Alvaro Lins

---

(21) Alcântara Silveira — A Amêndoa Inquebrável, Clube de Poesia, São Paulo, 1961.

o fato de Mário confessar gostar mais da vida literária que da literatura (22). Ora, um participante jamais tolera a vida literária, que representa perda de tempo, alheiamento dos problemas nacionais e a vitória do escapismo intelectual.

---

(22) Eis o que escreve Alvaro Lins em **Os Mortos de Sobrecasaca** (pág. 447, nota 5): "A êste Autor confirmou Mário de Andrade que sempre desejou realizar-se mais como uma personalidade na vida literária do que como um autor de obras aplicadas a fundo e bem acabadas, desenvolvendo a respeito um paralelo original, embora não verídico, entre o seu papel e o de Valentim Magalhães, a quem classificava, impondo-se em paralelo com êle, como um medíocre útil porque de uma "atividade estupenda" como promotor de iniciativas e situações na vida literária."

ALCANTARA SILVEIRA

O SETOR PRIVADO NA AGRICULTURA SOVIÉTICA

AS informações da imprensa soviética, os recentes discursos de Kruschev e as compras de trigo em grande escala que o govêrno soviético realiza no exterior, indicam que a situação crítica permanente da agricultura da URSS é mais aguda do que nunca no ano presente. Com o objetivo de precisar as razões do fracasso do sistema soviético para fornecer alimentos à população, é de grande interêsse estudar a extensão e a natureza da contribuição da agricultura na economia da União Soviética.

Os estatutos-modêlo do grêmio de trabalhadores agrícolas, que foram aprovados pelo Conselho de Comissários do Povo e o Comitê Central do Partido em 1935, determinaram a entrega de um lote privado de 1/4 a 1/2 hectare, e em alguns casos até 1 hectare, a cada família colcosiana. A cada uma delas é permitido dispor de 1 vaca, não mais do que dois bezerros, 1 porca e suas crias, ovelhas, cabras, aves domésticas, coelhos e 20 colméias, além das habitações e currais para os animais. *(Spravochnik pozakonodatelstvu dlya predsedateya Koljosa* — Manual de Legislação do Chefe do Colcós — Moscou — 1962 — pp. 27-28).

Decretos governamentais posteriores dispuseram diversas variações no número de animais para o uso privado, dependendo do tipo

de especialização colcosiana nas diversas Repúblicas e regiões econômicas.

A razão oficial que se deu para permitir aos colcosianos a propriedade de pequenas granjas privadas foi que era impossível satisfazer tôdas as necessidades da família colcosiana com os recursos da granja coletiva. O direito de dispor do solo privado, apenas suplementar e temporário no princípio, ganhavam-no incidentalmente os camponêses após obstinada resistência à coletivização forçada e o grave fracasso para fornecer alimentos aos setores urbanos.

Em 1939 permitiu-se também aos empregados e trabalhadores residentes nos distritos rurais, adquirir perto de suas casas lotes de 0,15 hectares e cultivá-los. Autorizou-se ainda aos especialistas agrônomos (engenheiros, médicos, veterinários, etc.) dispor de lotes até 0,25 hectares (Id., p. 125). Isto foi necessário porque as organizações comerciais das áreas rurais não vendiam produtos alimentícios aos trabalhadores das categorias mencionadas e surgiu então a necessidade de se providenciar os meios de dispor de alimentos. Com os mesmos propósitos, os decretos governamentais posteriores, de 2 de novembro de 1945 e 26 de setembro de 1953, outorgavam direitos semelhantes a outras categorias de trabalhadores e empregados e ao mesmo tempo implantavam medidas para estimular o desenvolvimento de tais sítios.

O planejamento estatal não inclui as áreas em que semeiam os proprietários privados. As principais culturas dêstes campos são as batatas e outros vegetais e algumas frutas. As granjas privadas dos colcosianos, dos trabalhadores e empregados industriais são trabalhadas pelos próprios donos, sem interferência do Estado.

Em 1961 houve na URSS 204,6 milhões de hectares de terra dedicados às culturas agrícolas; dêste total, 4,27 milhões de hectares pertenciam aos terrenos privados dos colcosianos e 2,47 milhões às granjas privadas de outras categorias de trabalhadores, o que dá um total de 6,74 milhões de hectares de culturas privadas, ou seja 3,3% de tôda a terra cultivada da União Soviética (*Narodnoe josiaistvo SSSR v 1961 g.: Statistichesky syegodnik.* A Economia Nacional da URSS em 1961: Anuário Estatístico-Moscou-1962, p. 316) A proporção fornecida por esta insignificante porção de área total ao produzir alimento nacional pode avaliar-se em algumas estatísticas soviéticas. A fonte acima mencionada (pp. 300, 319, 321) mostra que em 1961 foram semeados 8,9 milhões de hectares de batatas na URSS; no mesmo ano colheram-se 84,3 milhões de toneladas do mesmo produto, o que dá a média de rendimento de 9,47 toneladas por hectare. Os rendimentos comparativos por hectare de agricultura privada e estatal foram, não obstante, muito diferentes:

	Setor Socialista (Granjas coletivas e estatais)	Setor privado (terras dos colcosianos, etc)
Área semeada	4,3 milhões de hectares (48%)	4.6 milhões de hectares (52%)
Colheita	30,8 milhões de toneladas (37%)	53,5 milhões de toneladas (63,4%)
Média de rendimento por hectare	7,1 toneladas	11,6 toneladas

O rendimento de batatas em lotes privados foi, por conseguinte, 63% maior que o das granjas coletivas e estatais, embora estas últimas possuam máquinas agrícolas modernas, possam escolher as terras que vão plantar e estão em condições de usar fertilizantes minerais, enquanto que os proprietários privados não têm maquinaria agrícola e devem trabalhar suas terras com pás e enxadões. A situação é semelhante com relação à produção de frutas, como o indicam as seguintes cifras para 1961 (Id., p. 376).

	Setor Socialista	Setor Privado
Área cultivada de frutas ..	655.000 hectares (53,5%)	569.000 hectares (46,5%)
Colheita	1.008.000 toneladas (35,8%)	1.803.000 toneladas (64,2%)
Média de rendimento por hectare	1,5 toneladas	3,1 toneladas

Em 1961 havia 407.000 hectares de vinhedos pertencentes às granjas coletivas e estatais e 84.000 hectares às granjas privadas. Como a colheita das primeiras chegou a 1.610.000 toneladas de uvas e das últimas a 615.000 toneladas, o rendimento médio das primeiras foi de 3.9 toneladas contra 7.3 das últimas (Id. pp. 378.79).

O setor agrícola mais descuidado e desorganizado do campo socialista tem sido a pecuária. Muitas granjas coletivas e estatais acusam deficits anuais de forragem, o que traz como consequência graves perdas de gado particularmente na primavera. Só no núcleo Pavlodar (Kasajstão), as informações dizem que em 11 mêses de 1962 haviam perecido 18.000 cabeças de gado maior, 132.000 ovelhas e mais de 19.000 porcos (*Kasajastanskaya pravda*, 29 de dezembro de 1962). Em alguns casos, o trigo de inverno e outros cereais são usados na primavera para pastagem como no caso do colcós de Tambof em que se deixou pastar os animais em 3000 hectares de trigo e centeio. Tal exemplo não é excepcional, observa o jornal *"Selskaya yisn"* (Vida camponesa, 19-7-1953). Outros artigos informam sôbre limitadas rações de forragem de baixa qualidade e sôbre as ínfimas quantidades de forragem concentrada aproveitável. Tais

situações explicam a falta de produtividade do gado. Em comparação com os colcoses e sovcoses pecuaristas com sua falta de produtividade apesar do incremento do apôio governamental, a pecuária privada está florescente como se aprecia nos quadros seguintes, de 1 de janeiro de 1961. (*Nadodnoe josiaistvo*-SSSR, p. 382):

	Total	De propriedade privada	
	(milhões)	(milhões)	Porcentagem do total
Gado Maior	75,8	22,9	30,2
Só Vacas	(34,8)	(16,2)	(46,5)
Porcos	58,7	15,3	26,0
Ovelhas	133,0	28.0	21.0
Cabras	7,3	5,9	81,0

Em 1961 a produção total (tanto da agricultura socialista quanto da privada) foi a seguinte: carne 8,7 milhões de toneladas; leite 62,6 milhões de toneladas; ovos 29,3 bilhões, e lã 366.000 toneladas. Como mostra o quadro seguinte o setor privado mostrou-se muito mais efetivo.

	Setor Socialista	Setor privado
	Tone ladas	
Carne (rezes abatidas)	4.800.000 (55%)	3.900.000 (45%)
Leite	34.100.000 (54,4%)	28.500.000 (45.6%)
Ovos (bilhões)	6,3 (21%)	23,0 (75%)
Lã	287.000 (78%)	79.000 (22%)

Os colcoses e sovcoses que possuem 70% de gado na URSS, 74% de porcos e 79% de ovelhas, produzem só 10% mais de carne que o setor privado, que soma 79% do total da produção de óvos, apesar da falta de maquinário e outras facilidades e do fato de que o setor socialista tem à sua disposição todo o feno e as terras de forragem do país. Em 1961 os colcoses e sovcoses semeavam 51.9 milhões de hectares de milho, de beterraba e outras forragens (Id. p. 317), enquanto que é muito difícil para os proprietários privados obter capim, feno ou palha para seus animais. Só em casos muito raros os colcoses bem organizados dão a seus peões os remanecentes de forragem de má qualidade como salário, incluindo o da pior espécie.

Em 1958 um decreto do Comité Central do Partido e do Conselho de Ministros da URSS, liberou oficialmente os proprietários privados das entregas obrigatórias de produtos ao Estado. Não obstante, esta disposição ficou só no papel. Como resultado do constante deficit das entregas que sofre o setor socialista, os chefes locais exigem contribuições do setor privado em forma abonada de obrigação social.

Algumas vêzes esta assume características peculiares, como, por exemplo, quando os funcionários locais ordenam às instituições e organizações fazer planos de entrega por causa do trabalhador e empregado. A iniciativa local chega em certas ocasiões a cobrar, pela entrada de um espetáculo do centro local, dinheiro ou um ovo, que se deposita em uma caixa colocada à entrada da sala *(Kasajstanskaya pravda,* 26-12-1962). Com esta e outras formas de "obrigação social", o Estado obteve em 1962 do setor privado 14% do seu gado e aves domésticas, 15% da sua lã, 34% de seus ovos, 26% de suas batatas e muitos outros produtos (*SSSRv tsifraj v 1962 godu* — A URSS em números em 1962 — Moscou, 1963, p. 172).

Além do exposto, os terrenos privados contribuem também com partes importantes de frutas, vegetais, laticínios e carne para alimentação dos operários das cidades. O Partido e o Govêrno tratam de melhorar a provisão de comestíveis nas cidades e centros operários mediante uma rêde de granjas estatais especializadas, porém, seus esforços até agora não obtiveram êxito. Já em 1958 o Comité Central do Partido e o Conselho de ministros da URSS, lançaram um decreto dispondo da criação de granjas estatais especiais com o objetivo de fornecer verduras a Moscou e a outras grandes cidades. Quarenta destas granjas criadas na região de Moscou tinham como meta entregar 156.000 toneladas de batatas para sua venda em Moscou (1960), porém, no ano seguinte, em 1961, forneceram só 137.000 toneladas às organizações comerciais. A provisão de Leningrado e outras cidades sofreu também deficits *(Ekonomicheskaya gazeta* 19-1962, n.º 42, pp. 16-19).

Como em anos passados, as organizações comerciais nas grandes cidades, não dispunham na primavera passada de verduras frescas. Para averiguar o porquê da situação, o periódico *Isvéstia* enviou repórteres para investigar no próprio terreno. (Em Moscou, Leningrado, Sverdlovsk, e outras cidades). A conclusão foi que "a deficiente provisão de verduras frescas às cidades é o resultado da incapacidade e irresponsabilidade do pessoal encarregado desta importante matéria". Obervou-se também que o aumento das necessidades urbanas estava sendo satisfeito não por intermédio das organizações comerciais, mas mediante os mercados ordinários, que em 1962 venderam produtos agrícolas no valor de 3.93 bilhões de rublos (Isvestia, 5 de junho de 1963).

"As famílias dos trabalhadores industriais adquiriram nos mercados cêrca de 60% de suas verduras, quase a metade das frutas consumidas, mais de 1/3 de seus ovos e 1/4 de outros vegetais. Nos mercados colcosianos de apenas 140 cidades na RFSRS venderam-se aproximadamente 100.000 toneladas de carne, quase 600.000 toneladas de batatas e mais de 300 toneladas de vegetais" (Id. 1963, N. 23, p. 41).

As tentativas do Govêrno Soviético de orientar a produção do setor privado através de organizações cooperativas falhou completamente. De acôrdo com o mesmo jornal "a venda de produtos agrícolas a consumidores e organizações comerciais cooperativas a preços fixos nos mercados constitui 0,87% do total do comércio dos mercados em 1958, 0,75% em 1960 e 0,95 em 1962".

Em anos mais recentes, a imigração maciça da população rural, e especialmente de gente môça, para as cidades tem criado crescente preocupação ao govêrno soviético no que se refere às provisões de alimentos. Em muitas regiões e Repúblicas existe uma aguda falta de mão de obra nas granjas coletivas e estatais.

"Há poucos jovens no trabalho do campo. Os adolescentes de 17 anos aspiram impacientemente terminar a escola para abandonar suas aldeias nativas e ir para a cidade, alguns para estudar outros para trabalhar na indústria. E aí ficam por muito tempo e às vêzes por tôda a vida. Muitos chefes colcosianos simplesmente não sabem o que fazer". *(Komsomolskaya pravda* — 24 de julho de 1963).

Em outra parte, explicando as razões desta fuga de jovens das aldeias, o jornal diz: "a resposta é muito simples: salários baixos, deficiente organização de pessoal desocupado, etc. E esta explicação, infelizmente, geralmente é exata (Id. 7 de abril de 1963). Em muitos casos, diz a imprensa soviética, só a propriedade de terrenos privados detém a muitos colcosianos e sovcolcosianos do êxodo para as cidades, pois aí as oportunidades de dispôr de terras privadas são mais limitadas. Quando os funcionários locais confiscam as propriedades móveis dos "colcosianos desobedientes" (Id 20 de maio de 1962), como acontece ocasionalmente, a medida é considerada como a pena administrativa mais grave. Outro fator importante é que não há ainda na legislação da URSS, disposições sôbre pensões e outras formas de segurança social para os colcosianos, que não são incluidos nas diversas categorias de pensões estatais. O problema fica à discrição dos que o solucionam, que o fazem de maneira diversa. Segundo o informe anual dos colcoses, na RFSRS só 1/5 dos colcosianos com direito à pensão recebem-na atualmente, e esta mesma é pequena *(Nekotorie voprosy ekonomik slabij yoljosof* — Algumas questões sôbre a Economia dos Colcoses Débeis, Moscou — 1961 — p. 96). Para esta categoria da população rural, o terreno privado é a principal fonte de subsistência.

Apesar da enorme importância do setor privado da agricultura na economia soviética, como ficou demonstrado, os chefes soviéticos vêm-se obrigados a seguir uma política dupla com respeito a si mesmos. Estão bem inteirados da necessidade dos terrenos agrícolas privados, e inclusive da necessidade de estimulá-los, uma vez que muitos anos de experiência deixaram claro que o setor socialista não está em condições de produzir todos os elementos de que necessita

e que o sistema de cooperativas comerciais do Estado é incapaz de distribuir adequadamente os produtos de tôdas as partes. Por outro lado, o setor privado é incompatível com a teoria comunista. É paradoxal que, enquanto a propaganda soviética fala insistentemente nos progressos da sociedade soviética rumo ao Comunismo, o setor privado da agricultura soviética não só exista como até prospere atualmente.

A imprensa soviética ventilou muitas vezes a questão da influência que exerce o manejo da economia privada do trabalhador agrícola em sua atitude em relação ao trabalho na granja coletiva ou estatal. Durante a campanha de propaganda, fundando-se em uma carta escrita por uma trabalhadora colcosiana, N. Saglada, e intitulada: "Sôbre a honra do plantador de trigo" (*Pravda*, 25 de agôsto de 1962), inspirada evidentemente desde o comêço no fracasso agrícola do ano anterior, *Isvestia* declarava: "Os "usuários", os donos de hortas privadas, não desapareceram de nosso país. Cavam suas terras noite e dia e consideram o campo colcosiano como um enteado (*Isvestia*, 24 de agôsto de 1962). A mesma atitude era assumida pelo Pravda (27 de agôsto de 1962). De acôrdo com outro jornal, existem até membros do Komsomol para os quais o mais importante na sua vida é o que se relaciona com o seu quintal. "Este tipo de komsomol só cultiva assiduamente seu próprio terreno e dedica poucos esforços aos campos estatais" (*Komsomolskaya pravda*, 11 de setembro de 1962).

Referindo-se a êste aspecto do problema, *Literaturuaya Gazeta* (7 de setembro de 1963) declarava: "Esta é uma perda que pode calcular-se e expressar-se em números. Porém há danos ulteriores que não podem calcular-se ou determinar-se em cifras ou rublos. Trata-se de um prejuízo terrível." Ao lado dos pais, "os adolescentes, os alunos dos cursos superiores, os pioneiros e komsomois", aqueles que, segundo o Programa do Partido, viverão sob o comunimo, ajudam no trabalho em terrenos privados. Pode conciliar-se o espírito de proveito e ganância com as exigências do código moral do Comunismo? (Id.)

E êste dano, segundo o jornal "está-se fazendo sentir hoje e continuará apresentando-se durante muitos anos se não se fizer nada e não se tomarem medidas mais imediatas". Não diz, porém, que medidas devem ser tomadas.

A reorganização total da administração agrícola soviética e os recentes apêlos de Kruchev para o emprêgo de mais fertilizantes e mais irrigação, demonstram que os chefes soviéticos fracassaram em sua decidida luta contra um fato fundamental: a agricultura privada

é mais produtiva do que a socializada. Esqueceram-se, porém, de haurir dêsse fato evidente as necessárias conclusões.

SIMÃO S. KABISCH

TRADIÇÃO E EVOLUÇÃO NO CINEMA

EM críticas, debates e ensaios está se colocando nos últimos tempos a pergunta sôbre a evolução estética do Cinema. Já escreví, há alguns anos, sôbre: "Evolução ou revolução no Cinema. (1), sobretudo por causa da "camera-stylo" de Alexandre Astruc, do filme "literário" de Robert Bresson e das novas técnicas da tela larga, que modificariam o antigo conceito da montagem. E hoje em dia são a "free-camera, candid, spontaneous, ou oncontrolled camera", "le Cinéma-vérité" etc. que suscitam a questão da evolução ou revolução na estética cinematográfica. Quero mais uma vez voltar ao assunto, considerando desta vez tôda época de após-guerra, desde o Neorealismo italiano até as improvisações da "free-camera" etc.

A II.ª Guerra Mundial encerrou uma época, também do Cinema. A diferença entre o último "film-noir" de um Marcel Carné por exemplo, e o primeiro filme neorealista, na Itália, indica exatamente qual foi a transformação operada no Cinema. A nostalgia cansada tornou-se romantismo ultrapassado. O homem de após-guerra, liberto dos horrores da guerra, desejava igualmente libertar-se de tôda a espécie de tabus, da distorsão convencional da condição humana. Havia a necessidade premente da verdade e da autenticidade para os cineastas que logo depois da guerra tiveram a coragem de pegar numa câmera para dar testemunho. Era esta a sua obsessão: testemunhar a condição humana, de após-guerra, quando cessara o terror e a ocupação das hordas de Hitler.

Com isto estamos na origem de tôdas as liberdades que o Cinema moderno tomou nos últimos anos. O clamor pela verdade humana total nos filmes contemporâneos encheu de tal maneira o conteúdo fílmico que para alguns se abalam os alicerces, os conceitos clássicos da forma cinematográfica.

Reconheço certamente uma evolução bem grande no conteúdo fílmico, mas isto não significa absolutamente o fim da estética tradicional do Cinema. Evolução se coaduna, até maravilhosamente,

(1) "Evolução ou revolução no Cinema" em "Vozes", dezembro de 1958.

com tradição. Sòmente a revolução varre às vêzes as melhores tradições.

Até hoje não descobri revolução dos princípios estéticos clássicos, nas correntes cinematográficas de após-guerra. A "Nouvelle Vague", por exemplo, é característica como a tentativa de fazer um retrato do homem contemporyneo existencial com a negação de tôdas as normas morais, mesmo lá, onde se manifestam, de um modo natural, em tôdas as existências humanas (2). Que há de nôvo na maneira de filmar, na gramática cinematográfica da "Nouvelle Vague"? O bom filme (cinematogràficamente falando) "Acossado"" é bom pela forma tradicional e não pelo conteúdo que fere normas morais.

E com os outros bons filmes contemporâneos acontece o que sempre aconteceu na História do Cinema: a acomodação de um conteúdo carregado à forma cinematográfica carregada. Ver "The Shadows" de Cassavetes, "L'Amérique insolite" de Reichenbach ou "Os Incompreendidos" de Truffaut.

Em que consistiria o "Cinema novo"? Todos os Cinemas Novos nacionais ou internacionais dão novas versões de filmes tradicionais. "Shadows," por exemplo, é uma nova versão de "Menschen am Sonntag" de Robert Siodmak, da vanguarda alemã de 1929. E "louisiana story" de Flaherty poderia ser feito agora, para não falar sôbre Wertov e seu "cymera-ôlho", quando se trata da "free-camera" etc.

Por que a controvérsia?

A controvérsia em que tomei parte ou que ouvi tem a sua origem num fenômeno que até hoje acompanha o Cinema, desde Louis Lumière: a falta de coragem (ou a ignorância?) de reconhecer o Cinema como uma parte autônoma e independente. Quando as vanguardas francêsa, alemã e russa descobriram e construiram pelas suas obras a arte cinematográfica, muitos aceitavam a nova arte, mas enxertada numa outra, o Teatro, a música, a pintura. Depois da II.ª Guerra Mundial, tornou-se o problema um tanto mais complicado. Muitos descobriram o Cinema julgando que pode ser uma arte, mas encontram coisas novas em Bresson, Alain Resnais ou Michelangelo Antonioni. Descobriram "nova montagem", "nova reprodução da realidade" etc. Mas não vejo onde está o elemento novo nesses autores quanto à gramática cinematográfica. Ao conteúdo, sim. Êste é mais fiel à realidade, à autenticidade de personagens e ambientes, mais profundo e mais psicológico, mais metafísico e transcendente na sua problemática. Mas os meios estilísticos que são determinantes da criação artística não aumentaram.

---

(2) Guido Logger, "Na crista da onda", em "Vozes" de abril de 1961.

Está na moda agora chamar de "superadas" as teorias de montagem, lançadas nos dias de Eisenstein e Pudovkin. Certo é que a montagem intelectual e simbólica, como êles a usavam, não agrada mais ao cineasta moderno, mas os princípios, aquelas relações, aquela sucessão cadenciada das imagens, que constituem o ritmo cinematográfico valem até hoje.

Uma geração inteira de intelectuais e artistas na década de 20 movimentou-se para provar que o Cinema era algo mais do que uma novidade técnica de imagens em movimento, um divertimento de quermesses. Provaram, na teoria e na prática, que o Cinema pode ser uma arte independente, meio de expressão artística, como a Literatura, as artes plásticas ou o Teatro.

Outros negaram isto, como prova a aventura patética da "Societé de Film d' art", que queria casar o Cinema com o Teatro. Ou ainda o Expressionismo alemão que proclamava a unidade psicológica entre o personagem e o ambiente, o "décor". O personagem tornava-se por assim dizer "décor" de uma maneira como nunca se viu na História do Cinema. Tentava-se sinceramente passar o Cinema por Pintura na base desta unidade.

Mas outros não podem acreditar, depois de tantos séculos de outras artes estabelecidas, que no século 20 se tenha descoberto uma nova arte.

Que sejam poucos os grandes cineastas, não tem importância. Os De Sica, Bresson, Clément, Carol Reed, Capra, Dreyer, Fellini, Antonioni, Truffaut ou Ermano Olmi são representantes de várias épocas da arte puramente cinematográfica.

Esta arte pura está tanto no filme de enrêdo quanto no documentário. Quantos não vêem arte no documentário, esquecendo que, quando se trata de uma obra de arte cinematográfica autônoma, a questão documentário ou filme de enrêdo não tem nenhuma importância. Quero dizer para a criação artística. Essa é tão grande, tão importante em "Big City Blues" de Hugenot van der Linden, quanto em "O Eclipse" de M. Antonioni. Nem mesmo admiradores do Cinema são capazes de aceitar essa realidade. Verifiquei isto com o filme "Il Posto" de Ermanno Olmi. É uma obra cinematográfica integral, espontânea e pura, mas vários amantes do Cinema achavam o filme um tanto "magro", interessante por uma ou outra vez. Faltava, ao seu ver, algo, não digo uma história interessante, mas algo tocado por uma forma artística de mais alto valor, digamos a Literatura.

Cinema e Literatura

Sim, hoje estamos na fase literária do Cinema. Procura-se um assunto literário, uma adaptação de obras literárias conhecidas e

admiradas. Inicialmente era uma reação às histórias pífias do Cinema comercial no passado... e no presente. Quem estima o Cinema volta-se quase automàticamente para a Literatura como num gesto de proteção contra os filmes vazios que mancham as nossas telas. Falta de coragem da qual falei acima!

Hoje em dia o Cinema é ameaçado pela Literatura. A influência literária às vêzes é tão grande que se percebe uma deslocação de valôres. O que se mostra na tela não é mais um jôgo de imagens, mas a ilustração de um pensamento literário, ou uma aproximação do mesmo. Na verdadeira arte cinematográfica nasce o pensamento da sucessão das imagens e não o pede emprestado à Literatura. Exemplo marcante de filme literário foi: "O ano passado em Marienbad" (3), literatura de um determinado estilo, de Robbe-Grillet, que se podia ler antes ou depois no livro do mesmo com a verbalização cinematográfica de um roteiro cinematográfico. Aconteceu com êsse filme o mesmo que acontece quando se anuncia o "Cinema Novo", descoberto agora. Chama-se "novo" aquilo que já houve em outras épocas. Assim como as conquistas estéticas do Cinema, nas quais se baseia a arte cinematográfica até hoje, datam de antes da II Guerra Mundial, assim também os enganos modernos que se fazem no "Cinema Novo", já são velhos e superados há muito tempo. Houve na década de 20 aquêle movimento na Alemanha que sonhava com "Kunst-Filmen" tirados das grandes obras literárias e teatrais. Desde aquêle tempo o filme literário tornou-se um gênero paralelo ou contrastante com o filme de autor, sem ligação com um texto literário. Sòmente um autor como Jean Cocteau soube ligar as duas coisas. O simbolismo literário está reconhecível em "A bela e a fera" e em "Orfeu", que podemos considerar como um antecessor de "O ano passado em Marienbad."

Mas esta tendência nunca foi tão forte como hoje; nunca foi tão consciente a contribuição literária ao Cinema. É só lembrar Ingmar Bergman e Michelangelo Antonioni. Por mais que admiremos o primeiro, não gostamos daquele elemento teatral e literário que se encontra em quase todos os seus filmes, seja por alguns momentos, seja dominando o filme todo como em "No limiar da Vida".

Apegar-se a essa contribuição literária é o que muitos críticos fazem, porque não têm coragem de encarar o Cinema como uma arte autônoma e independente, uma arte visual em primeiro lugar, secundada ou mesmo aprofundada, se quiserem, com o elemento verbal. Certamente aplaudimos o enriquecimento do conteúdo no Cinema, o aprofundamento dos temas universalmente humanos, dos temas sociais e psicológicos que notamos nos filmes de Bergman,

---

(3) "O ano passado em Marienbad" uma obra de arte cinematográfica? "Convivium" de julho-agôsto 1962.

Antonioni, Resnais e outros da "Nouvelle Vague". Sòmente queremos êsse conteúdo sem o menosprêzo da forma cinematográfica, sem a qual a arte cinematográfica não pode existir. (4)

Voltaremos a esta forma cinematográfica num outro artigo.

"Assalto ao trem pagador"

O filme de Roberto Farias foi exibido num dos mais velhos cineminhas de arte que existem na Europa, no "De UITKJK" de Amsterdam, que já existe há mais de 30 anos. Lá se passam filmes de países pouco conhecidos pela produção cinematográfica irregular, ou filmes que não vão além de um Festival, além dos filmes "malditos" (julgados não-comerciais e filmes antológicos do passado). Um crítico holandês escreveu o seguinte a respeito do filme de Farias:

"Achei o filme interessante. Não que o acabamento técnico das imagens e do som esteja à altura, nem que o diretor seja algum grande talento que tenha usado os meios cinematográficos de maneira original, mas o diretor nos mostrou o caráter, a natureza dos brasileiros e a atmosfera do seu país em imagens tècnicamente bem montadas...

O enrêdo é um acontecimento verídico, o assalto a um trem pagador, em junho de 1960. As tomadas foram feitas no Rio de Janeiro, em Copacabana. O filme começa num subúrbio onde seis homens armados esperam o trem. Tudo corre conforme os planos e êles desaparecem com 27 milhões de cruzeiros. Aí começam as dificuldades. Combina-se que cada um só pode gastar pequenas quantias, a fim de não chamar a atenção. Mas foi exigência demais para aqueles que nunca tiveram muito dinheiro na mão. Além disso, aumenta a rivalidade entre os dois chefes, o Tião (preto) que com sua fôrça bruta impõe a sua vontade ao Grilo (branco), que se esconde atrás de um chefe imaginário. Tião mata Grilo. Entrementes a Polícia descobre os malfeitores, que se trairam pelos gastos excessivos de grande parte do dinheiro.

Como se vê uma história simples e retilínea sôbre homens primários, contada por Farias de maneira simples, mas acertada. Sobretudo, no comêço, usou os meios "ortodoxos" do Cinema, que talvez pareçam um pouco primitivos comparados com certos diretores requintados de hoje. Descreve bem, com a câmera, homens e coisas que vão desempenhar um papel no seu drama. Mais tarde registra sobretudo a interpretação dos seus atores. Pelos detalhes bem escolhidos consegue retratar o caráter e o ambiente de uma maneira penetrante.

---

(4) "Conteúdo e forma" "Revista de Cinema" n.º 8.

O "imortal" Réné Clair

"Nos ANAIS da vossa congregação encontram-se poucos eleitos cujas reinvidicações pesam mais leves do que de um exibidor de sombras, que como bagagem não têm mais do que ilusões. Em verdade, seria de admirar a honra que me prestais, se não se soubesse que o honrado é apenas guardião desta honra. Não estais recebendo uma pessôa, mas um meio de expressão desconhecido pelos vossos antecessores, não mais velho que êsse século, e ao qual a boa sorte ligou, ao nascer, o nome belíssimo de L. Lumière". Com estas palavras começou o diretor cinematográfico, René Clair, em 1962, o seu discurso de recepção, na Academia Francêsa de Letras.

Clair, há pouco, fêz 65 anos. É o único cineasta a quem coube a honra de ser admitido entre os "imortais". É o aristocrata do Cinema francês por seu amor pelo detalhe, pelo precioso, pelos achados espirituosos, pela fineza. Sempre se distinguiu pelo estílo próprio, desde seu início, no Cinema, logo depois da I Guerra Mundial, quando o Cinema francês mostrou grande atividade sob a influência da crítica incipiente de R. Canudo e L. Deluc. O Cinema afastava-se do Teatro, com Baroncelli, l'Herbier, Bernard, Poirier. Clair aceita o papel de figurante no filme "Parisette" de Protozanov, e entre 1919 e 1923, aceita outros papéis mais ou menos importantes. Torna-se assistente de Feuillade e de Baroncelli. Com êles apreendeu a profissão, mas nada copiou do seu estílo.

Em 1923 faz o seu primeiro filme: "Paris qui dort", totalmente influenciado por G. Méliès e seus truques. Mas com isto apreendeu as possibilidades desta nova forma de expressão, adquiriu sua visão do Cinema. Afasta-se completamente do Teatro, da Literatura, das Artes plásticas. Seu segundo filme "Entr 'Act", é um protesto contra o Teatro filmado.

Clair se baseou sempre no rítmo do ballet e na poesia das ruas de Paris. Êsses elementos podem ser encontrados em todos os seus filmes, até 1940.

Há um leve declínio na sua obra, quando vai à Inglaterra para trabalhar com A. Korda. O humor aí vem mais do texto literário do que das próprias imagens. Provàvelmente, êle mesmo compreendeu isto e volta para França, em 1940. Quando irrompe a guerra, consegue fugir para os Estados Unidos, mas o clima espiritual, os métodos de produção etc. não lhe assentam bem.

Volta para a França em 1947, onde fêz "Le silence est d'or", "La beauté du diable", "Les belles de Nuit", "Les grandes manoeuvres", "Portes des Lilas" e "Tout l'or du monde". Através de tôda a sua obra, vemos a sua ironia suave e alegre, sua ternura Alguns dizem que é um insensível, que faz apenas caricaturas, vendo apenas os êrros, a má fé, as irreflexões do mundo.

Nada mais emocionante, porém, do que a sua ironia, atrás da qual esconde as suas emoções e a sua personalidade. É original, leve como pluma, espirituoso e irônico como nenhum cineasta da História do Cinema.

Será assim o último filme de Ingmar Bergman?

O último filme de Bergman, "O Silêncio" é o último da trilogia começada por "Num espêlho escuro", continuado com "Os convidados da Ceia". Caracterizei os dois filmes como uma "procura de Deus", apresentando certa evolução positiva nas idéias de B. a respeito da existência de Deus, da sua comunicação com os homens, de sua natureza. (Deus é amor? diz o pai em "Num espêlho escuro").

No entanto, chegam-me notícias sôbre o terceiro filme da trilogia, em que o correspondente suéco da revista "Variety" descreve o filme como: "uma visão infernal, em que B. alcançou a negação absoluta do conhecimento de Deus, uma nova versão da história do sofrimento cristão, mas *sem* ressurreição, um inferno surrealista, etc".

A atriz Gunnel Lindblom teria recusado trabalhar em certas cenas super-eróticas, para as quais B. lançou mão de uma substituta. Provàvelmente está fazendo uma re-montagem, porque difìcilmente o filme poderia ser vendido a outros países.

Se fôr verdade tudo isto, em que ponto está B. agora?

GUIDO LOGGER

NELL - BREUNING — **"Capitalismo e salário justo"** — Editora Herder, São Paulo, 1964 (versão portuguêsa do Dr. Carlos Lopes de Matos para a Livraria Sampaio de Lisboa) 214 páginas.

A um primeiro e desarmado exame parece que o título do livro é absurdo — capitalismo e salário justo são no conceito comum coisas antitéticas: nunca se encontrariam. O capitalismo está de tal ordem mal visto na sociedade moderna graças, em primeiro lugar, à propaganda persistente dos comunistas e, em seguida, por culpa exclusiva do próprio capitalismo, que um trabalho de esclarecimento se fazia urgentemente necessário. Fê-lo um dos maiores sociólogos católicos, o padre Nell - Breuning, professor de Ética e Teologia Moral e Sociologia na Faculdade de Filosofia S. Jorge em Francfort, num livrinho de meridiana clareza, de didaticismo surpreendente e, sobretudo de real imparcialidade que é êste "Capitalismo e salário justo". E uma primeira pergunta logo lhe acudiu para iniciar o exame esclarecedor da questão: de que capitalismo se trata quando se fala do mau capitalismo? Partindo da dissecção dos dados e fatos que vivem em tôrno dos têrmos capital e capitalismo, o A. chega a uma síntese clara e convincente: de que não existe capitalismo mas capitalismos — um, o liberal, que é fruto da desagregação do feudalismo e veio dos vícios dessa desagregação e por isso mesmo é o capitalismo condenado, aquele que foi realmente causa de desassossêgo social e de miséria e que infelizmente, ainda vigora em alguma parte do mundo; outro, mais recente e mais humano, o capitalismo socialmente moderado, que procura uma aproximação dentro da sistemática capitalista de classes, que não será ainda a solução social ideal pelo que tanto anseiam os homens mas que, para fugirmos à solução extrema da sociedade sem classes do comunismo a qual representa outra face odiosa do capitalismo (o capitalismo do Estado) é a solução do meio têrmo que, até o momento, a humanidade tem de aceitar. Aceitá-la, é evidente, sem no entanto sujeitar-se a ela como opção definitiva. A luta em que se empenham os homens, os políticos, os sociólogos e economistas, e acima deles todos, a Igreja é pela melhoria, pelo menos possível, dessa conjuntura em que o mundo se debate. Vivemos um mundo de estrutura capitalista e, por enquanto, não há fugir ao dilema. Temos, porém, uma meta a atingir: a de uma sociedade em que as distorções e os êrros do capitalismo sejam corrigidos. E para tanto a Igreja, através de seus Pontífices desde Leão XIII vem dando sua contribuição magistral numa única e reta linha que culmina nas memoráveis Encíclicas sociais de João XXIII tão discutidas últimamente e, por vêzes, tão mal interpretadas.

Todos os capítulos desta obra são notàvelmente esclarecedores, desde o primeiro em que define capital e capitalismo, à crítica do capitalismo, ao estudo pormenorizado do trabalho com suas implicações de política salarial, passando pela excelente estruturação da família com que termina o estudo

De grande importância é o capítulo IV — "A Igreja e o capitalismo".

É freqüente a pecha de capitalista (no mau sentido) com que se agride a Igreja. Ninguém melhor do que Nell-Breuning, que foi redator da Encíclica "Quadragesimo Anno", para a tarefa não de apologia (que a Igreja não precisa de defensores), mas de esclarecimento do assunto. O capítulo IV mereceria ampla divulgação nos meios interessados. Porque põe em seus devidos lugares os verdadeiros têrmos da questão. À página 107, por exemplo, lê-se textualmente: "Na realidade, porém, a Igreja não tem nenhum interêsse no capitalismo que nada de bom lhe promete e de que nada tem a esperar. Se ela defende a propriedade, trata-se de uma propriedade subordinada a um fim social, sendo que o aspecto social (responsabilidade para com o todo social) é tão importante quanto o individual (proveito para o proprietário). Êle pleiteia uma justa repartição da propriedade, e portanto não o regime de que gozam os proprietários atuais". Mais adiante lemos (pg. 108) — : "Se nos decidirmos a continuar provisòriamente servidores do capitalismo, urge expurgá-lo da injustiça e reparar os malefícios praticados. Isso, e só isso, é o que a Igreja exige". Nas suas mensagens radiofônicas, Pio XII mais de uma vez condenou "os princípios do liberalismo econômico e o conseqüente capitalismo das finanças, sedento de lucros" (pág. 109). S.S. sempre defendeu a "preservação e expansão da liberdade pessoal e da dignidade humana" (pág. 110). A própria palavra "capitalismo" só aparece em 4 passagens, nos documentos papais e, no entanto, houve numerosíssimas manifestações pontifícias. De tudo se conclue, sem esfôrço, que o que a Igreja sempre defendeu foi a dignidade humana. Não o capitalismo bom ou mau, não importa. Na sua posição inatacável também se vê claro que dêsse ponto de vista jamais a Igreja pactuaria com o comunismo ateu e materialista em que não se cogita dessa dignidade, em que o homem é substituido pela massa inerme e escravizada a um poder que a esmaga e destrói, que é o Estado todo poderoso manobrado pelo Partido, em que uma hierarquia bem colocada e feliz se compraz em gerar a confusão de que vive e se nutre.

O livro de Nell - Breuning deveria estar nas mãos de todos os estudantes, sacerdotes, professores, políticos, sociólogos, intelectuais, até mesmo dos que esperam o "paraiso socialista", para que todos apreendessem em poucas páginas de surpreendente clareza aquilo que tantos discutem sem conhecimento de causa e outros distorcem com plena ciência da maldade que deliberadamente espalham pelo mundo. A uns aproveitaria como esclarecimento. Aos últimos soaria como um rebate de consciência.

Homero Silveira

——o0o——

WILL HERBERG — **Protestantes, católicos e judeus** — Editôra Itatiaia Ltda. Belo Horizonte, 1962 — 297 p. (tradução de Neil R. da Silva).

PARA um espírito habituado à leitura e à formação filosófica e literária européias, o livro de Will Herberg causa certa estranheza. É possível que as pessôas habituadas ao "modo de vida americano" e mais afeitas à maneira "americana" de se encarar os problemas da vida de que a religião é de importância fundamental, não encontrem tanta afirmação chocante e tal impressão de estar conversando com um estatístico ou um homem de negócios ao fechar êste sem dúvida curioso livro divulgado entre nós pela Editôra Itatiaia. Os Estados Unidos criaram de certa forma uma nova e interessante maneira de viver e de condicionar as coisas da vida ao seu modo particular de ser, que é preciso ao leitor menos afeito à fórmula "americana" deixar de lado, provisòriamente seus velhos preconceitos e esquecer que a filosofia deriva de Aristóteles, de Platão e outros grandes vultos do pensamento universal e procurar acomodar-se, também provisòriamente, ao pensamento renovado que vigora na grande república do Norte. Só assim compreenderá as afirmações contraditórias do pensamento americano e admitirá que mesmo a religião, passando pelo crivo inexorável do "modo de vida americano" por onde passam tôdas as coisas que interessam ao homem médio americano — visto que os Estados Unidos são, por excelência, a terra da classe média, conforme afirma o autor dêste livro — (desde o gôsto pela "coca-cola" até ao conceito do divino) é uma coisa séria nos Estados Unidos. Fora disso, o leitor se vê desarvorado. Porque difìcilmente conceberá que fatos transcendentais e de infinito valôr moral possam ser reduzidos a expressões frias e matemáticas de estatística e que se possa responder a um inquérito, tranqüilamente, sôbre que "tal a presença de Deus em sua alma?" ou "a Bíblia é um livro sagrado ou apenas uma obra literária?" E então não se assuste ao saber que Deus é para uma esmagadora maioria de americanos, "o Homem lá de Cima" ou "um camarada que mora no apartamento superior" ou mesmo um "Boneco Vivo", de acôrdo com a "frase inimitável de Jane Russel (página 273). E que, em regra, a religião é mais um dos ingredientes de confôrto entre os inúmeros usados pelos americanos como: geladeiras, televisão, liqüidificadores, etc. Não se comoverá sabendo que o título do livro de W.H. vem do fato de que nos Estados Unidos essas crenças (apenas as três) "identificam" o americano, i.é., não em relação à fé mas em relação à sua presença na sociedade, ao seu estado político, ou à sua "americanidade", mesmo porque ser muçulmano ou budista são condições secundárias que nem fazem parte das estatísticas. Não se espantará com a frase de Eisenhower, considerado um dos homens mais religiosos dos Estados Unidos, ao afirmar que não havia democracia sem religião e que êle acreditava na democracia ou que além do Carpinteiro de Nazaré, Washington e Lincoln são as figuras mais virtuosas dos Estados Unidos, tendo "a seu crédito qualidades morais e espirituais (a

virtude, a libertação em relação ao pecado, a correção) tradicionalmente associadas a Cristo". (páginas 104-105).

Temos que acreditar na sinceridade de propósitos e na segurança das informações de W.H. que se baseia sempre em dados rigorosamente selecionados e apresenta considerável bibliografia e inúmeras notas explicativas corroborando suas afirmações. E o quadro que êle nos deixa das manifestações religiosas norte-americanas em que por vezes bruxoleia um resquício de verdadeiro pendor pela fé (como nós a entendemos) não seria senão uma apresentação do problema sempre sob o ponto de vista do "modo de vida americano" e assim é que tem de ser compreendido.

Oscar Wilde, de volta de uma viagem aos Estados Unidos, dizia aos jornais londrinos que os Estados Unidos e a Inglaterra eram, no seu modo de ver, duas grandes nações separadas pela mesma língua. Somos tentados a pensar que nem sempre Oscar Wilde foi apenas um "blagueur" esteticista...

Homero Silveira

MOVIMENTO DAS EDITÔRAS

DOMINUS

A Dominus Editôra S. A. acaba de publicar em sua série de Cultura Histórica, como volume 5, um excelente trabalho de Lucy Nápoli Prário sôbre a vida comovente, empolgante, da Marquesa Alessandra Carlotti di Rudiní.

A figura da mulher extraordinária que foi Alessandra de Rudiní há anos vem atraindo o interêsse de biógrafos, estudiosos e multidões de leitores. Quase uma dezena de obras de alto nível já se publicaram sôbre Alessandra, mas de tôdas as biografias, esta, que vem de ser lançada no Brasil pela Dominus, é a que merecidamente tem obtido os melhores e mais atentos pareceres da crítica e enorme divulgação internacional.

É uma biografia primorosa que se lê com o mesmo prazer proporcionado por um bom romance, cujas páginas narram de maneira irresistível as várias fases da vida de Alessandra, destacando os seus três grandes momentos em seus três vestidos brancos: o da primeira comunhão, o do casamento, e, finalmente, o de carmelita. As alegrias da infância e da juventude, a mocidade cheia de vida, seu primeiro amor, o casamento e os filhos, tudo culminando com a clausura rigorosa logo depois de uma aventura desastrosa com o poeta d'Annunzio, são os ingredientes desta biografia que, sem dúvida, será muito bem recebida pelos leitores brasileiros.

Também da Dominus é o livro de Heraldo Barbuy — *Marxismo e Religião*. Trata-se de uma lição clara e objetiva sôbre a verdadeira natureza do marxismo, inspirada principalmente pela firme atitude anti-religiosa dos marxistas, e com enderêço certo: destina-se de modo especial aos muitos e muitos cristãos que, entre nós, seja por ingenuidade, seja por ignorância, ùltimamente têm marchado ombro a ombro com os seguidores conscientes da doutrina de Marx. Mas será instrutivo também para quantos, ludibriados em sua boa fé, aceitam os argumentos que procuram levá-los a admitir a possibilidade e mesmo "conveniência" de comunismo e cristianismo darem-se as mãos em busca do bem social.

O marxismo é inegàvelmente uma religião. Há um chocante parodoxo nesta afirmativa, já que os próprios marxistas consideram simples sobrevivência histórica tôda forma de religião, mas a verdade é iniludível, apenas os cegos não a vêem. E sendo uma religião, como conciliá-lo com o cristianismo? Como transigir? Como compreender,

como admitir que cristãos e mesmo ministros de ordens religiosas aceitem a convivência impossível? Como explicar que não só aceitem tal convivência como colaborem com marxistas, ajudem-nos em sua luta desesperada para impor à Terra de Vera Cruz a doutrina anti-Cristo, a doutrina que aberra das nossas tradições e convicções religiosas? A resposta está nas mãos do leitor, nas páginas dêste livro denso de saber e bom senso, em que o Autor demonstra não poder o cristão ser marxista sem ser herético e não ter qualquer sentido a apresentação do marxismo e do cristianismo como dois pólos opostos, salvo quando ambos são considerados como produtos da mesma temática, — uma temática essencialmente cristã, — e oriundos da mesma fonte histórica.

Mais não precisamos dizer para ressaltar o valor e a oportunidade desta introdução à natureza do marxismo, que expõe a crítica com mestria os tópicos essenciais dêsse revolucionário sistema filosófico, e cuja leitura recomendamos vivamente a todos os interessados no estudo de um movimento messiânico de enormes proporções que assenta suas bases numa religião científica criada por uma espécie de profeta bíblico com noções próprias e curiosas da catástrofe purificadora, do Juízo Final e da Redenção da Humanidade, cuja mensagem consiste em pregar a revolução total como remédio para expurgar o mundo de tôdas as alienações que o infelicitam.

EDART

Inaugurando sua coleção "Vitral", a Edart publica, de Rubens Teixeira Scavone, os *Ensáios Norteamericanos* que versam sôbre a vida e a obra de Melville, Dreiser, Dos Passos, Fitzgerald, Hemingway, Caldwell, Miller, Faulkner, Wolfe, Capote, Mac Cullers, Normam Mailer, Bradbury e Richard Wright.

Não se trata de crítica, mas de obra de vulgarização de escritores antigos e modernos da America do Norte. Aliás, da lista acima talvez sejam inteiramente desconhecidos do leitor nacional apenas Norman Mailer, Mac Cullers, Truman Capote e Ray Bradbury que não têm sido muito traduzidos entre nós.

Numa linguagem simples e acessível, o autor narra trechos biográficos dos escritores que selecionou, resume o enrêdo de alguns de seus livros, fazendo que alguns de seus leitores sintam desejo de ler os romancistas estudados. ..Deve ser mesmo êste o objetivo de livros como o de Rubens Teixeira Scavone, que não tem a pretensão de fazer grandes revelações sôbre escritores nem a de criticar seus livros, mas simplesmente despertar a vontade de ler alguns do livros comentados.

HERDER

A Editôra Herder começa muito bem o ano editorial de 1964, publicando a tradução de cinco bons livros: *Pesadêlo,* de Georges Bernanos, *Amar é tudo,* de Gilbert Cesbron, *Morte de uma cidade,* de Kay Cicellis, *O Milagre de Frei Malaquias,* de Bruce Marshall e *Porta para a Vida,* de Luise Rinser.

Todos os volumes, são de leitura interessante e por vêzes fascinante, como o *Pesadelo* de Bernanos, por exemplo. Os personagens de *Pesadelo* debatem-se, dolorosamente isolados e incomunicáveis, numa lúcida alucinação, num sorvedouro implacável, num mundo sombrio, cheio de hipocrisia, de vício, de nostalgia, de morte. Simone Alfieri, a criminosa cerebral, busca, na ligação com o jovem Olivier, reencontrar-se a si mesma na perdida inocência infantil. Mas não logra achar na memória dêsse passado sem culpa a salvação, assim tampouco na união carente de amor com o pobre Olivier, nem ainda no vício que a domina. Era-lhe necessário romper de vez os tênues liames que em sua fantasia a mantinham atada à infância e encarar com coragem, sem a sua ilusão consciente, a sua própria miséria presente, e lutar para desvencilhar-se dos monstros do seu pesadelo. Depois de seu crime, frio, calculado e desnecessário, a religião vestida de padre vem despertá-la, libertá-la da infra-realidade que ela própria forjou para si e forçá-la a enfrentar a realidade verdadeira. A figura sinistra dêsse pesadelo é Simone Alfieri, uma das personagens mais imponentes e mais bem criadas do romance francês contemporâneo, colocando-se, com o seu sinistro fascínio, ao lado de Thérèse Desqueyroux.

Como "escritor da graça" que é, Bernanos não abandona sua protagonista ao pesadêlo. Faz cortar-lhe a dolorosa corrida para a auto-destruição por um vulto poderoso, inesperado, a cuja fascinante presença ela se curva, e se encontra consigo mesma: não mais a desesperada tentativa de vestir-se de infância, não mais a evasão para a infra-realidade, não mais a obsessão do crime. Uma confissão sim, uma revelação, uma esperança, e não sem luta, não sem angústia, e não sem consciência da culpa e necessidade de expiação.

Bernanos age como uma câmara cinematográfica; focaliza, inicialmente e de perto, o pusilânime Olivier; depois afasta-se e coloca em cena mais uma personagem; assim progressivamente, vai aumentando as atormentadas sombras de seu pesadelo, até dar uma visão geral, do alto e de longe, dêsse negro universo. Apresentadas tôdas as suas criaturas, aproxima-se novamente e acompanha todos os passos de sua protagonista; traz à luz o mais fundo de sua alma, e leva-a, até o final, até à bôca do túnel, a ela, a única sobrevivente moral do caos.

De *Amar é tudo,* de Cesbron, muito teria que ser dito. Dos méritos literários de Cesbron, os que mais ressaltam são seu extraordinário poder descricionista e sua singeleza de estilo. Sua linguagem é desprovida de artifício, sua técnica desconhece malabarismos estruturais; sua obra é espontânea, sincera. válida do ponto de vista estético tanto como do humano. Escritor compromissado com a literatura católica militante, sua temática é a luta do Catolicismo no mundo de hoje, luta inflamada pelo amor. Seus padres, levados sempre pelo amor, deixam o púlpito e vão às fábricas emprestar ao operário o apôio da fé e a certeza de uma conquista, não só para o além, mas para êste agora, na sociedade, como homens, e não mais apenas como almas. A luta do Catolicismo, para impor sua autenticidade, tendo como fôrça propulsora o amor, está presente em *Amar é Tudo,* e encarnada em Bernadete Soubirous, a camponesa rude e ignorante dos Pirineus, que falou com a Virgem Maria.

"Basta amar", para que a coragem se infunda na fragilidade e forme um combatente da boa causa. Muito sacrifício custou a Bernadete fazer aceitar aos padres e ao mundo a veracidade de seu testemunho; muita paciência lhe foi necessária para suportar a maledicência, a pressão social do seu vilarejo, a desconfiança de sua honestidade.

Amar é Tudo não é romance, nem novela, nem biografia. São cenas que Cesbron escreveu para um filme sôbre Bernadete. São quadros da vida de Bernadete: sua infância, seu encontro com a Virgem, sua dificuldade em ajustar-se aos conhecimentos humanos, seus esforços para realizar o desejo da "Senhora", sua admissão ao convento e, sua morte.

O poder descricionista de Gilbert Cesbron não se limita a trazer diante dos olhos do leitor, como realmente num filme, êsses quadros, dinâmicos, autênticos e emocionantes, da vida de Bernadete, senão que nos apresenta também os movimentos mais profundos da alma de cada uma de suas personagens. Tudo é admiràvelmente descrito por Cesbron, êsse universo em que Bernadete se movimenta, superando com Amor — Pureza — Humildade — os obstáculos que se colocam em sua luta. Luta de amor por amor, caminho de Lourdes à gruta sem limite, onde certamente uma se encontrou com a Outra, não mais de joelhos, mas lado a lado.

Não se sabe porque a novela de Kay Cicellis foi traduzida do alemão ao invés do original inglês. Mas a verdade é que a tradução apresentada pela Herder baseou-se na alemã. Cicellis é uma revelação para mim, pois até agora nada tinha lido dela.

A novela de Kay Cicellis tem, como cenário, o pequeno pôrto de Lixouri, na Cefalônia. Vivemos aqui a época das grandes catástrofes

que atingiram as ilhas gregas, em 1953/54. Lixouri é o foco dos acontecimentos, e, com o seu comércio, hospedarias, tabernas e sua gente, aparece, no início da novela, como um quadro imóvel de uma vida inalteràvelmente pacífica e feliz. A ação se desenvolve lenta mas progressivamente, em um rítmo irreversível.

Esta imagem pacífica e imóvel de Lixouri vai-se diluindo aos poucos: primeiro é um simples boato que se espalha com rapidez, arrastando consigo prenúncios de acontecimentos ameaçadores. Lúgubres presságios são fàcilmente reconhecíveis. Por fim, é a própria catástrofe que se desaba sôbre a cidade, destruindo-a. O comportamento de povo de Lixouri nestas circunstâncias, seus sentimentos e angustias ao verem suas residências desmoronarem-se, os muros que, pausadamente, vão-se ajoelhando diante de seus olhos atônitos, a terra que se abre aos seus pés; a velha ordem e os privilégios, que são subvertidos, seguidos da reinstalação da mais primitiva e elementar das leis humanas: a igualdade diante da miséria, da fome e da morte — todo êsse convulsionar provocado pela violenta erupção das fôrças incontroláveis da natureza, esmagando o homem, tudo isto é descrito por Kay Cicellis com precisão, sem que lhe faltem, porém, os recursos de uma narração ao mesmo tempo bem arquitetada e poética.

A pequena cidade é dividida transversalmente e, assim, reapresentada, sem cais, sem muros, inteiramente nua, lançada em miséria total, reduzida, enfim, a um estado incompatível com qualquer grandeza. Na desgraça, foram todos nivelados.

Então, é o momento em que o Pe. Rousello procura reanimá-los e arrancá-los dêsse torpor geral, concitando-os a reconstruir a cidade. Êle mesmo se empenha na reconstrução da sua igreja, com os restos que foram como que abandonados, como inúteis, pelo próprio terremoto. Sua ação frutífica. Vemos chegarem navios estrangeiros, trazendo os primeiros socorros; os feridos são medicados e uma primeira sopa é distribuída aos famintos. A isto seguem-se a construção de alojamentos provisórios e as primeiras casas de negócios vão ressurgindo e, enquanto a ação do tempo vai pensando as feridas, diminui os receios de novos terremotos, e a pequena Lixouri vai, aos poucos, criando corpo e entrando em uma nova ordem, e, também aos poucos, vai-se reconstruindo aquêle quadro inicial, descrito no comêço da novela.

Bruce Marshall deu a *O Milagre de Frei Malaquias* o subtítulo *Estória celestial com significado terreno*. Ao mesmo tempo substancioso e leve, êste livro agrada à tôda classe de leitores. *O Milagre de Frei Malaquias* é estória dotada de malícia, humor e lirismo, através da qual Bruce Marshall cristaliza pensamentos profundos sôbre o poder de Deus, a fraqueza dos homens e o absoluto de certas

verdades que, de tão evidentes, são tidas como enganosas e superstições superadas.

Homem cheio de fé e de virtude, cumprindo, à risca, o preceito evangélico de "amar o próximo como a si mesmo", Malaquias Murdoch, monge beneditino em Fort William, é enviado pelos seus superiores a Edimburgo, onde o padre Collins, vigário da igreja de Santa Maria da Escócia, pretendia ensinar aos seus coadjutores o uso exato das rubricas nas cerimônias litúrgicas, e introduzir o povo nas belezas do canto gregoriano. O padre Collins é um vigário zeloso da glória de Deus, do esplendor do culto e do bem das almas. Mas, contrastando com essas qualidades de um verdadeiro ministro do Senhor, era homem de mentalidade estreita, prêso a esquemas frios e incapaz de compreender os homens e as situações que não estivessem catalogadas nos tratados de Moral. Seu zêlo pastoral se dirigia muito mais ao combate ao pecado que à contemplação humilde da graça de Deus operante nas almas.

Existe também suspense no *O Milagre do Frei Malaquias.* Para provar o poder de Deus, a eternidade do Evangelho e a verdade dos dogmas católicos, o bom beneditino não recusa em marcar dia e hora para um acontecimento invulgar. Com isto pretendia calar o pastor protestante, rival do padre Collins, e atrair para a Igreja o mundo inteiro. O milagre se realiza, mas bem poucos crêem nêle. É sempre mais fácil procurar uma explicação pseudo-científica para tudo aquilo que não podemos entender. O milagre serviu apenas para alimentar o desejo de prestígio de alguns, não faltando, inclusive, os que vissem nêle uma oportunidade de aumentar seus lucros e fazer fortuna. Não faltaram protestantes a querer aproveitar-se dêle para combater o "papismo", nem bispo e padres a tentar monopolizá-lo, mais em proveito de suas vaidades e para consôlo de suas consciências do que para a causa do Reino.

Tudo isto traz um profundo desapontamento ao padre Malaquias. Sua profunda humildade e seu espírito de total despojamento pela obediência salvam-no, porém, do desânimo e do desespêro. É a humildade que o faz resistir à tentação de exigir de Deus a concretização de nôvo milagre que, de certa forma, anularia o primeiro.

Obra bem arquitetada, tôdas as suas personagens são nítidas no seu contôrno humano. Como verdadeiro "pano de fundo" para o romance, aparece a mediocridade de grande número de cristãos, mais preocupados com o prestígio externo da Igreja do que com a vivência interior com Deus.

A tradução de Oscar Mendes conseguiu reviver, em nossa língua, tôdas as subtilezas e a menssagem profunda de *O Milagre de Frei Malaquias,* realmente "uma estória celestial com significado terreno".

Fica-se sabendo, por informação da editôra, que Luise Rinser, nascida em 1911, estudou psicologia e pedagogia na Universidade de

Munique e casou-se, em 1953, com o famoso compositor Carl Orff. Inicialmente professôra, começou a escrever em 1939, mas as suas primeiras publicações foram suprimidas pelo nazismo, que lhe proibiu o exercício da profissão de escritora. Em 1941 foi presa sob a acusação de alta traição. Seu *Diário da Cadeia* é um documento dessa época. Atualmente vive em Roma.

O centro da narrativa de Luise Rinser é a mulher moderna, apresentada nas vicissitudes do amor e do matrimônio, mas, ao mesmo tempo, sua capacidade de manter-se autônoma, como ser que luta, independentemente, pelo sentido da vida e que vai, corajosamente, ao encontro do seu próprio destino. Com grande penetração psicológica, consegue interpretar os problemas morais com que se defronta a mulher de hoje, dentro do contexto da sociedade moderna. Suas últimas obras, tendem, de modo crescente, a debater problemas religiosos. Fruto dessa tendência é a novela que ora é apresentada ao público brasileiro pela Herder.

Nesta obra é narrada a conversão de Angelina, môça de ascendência ítalo-germana que, durante a última guerra, participa das lutas de um grupo de *partigiani* italianos. A guerra na Itália, com tôdas as suas desumanidades, seu heroismo e seus sofrimentos, é o pano de fundo da novela. Mas o tema central é o mistério da conversão de uma môça que, ainda há pouco, luta com tôdas as fibras do seu coração pelo comunismo.

Escritora de grande tato e delicadeza, Luise Rinser abstem-se de "explicar" o mistério. Apresenta apenas os fatos e sugere, de leve, as razões que parecem ter influído na decisão de Angelina. Mas não queremos furtar ao leitor o prazer da leitura desta novela tão rica de ensinamentos.

* * *

EDITÔRA PRESENÇA — Registramos o trabalho que desenvolve no país esta editôra que vem formar entre as poucas mas eficientes propagandistas da verdadeira democracia com livros de pequeno porte, próprios para uma leitura rápida, porém instrutiva, e que já conta em seu acêrvo com as seguintes publicações aqui gostosamente assinaladas: *D. Jayme de Barros Câmara* — "Problemas"; *Roger Burlingame* — "Máquinas que construiram uma Nação"; *Ronaldo Pereira* — "Estudantes brasileiros na Tchecoslováquia"; *Gustavo Corção* — "Patriotismo e Nacionalismo"; *E. Floquet* — Relações entre dirigentes e operários"; *Charles Journet* — "A doutrina da "Cidade"; *Chester Bowles* — "Declínio do Comunismo como fôrça ideológica"; *Suzanne Labin* — "A guerra política"; *Osvaldo Benjamin de Azevedo* — "O comércio do Brasil com os Países Socialistas" e *A. Kashin* — "A alma do ciclotron".

Oportunamente voltaremos a comentar com maiores detalhes as obras que nos chegaram às mãos.

um pedacinho
de carvão
e a viagem
à lua...
Quando o primeiro homem pisar a superfície lunar, grande parte de seu feito espetacular será devido a aparelhos eletrônicos. Nestes, há curiosas pequeninas peças: potenciômetros, resistências, cujo funcionamento depende de pedacinhos de carvão. Para tão arrojado empreendimento estas devem oferecer alta precisão e extraordinária durabilidade.
No Brasil, está uma das poucas indústrias de todo o mundo capacitadas a produzir tais peças especiais:
CONSTANTA ELETROTÉCNICA S. A.
EM APARELHOS ELETRÔNICOS
– CONFIE QUANDO HOUVER
CONSTANTA
POTENCIÔMETROS-RESISTÊNCIAS DE FIO
E CARVÃO-SOQUETES-ISOLADORES

UMA SÓ MISSÃO: SERVIR

Nossas emprêsas cobrem todo o Brasil atuando nos mais diversos setores. E, em alguns dêles, atravessamos fronteiras e ingressamos, orgulhosamente, no mercado internacional.

Os veículos DKW-VEMAG são um exemplo. E ótimo. Exportados para a Argentina e a Espanha, mostraram o valor e a capacidade da técnica brasileira.

A contribuição que damos ao pujante desenvolvimento nacional é imensa. Recolhemos aos cofres públicos impostos que ultrapassam a arrecadação isolada de 11 Estados. Economizamos divisas. E, com os salários que anualmente pagamos, criamos uma expressiva fôrça de consumo, da ordem de Cr$ 5 biliões.

Mas há muito mais

O Banco Novo Mundo que, com a tradição de solidez e eficiência, há mais de 25 anos facilita as operações de crédito no Brasil inteiro.

A Cofibrás, a Orcica, a Novo Mundo Investimentos que, financiando a Indústria, o Comércio e a Lavoura, acrescentam amplos valôres à fôrça nacional de produção. E finalmente as diversas emprêsas Imobiliárias e de Seguros, que contribuem também para o progresso brasileiro.

- 17 são as emprêsas.
- 6.866 são os funcionários.
- 30 mil são os acionistas.
- Mas a missão é uma só: servir.
- 72 milhões de brasileiros estão satisfeitos conosco.
- E nós nos orgulhamos com isso.

ORGANIZAÇÕES NOVO MUNDO-VEMAG

Genuìnamente Brasileiras